

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXV

FLORIANÓPOLIS, 5 DE JANEIRO DE 2016

NÚMERO 6.941

MESA

Gelson Merisio
PRESIDENTE

Aldo Schneider
1º VICE-PRESIDENTE

Leonel Pavan
2º VICE-PRESIDENTE

Valmir Comin
1º SECRETÁRIO

Pe. Pedro Baldissera
2º SECRETÁRIO

Dirce Heiderscheidt
3º SECRETÁRIO

Mário Marcondes
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Silvio Dreveck

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Antônio Aguiar

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
Líder: Jean Kuhlmann

**BLOCO SOCIAL PROGRESSISTA
(PSDB E PP)**
Líder: José Milton Scheffer

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Luciane Carminatti

**BLOCO FRENTE RENOVACÃO
(PR, PSB E PPS)**
Líder: Cleiton Salvaro

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
Líder: César Valduga

DEMOCRATAS
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Rodrigo Minotto

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Mauro de Nadal - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
José Nei Alberton Ascari
Ricardo Guidi
Narcizo Parisotto
João Amin
Marcos Vieira
Valdir Cobalchini
Luciane Carminatti

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

João Amin - Presidente
Valdir Cobalchini - Vice-Presidente
Darci de Matos
Cleiton Salvaro
Manoel Mota
Luciane Carminatti
Cesar Valduga

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Neodi Saretta - Presidente
Patrício Destro - Vice-Presidente
Maurício Eskudlark
José Milton Scheffer
Dalmo Claro
Luiz Fernando Vampiro
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Serafim Venzon - Presidente
Rodrigo Minotto - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Natalino Lázare
Manoel Mota
Fernando Coruja
Dirceu Dresch

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

José Nei Alberton Ascari - Presidente
Gean Loureiro - Vice-Presidente
Cleiton Salvaro
Narcizo Parisotto
Serafim Venzon
Luiz Fernando Vampiro
Luciane Carminatti

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Rodrigo Minotto - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Ricardo Guidi
Silvio Dreveck
Antonio Aguiar
Valdir Cobalchini

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Marcos Vieira - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Patrício Destro
Rodrigo Minotto
José Milton Scheffer
Antonio Aguiar
Gean Loureiro
Dirceu Dresch

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Natalino Lázare - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Gabriel Ribeiro
Cesar Valduga
Mauro de Nadal
Manoel Mota
Dirceu Dresch

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Silvio Dreveck - Presidente
Cleiton Salvaro - Vice-Presidente
Darci de Matos
Rodrigo Minotto
Luiz Fernando Vampiro
Gean Loureiro
Dirceu Dresch

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Gean Loureiro - Presidente
Ricardo Guidi - Vice-Presidente
Gabriel Ribeiro
Cesar Valduga
João Amin
Maurício Eskudlark
Neodi Saretta

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Dirceu Dresch - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Natalino Lázare
Marcos Vieira
Dalmo Claro
Luiz Fernando Vampiro

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Kennedy Nunes - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Ricardo Guidi
João Amin
Antonio Aguiar
Fernando Coruja
Ana Paula Lima
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Romildo Titon - Presidente
Maurício Eskudlark - Vice-Presidente
Ricardo Guidi
João Amin
Antonio Aguiar
Ana Paula Lima
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Valdir Cobalchini - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Gabriel Ribeiro
Natalino Lázare
Rodrigo Minotto
Serafim Venzon
Gean Loureiro

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Cesar Valduga - Presidente
José Milton Scheffer
José Nei Alberton Ascari
Patrício Destro
Romildo Titon
Manoel Mota
Neodi Saretta

COMISSÃO DE SAÚDE

Ana Paula Lima - Presidente
Doutor Vicente - Vice-Presidente
Cleiton Salvaro
Cesar Valduga
José Milton Scheffer
Fernando Coruja
Dalmo Claro

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Patrício Destro - Presidente
Ana Paula Lima - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Doutor Vicente
Fernando Coruja
Romildo Titon
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Doutor Vicente - Presidente
Ricardo Guidi - Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Luiz Fernando Vampiro
Romildo Titon
Neodi Saretta
Cesar Valduga

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente
Natalino Lázare
Doutor Vicente
Dalmo Claro
Fernando Coruja
Ana Paula Lima

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela revisão dos documentos digitados, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador em exercício: Nereu Bahia Spinola Bittencourt</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Carla Silvanira Bohn</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXV NESTA EDIÇÃO: 40 PÁGINAS TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário</p> <p>Ata da 025ª Sessão Extraordinária realizada em 10/12/2015 2</p> <p>Ata da 026ª Sessão Extraordinária realizada em 10/12/2015 3</p> <p>Ata da 027ª Sessão Extraordinária realizada em 10/12/2015 3</p> <p>Ata da 028ª Sessão Extraordinária realizada em 10/12/2015 9</p> <p>Ata da 029ª Sessão Extraordinária realizada em 10/12/2015 10</p> <p>Publicações Diversas</p> <p>Audiência Pública 11</p> <p>Redação Final 35</p>
---	---	--

P L E N Á R I O

ATA DA 025ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 10 DE DEZEMBRO DE 2015

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 11h03, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Antônio Aguiar - Dalmo Claro - Darci de Matos - Dirceu Dresch - Dr. Vicente Caropreso - Fernando Coruja - Gabriel Ribeiro - Gean Loureiro - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - João Amin - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Leonel Pavan - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mário Marcondes - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Narcizo Parisotto - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Patrício Destro - Ricardo Guidi - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin.

PRESIDÊNCIA - Deputados:

Gelson Merisio

DEPUTADO GELSON MERISIO

(Presidente) - Abre os trabalhos da sessão extraordinária e passa à Ordem do Dia, relatada na íntegra.

Ordem do Dia

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0473/2015, de autoria do deputado José Nei Ascari, que institui a Semana Estadual de Combate à Pedofilia.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0216/2015, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, que

declara a maricultura como atividade de interesse social e econômico e estabelece as condições para seu desenvolvimento sustentável no estado de Santa Catarina.

Ao presente projeto foi apresentada emenda aditiva.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Pesca e Aquicultura, Turismo e Meio Ambiente e de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

A Presidência encerra a presente sessão e convoca outra, extraordinária, às 11h04.

Está encerrada a presente sessão.

ATA DA 026ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 10 DE DEZEMBRO DE 2015

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 11h04, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Antônio Aguiar - Dalmo Claro - Darci de Matos - Dirceu Dresch - Dr. Vicente Caropreso - Fernando Coruja - Gabriel Ribeiro - Gean Loureiro - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - João Amin - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Leonel Pavan - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mário Marcondes - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Narcizo Parisotto - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Patrício Destro - Ricardo Guidi - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin.

PRESIDÊNCIA - Deputados:

Gelson Merisio
DEPUTADO GELSON MERISIO
(Presidente) - Abre os trabalhos da sessão extraordinária e passa à Ordem do Dia, relatada na íntegra.

Ordem do Dia

DEPUTADO GELSON MERISIO
(Presidente) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta presente sessão extraordinária.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação das redações finais dos Projetos de Lei n.s: 0196/2013, 0286/2013, 0294/2013, 0086/2015, 0113/2015, 0119/2015, 0208/2015, 0216/2015,

0249/2015, 0284/2015, 0285/2015, 0339/2015, 0463/2015, 0471/2015, 0473/2015, 0468/2015, 0550/2015 e 0551/2015; e do Projeto de Lei Complementar n. 0036/2015.

Não há emendas às redações finais.

Em votação as redações finais dos projetos lidos.

Os srs. deputados que as aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovadas.

A Presidência encerra a presente sessão, convocando, outra, extraordinária, às 14h.

Está encerrada a presente sessão.

ATA DA 027ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 10 DE DEZEMBRO DE 2015

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cleiton Salvaro - Dalmo Claro - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dr. Vicente Caropreso - Fernando Coruja - Gabriel Ribeiro - Gean Loureiro - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - João Amin - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Leonel Pavan - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mário Marcondes - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Narcizo Parisotto - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Patrício Destro - Ricardo Guidi - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin.

PRESIDÊNCIA - Deputados:

Gelson Merisio

DEPUTADO GELSON MERISIO
(Presidente) - Abre os trabalhos da sessão extraordinária e passa à Ordem do Dia, relatada na íntegra.

Ordem do Dia

DEPUTADO GELSON MERISIO
(Presidente) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta presente sessão extraordinária.

Srs. deputados, iremos votar, inicialmente, os projetos que não necessitam de quórum qualificado enquanto aguardamos a vinda dos deputados ao plenário.

Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0523/2015, de origem governamental, que autoriza a cessão de uso

de imóvel no município de Anita Garibaldi (apoiar estruturalmente a Feira Municipal).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Tributação e Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de lei n. 0539/2015, de origem governamental, que autoriza a concessão de uso de imóveis no município de Araranguá (Associação dos surdos do extremo sul catarinense).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Tributação e Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de lei n. 0522/2015, de origem governamental, que autoriza a cessão de uso de imóvel no município de Tubarão (atividades

culturais e de lazer).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Tributação e Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de lei n. 0540/2015, de origem governamental, que autoriza a doação de imóveis no município de Videira (Desenvolvimento de atividades educacionais, de saúde e sociais).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Tributação e Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único da Admissibilidade da Medida Provisória n. 0206/2015, que altera o art. 15 da Lei Complementar n. 306, de 2005, que institui o Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores

do Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Com a palavra ao deputado Fernando Coruja para declaração de voto.

DEPUTADO FERNANDO CORUJA - A referida medida provisória visa alterar o prazo que o governo recolhe a Previdência, ou parte do SCSaúde que, segundo o governo, coincidia com a data em que recebia dos servidores. Então, está postergando para o dia 20. É mais uma tentativa, evidentemente, de o governo arrumar caixa com atraso do repasse ao SCSaúde.

Mas essa medida provisória, que estamos votando a admissibilidade, é a típica medida provisória que não obedece aos critérios de relevância. Senão, vejamos: atrasar o recolhimento do que os servidores contribuem para o SCSaúde através de um medida provisória. Então, evidentemente, quero votar contra a admissibilidade dessa medida provisória.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado a admissibilidade da Medida Provisória n. 0206/2015.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0013/2015, de procedência do Tribunal de Contas do Estado, que altera a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER

DEPUTADA ANA PAULA LIMA

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR

DEPUTADO CESAR VALDUGA

DEPUTADO CLEITON SALVARO

DEPUTADO DALMO CLARO

DEPUTADO DARCI DE MATOS

DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT

DEPUTADO DIRCEU DRESCH

DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO

DEPUTADO FERNANDO CORUJA

DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO

DEPUTADO GEAN LOUREIRO

DEPUTADO GELSON MERISIO

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS

DEPUTADO JEAN KUHLMANN

DEPUTADO JOÃO AMIN

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER

DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI

DEPUTADO KENNEDY NUNES

DEPUTADO LEONEL PAVAN

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI

DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO

DEPUTADO MANOEL MOTA

DEPUTADO MARCOS VIEIRA

DEPUTADO MÁRIO MARCONDES

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK

DEPUTADO MAURO DE NADAL

DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO

DEPUTADO NATALINO LÁZARE

DEPUTADO NEODI SARETTA

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA

DEPUTADO PATRÍCIO DESTRO

DEPUTADO RICARDO GUIDI

DEPUTADO RODRIGO MINOTTO

DEPUTADO ROMILDO TITON

DEPUTADO SERAFIM VENZON

DEPUTADO SILVIO DREVECK

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI

DEPUTADO VALMIR COMIN

Está encerrada a votação.

Votaram 34 srs. deputados.

Temos 32 votos "sim", duas abstenções.

Está aprovada a matéria em primeiro turno.

Acatadas as manifestações dos srs. deputados Kennedy Nunes, Mário Marcondes e das sras. deputadas Dirce Heiderscheidt e Ana Paula Lima, votando favoráveis este projeto, totalizando assim, 36 votos "sim".

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0001/2015, de procedência do Tribunal de Justiça do Estado, que autoriza o Poder Judiciário do estado de Santa Catarina a remunerar ou indenizar os juízes leigos do Sistema de Juizados Especiais e adota outras providências.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER

DEPUTADA ANA PAULA LIMA

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR

DEPUTADO CESAR VALDUGA

DEPUTADO CLEITON SALVARO

DEPUTADO DALMO CLARO

DEPUTADO DARCI DE MATOS

DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT

DEPUTADO DIRCEU DRESCH

DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO

DEPUTADO FERNANDO CORUJA

DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO

abstenção

DEPUTADO GEAN LOUREIRO

DEPUTADO GELSON MERISIO

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS

DEPUTADO JEAN KUHLMANN

DEPUTADO JOÃO AMIN

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER

DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI

DEPUTADO KENNEDY NUNES

DEPUTADO LEONEL PAVAN

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI

DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO

DEPUTADO MANOEL MOTA

DEPUTADO MARCOS VIEIRA

DEPUTADO MÁRIO MARCONDES

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK

DEPUTADO MAURO DE NADAL

DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO

DEPUTADO NATALINO LÁZARE

DEPUTADO NEODI SARETTA

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA

DEPUTADO PATRÍCIO DESTRO

DEPUTADO RICARDO GUIDI

DEPUTADO RODRIGO MINOTTO

DEPUTADO ROMILDO TITON

DEPUTADO SERAFIM VENZON

DEPUTADO SILVIO DREVECK

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI

DEPUTADO VALMIR COMIN

Está encerrada a votação.

Votaram 32 srs. deputados.

Temos 32 votos "sim" e nenhuma abstenção.

Temos 33 votos "sim" com o voto do deputado José Nei Ascari.

Está aprovado por unanimidade.

(Manifestações das galerias)

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0041/2015, de origem governamental, que altera a Lei Complementar n. 412, de 2008, que dispõe sobre a organização do Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado de Santa Catarina e adota outras providências.

Ao presente projeto foram apresentadas emenda substitutiva global; e subemendas aditiva e modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Nós temos três pedidos de destaques subscritos pelo deputado Fernando Coruja.

Vamos proceder à discussão dos destaques, à votação e, em seguida, votaremos o projeto final.

Faremos a discussão dos três destaques em conjunto.

Em discussão.

Deputada Luciane Carminatti - Pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Luciane Carminatti.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, apenas a título de esclarecimento, em primeiro lugar, gostaria que fosse verificado por que neste momento não está no ar a TVAL.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - É para estar.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Eu gostaria que esta sessão fosse transmitida ao vivo.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - É óbvio. Tem que estar!

A nossa TVAL está funcionando, deputada Luciane Carminatti. A informação de v.exa. está equivocada.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - A segunda questão é que eu gostaria que fosse esclarecida a discussão dos três destaques e a discussão do projeto.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - A sessão está suspensa enquanto restabelecemos o sinal da TVAL. De fato há uma discussão de que o horário está sendo direcionado à Câmara de Vereadores de Florianópolis. Está suspensa a sessão até que seja restabelecido o sinal.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Está reaberta a sessão extraordinária.

Passaremos à Ordem do Dia.

Continua em discussão o Projeto de Lei Complementar n. 0041/2015, que altera a Lei Complementar n. 0412, de 2008.

Vamos discutir os destaques.

Com a palavra para defender e discutir os seus destaques, o deputado Fernando Coruja, que apresentou três destaques.

DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. presidente, eu solicito os dez minutos regimentais para falar sobre os destaques.

Nós estamos discutindo aqui o projeto que altera profundamente a questão da Previdência no Estado de Santa Catarina. O projeto funde o chamado Fundo Financeiro e o Fundo Previdenciário. O Fundo Financeiro é responsável pela garantia da Previdência dos servidores até 2008, quando foi criado o Fundo Previdenciário que passou a garantir, a partir daquele instante, os recursos previdenciários.

O governo, ao invés de aumentar a alíquota para 12%, 13% ou 14%, está fundindo os dois fundos. O Fundo Financeiro é deficitário, e o Fundo Previdenciário é superavitário. Então, como o governo pretende pagar, agora no final do ano, o 13º salário e a folha de dezembro dos aposentados, e não há dinheiro no Fundo Financeiro, ao fundir os fundos, o recurso do Fundo Previdenciário passa para o Fundo Financeiro - R\$ 800 milhões - e, evidentemente, ocorre uma folga de dinheiro para melhorar o caixa no final do ano.

Então, diferentemente do que foi falado aqui pela manhã, que isso é para o ano que vem, não é verdade, pois ao fundir os fundos, os recursos do fundo novo, de 2008, possam pagar as aposentadorias dos servidores anteriores - o 13º salário e a remuneração de dezembro.

Então, esses recursos facilitam a vida do governo no final do ano, e é claro que diminui aquele dinheiro acumulado que está na Previdência. Por mais que se diga que o governo vai garantir no futuro, não há garantia quanto ao futuro! Aliás, no Brasil até o passado é imprevisível! O governo federal, de vez em quando, muda as metas, mudou a inflação passada, ou seja, nem o passado no Brasil é

garantido. Imaginem o futuro! Nenhum governo pode garantir, porque os governos podem ter dificuldades.

É claro que no conjunto - eu tenho defendido isso aqui -, é preciso discutir reformas. Nós aqui levantamos questões quanto ao método, quanto à forma, a rapidez e, principalmente quanto à questão da fusão, que não é adequada, porque resolve o problema de dezembro e cria um problema muito forte para o futuro. Mesmo que o Judiciário, no ano que vem, decida dizer que isso não vale, o dinheiro já terá sido usado em dezembro, pois o projeto promulgado já terá efeito, o dinheiro já terá sido aplicado, e essa discussão vai demorar anos até ser resolvida.

Então, é claro que o objetivo é esse.

Por isso, estou propondo um destaque para o art. 9º da emenda substitutiva global enviada pelo governador - e já levantamos aqui que não é possível isso - que foge a qualquer devido processo legal, do ponto de vista legislativo. O governador não pode e não deve fazer emendas dessa natureza. No Congresso Nacional nunca houve uma emenda dessa natureza! Não é possível o governador fazer emendas!

Nós estamos aceitando aqui este tipo de emenda de uma forma, no meu ilegal e inconstitucional, no meu entendimento, mas mandou, foi aceita. Então, proponho suprimir o art. 9º da emenda substitutiva global do sr. governador, de modo que continue os dois fundos, ao invés de um fundo só.

O segundo destaque que faço diz respeito à emenda apresentada hoje em que a taxa de administração que era 1% no art. 30 da Lei n. 0412, passa a ser agora até 2%. Ora, num volume de recursos como o fundo previdenciário ou qualquer coisa que se chame, a partir dessa aprovação, embora não tenhamos dados, teremos que fazer cálculos, mas as primeiras informações que tenho é que 1% no tal volume, evidentemente, é muito dinheiro para administrar, ao permitirmos 2% imaginem os senhores quanto vai ser a taxa de administração. E esse dinheiro vai ser vazado do fundo para quem for administrar. Quem irá administrar? Só Deus sabe!

Mas sabemos que, no Brasil os fundos, quaisquer que sejam, e aí vemos o deputado Caropreso fazendo uma Frente Parlamentar em relação ao Funcef, também temos problemas na Petros. Bom, no Brasil, os fundos de pensão estão literalmente quebrados. Na maioria deles há muitos rolos, eles estão entregues na mão de partidos políticos, eles estão entregues na mão de pessoas, e estão sendo dilapidados.

Investiram na Sete Brasil, investiram no Eike Batista, e o dinheiro rolou, saiu. E aqui, além do investimento que eventualmente possa se alterar para ser feito por esses fundos, só a taxa de administração passa a ser 2%.

E o terceiro destaque que nós estamos propondo, no § 1º do art. 30, também, porque o valor da taxa de administração agora era bancado pelo Tesouro. Agora essa taxa de administração, além de passar para 1%, para 2%, ela ai ser bancada exclusivamente pelo fundo, pelas contribuições previdenciárias, porque antes a administração

era pelo Tesouro, agora vai ser pelo fundo.

Então, estou propondo estes três destaques, já vimos que o projeto provavelmente vai ser aprovado, mas proponho esses três destaques, e peço ao presidente que a votação seja em separado, dos destaques, para que possamos, quem sabe, diminuir o prejuízo que vai acontecer para esses fundos de pensão no futuro.

Faço a defesa dos destaques, e depois, quando for votar o projeto, novamente, vou me reinscrever para assim falar sobre o projeto especificamente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Vamos votar os destaques. Inicialmente Requerimento n. 1.

Votação em destaque em turno único, de autoria do deputado Fernando Coruja, do art. 9º da Emenda Substitutiva Global ao Projeto de Lei Complementar n. 0041/2015 que, altera a Lei Complementar n. 412, de 2008, que dispõe sobre a organização do Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado de Santa Catarina e adota outras providências.

Em votação.

Deputado Silvio Dreveck - Peço a palavra, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Silvio Dreveck.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Muito obrigado, sr. presidente. Para encaminhamento, para esse destaque peço voto "não". Portanto, é voto dois, porque, com todo respeito ao discurso do deputado Fernando Coruja, mas ocorre o contrário do que o deputado falou, o dinheiro sai do Tesouro e está indo para o fundo de Previdência, e não é para o governo pagar 13º salário. Então, portanto, não há por que aprovar esse destaque, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam o destaque e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	não
DEPUTADO CESAR VALDUGA	
DEPUTADO CLEITON SALVARO	não
DEPUTADO DALMO CLARO	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	não
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO	não
DEPUTADO FERNANDO CORUJA	sim
DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO	não
DEPUTADO GEAN LOUREIRO	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	não
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	não
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	não
DEPUTADO JOÃO AMIN	não
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	não
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	não
DEPUTADO KENNEDY NUNES	não
DEPUTADO LEONEL PAVAN	não
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim

DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO	não	DEPUTADO GEAN LOUREIRO	sim	DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	não	DEPUTADO GELSON MERISIO	não	DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO	não
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	não	DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	não	DEPUTADO FERNANDO CORUJA	sim
DEPUTADO MÁRIO MARCONDES	sim	DEPUTADO JEAN KUHLMANN	não	DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO	não
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	não	DEPUTADO JOÃO AMIN	não	DEPUTADO GEAN LOUREIRO	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	não	DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	não	DEPUTADO GELSON MERISIO	não
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	não	DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	não	DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	não
DEPUTADO NATALINO LÁZARE	não	DEPUTADO KENNEDY NUNES	não	DEPUTADO JEAN KUHLMANN	não
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim	DEPUTADO LEONEL PAVAN	não	DEPUTADO JOÃO AMIN	não
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim	DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim	DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	não
DEPUTADO PATRÍCIO DESTRO	não	DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO	não	DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	não
DEPUTADO RICARDO GUIDI	não	DEPUTADO MANOEL MOTA	não	DEPUTADO KENNEDY NUNES	não
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	sim	DEPUTADO MARCOS VIEIRA	não	DEPUTADO LEONEL PAVAN	não
DEPUTADO ROMILDO TITON	não	DEPUTADO MÁRIO MARCONDES	sim	DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	não	DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	não	DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO	não
DEPUTADO SILVIO DREVECK	não	DEPUTADO MAURO DE NADAL	não	DEPUTADO MANOEL MOTA	não
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	não	DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	não	DEPUTADO MARCOS VIEIRA	não
DEPUTADO VALMIR COMIN	não	DEPUTADO NATALINO LÁZARE	não	DEPUTADO MÁRIO MARCONDES	sim
		DEPUTADO NEODI SARETTA	sim	DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	não
Está encerrada a votação.		DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim	DEPUTADO MAURO DE NADAL	não
Votaram 37 srs. deputados.		DEPUTADO PATRÍCIO DESTRO	sim	DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	não
Temos dez votos "sim" e 27 votos		DEPUTADO RICARDO GUIDI	sim	DEPUTADO NATALINO LÁZARE	não
"não".		DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	sim	DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
Está rejeitado o primeiro destaque.		DEPUTADO ROMILDO TITON	não	DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
Votação em destaque, em turno		DEPUTADO SERAFIM VENZON	não	DEPUTADO PATRÍCIO DESTRO	sim
único, de autoria do deputado Fernando Coruja,		DEPUTADO SILVIO DREVECK	não	DEPUTADO RICARDO GUIDI	sim
da Subemenda Aditiva ao § 1º do art. 30 da		DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	não	DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	sim
Emenda Substitutiva Global ao Projeto de Lei		DEPUTADO VALMIR COMIN	não	DEPUTADO ROMILDO TITON	não
Complementar n. 0041/2015 que, altera a Lei				DEPUTADO SERAFIM VENZON	não
Complementar n. 412, de 2008, que dispõe		Está encerrada a votação.		DEPUTADO SILVIO DREVECK	não
sobre a organização do Regime Próprio de		Votaram 38 srs. deputados.		DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	não
Previdência dos Servidores do Estado de Santa		Temos 12 votos "sim" e 26 votos		DEPUTADO VALMIR COMIN	não
Catarina e adota outras providências.		"não".			
Em votação.		Está rejeitado o segundo destaque.			
Deputado Silvio Dreveck - Peço a		Votação em destaque em turno único,			
palavra, sr. presidente, pela ordem, para		de autoria do deputado Fernando Coruja, da			
encaminhamento de votação.		Subemenda Aditiva do art. 30 da emenda			
DEPUTADO GELSON MERISIO		substitutiva Global ao Projeto de Lei			
(Presidente) - Com a palavra, o sr. deputado		Complementar n. 0041/2015 que altera a Lei			
Silvio Dreveck, pela ordem, para encaminha-		Complementar n. 412, de 2008, que dispõe			
mento de votação.		sobre a organização do Regime Próprio de			
DEPUTADO SILVIO DREVECK -		Previdência dos Servidores do Estado de Santa			
Continua voto dois, pela rejeição dos		Catarina e adota outras providências.			
destaques.		Em votação.			
Deputado Fernando Coruja - Peço a		Deputado Fernando Coruja - Peço a			
palavra, sr. presidente.		palavra, pela ordem, sr. presidente.			
DEPUTADO GELSON MERISIO		DEPUTADO GELSON MERISIO			
(Presidente) - Com a palavra, o sr. deputado		(Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o			
Fernando Coruja.		deputado Fernando Coruja.			
DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Este		DEPUTADO FERNANDO Coruja -			
destaque é para garantir que a taxa de		Apenas gostaria de dizer que esse destaque é			
administração continue sendo bancada pelo		aquele em que o projeto está aumentando de			
Tesouro, como é até hoje. Ela vai mudar de 1%		1% para 2% a taxa de administração. Ao votar			
para 2%, e vai passar a ser garantida pela		"sim", você mantém em 1%, como é até hoje, e			
contribuição dos servidores.		não passaria para 2%.			
DEPUTADO GELSON MERISIO		DEPUTADO GELSON MERISIO			
(Presidente) - Os srs. deputados que votarem		(Presidente) - Com a palavra o deputado Silvio			
"sim" aprovam a matéria e os que votarem		Dreveck, para encaminhamento de votação.			
"não" rejeitam-na.		DEPUTADO SILVIO DREVECK -			
(Procede-se à votação nominal por processo		Continua voto dois.			
eletrônico.)		Os srs. deputados que votarem "sim"			
DEPUTADO ALDO SCHNEIDER		aprovam a matéria e os que votarem "não"			
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim	rejeitam-na.			
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	não	(Procede-se à votação nominal por			
DEPUTADO CESAR VALDUGA		processo eletrônico.)			
DEPUTADO CLEITON SALVARO	não	DEPUTADO ALDO SCHNEIDER			
DEPUTADO DALMO CLARO	sim	DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim		
DEPUTADO DARCI DE MATOS	não	DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	não		
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	não	DEPUTADO CESAR VALDUGA			
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim	DEPUTADO CLEITON SALVARO	sim		
DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO	não	DEPUTADO DALMO CLARO	sim		
DEPUTADO FERNANDO CORUJA	sim	DEPUTADO DARCI DE MATOS	não		
DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO	não	DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	não		

opiniões, de pensamentos diferentes. Assim temos o direito legítimo de fazê-lo. E para isso existe uma série de prerrogativas que incumbem a nós uma tarefa muito grande, ou seja, a tarefa de fiscalizar o dinheiro público, de saber bem o que estamos votando, de não votarmos uma coisa para, daqui a dez anos, acusarem os deputados do passado de terem votado contra o servidor, a população e a sociedade.

Por isso o tom do debate desta manhã foi todo ele no sentido de questionar quais são as bases para se dizer que temos que passar de um percentual de 11% para 14%. No que isso está baseado? Ora, o governo diz que a Previdência está causando um déficit de R\$ 3 bilhões. Olha, já deixei de acreditar em Papai Noel faz um bom tempo. Acho que temos que responder muito por aquilo que nos é dito, e eu não delego a minha função a ninguém. Respondo pelo meu mandato, seja favorável ou contrário. Então, quero poder andar de cabeça erguida neste estado, sabendo o que estou votando e sabendo por que chegamos a esse déficit de R\$ 3 bilhões.

Tenho certeza de que nenhum deputado, aqui, leu o cálculo atuarial de 71 páginas. Acho que nenhum deputado leu, porque esse é um documento que dá a impressão de estar lacrado. Ele chegou ontem à noite na mão de um deputado, e não imagino que este deputado tenha tido tempo suficiente para fazer toda a leitura, o estudo e a análise adequada. Então, estamos votando aqui em algo, porque o governo diz que tem que aumentar mais 3%, e está sobrando para a sociedade catarinense uma conta que ela não fez. Ela não optou por essa conta ou será que a sociedade catarinense optou por esse déficit? E, quando nós quebramos o teto em 2009, isso foi adequadamente discutido?

Mas, quero voltar ao debate com relação ao tempo regimental. Esse projeto de lei entrou no dia 23, do mês passado, portanto, no dia 3, na semana passada, veio na emenda que junta os fundos. Em uma semana estamos aprovando aqui, sem nenhum estudo, sem nenhuma leitura profunda, sem nenhuma análise, um projeto de lei que vai mexer com a vida de 129 mil servidores.

Quero dizer aos deputados que se fizermos um cálculo por baixo, 129 mil vezes quatro membros de família, temos 600 mil pessoas diretamente envolvidas num desconto que vai ser 3% maior daqui para frente.

Nós queremos dizer, além disso, além de questionar o tempo regimental, a ausência de transparência, ausência de documentos e se algum deputado leu, de fato, as 71 páginas, eu cedo todo o tempo que a nossa bancada do PT tem para fazer uma apresentação aqui das referidas páginas.

(Manifestação das galerias)

Apresente para a sociedade o que diz esse cálculo atuarial. Essa é a primeira consideração.

A segunda consideração, é que tem portaria do Ministério da Previdência; nós temos Adin contra decisão da lei do Paraná, do Rio Grande do Norte; nós temos a Constituição Federal no seu art. 40, que proíbe a fusão de

fundos, quando um está quebrado não pode pegar o fundo superavitário para pagar...

(Manifestações das galerias)

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - V.Exa. tem mais cinco minutos, deputada.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Então, quero neste entendimento, dizer que nós fizemos uma análise do projeto de lei e do cálculo atuarial que foi mencionado hoje de manhã, e me foi dito que eram 71 páginas e que estavam fazendo cópia, ainda não chegou essa cópia. Talvez esse cálculo chegue depois da votação.

Mas quero dizer que esse Parlamento não pode ficar de joelhos assim. Esse Parlamento tem que ter responsabilidade, o que está em jogo são os recursos dos contribuintes do estado de Santa Catarina, e nós deveríamos ter recebido esse estudo com antecedência, que é um direito que nos cabe para fazer o debate com toda a propriedade.

Nós sabemos que o governo tem a maioria aqui esmagadora, nós somos minoria esmagadora, e o governo voto como quiser, mas é possível impedir que os parlamentares façam o debate e exijam todas as informações necessárias para que nós compreendamos e possamos dizer à sociedade de quem é a responsabilidade do déficit da Previdência, se é que ele existe de fato.

E nós poderíamos discutir aqui a renúncia de receita, de R\$ 5 bilhões; o teto que foi elevado para R\$ 32 mil; por que o estado tem tantos ACTs que deixam de contribuir com o fundo de Previdência e vai para o regime geral de Previdência? Isso também tem impacto no nosso caixa, no nosso fundo. Então, há muita coisa a ser discutida.

E nós só não conseguimos discutir mais porque esse projeto chegou aqui praticamente há 15 dias, eu não vi isso na minha primeira legislatura, não vi! Agora é tudo um tratoração só! Não há mais Regimento, não há mais respeito ao que a gente provoca de debate, a audiência foi impedida, o Requerimento de Diligenciamento foi impedido. O que é isso?

Então, para que um Parlamento assim? Parlamento não pode ser cartório. Cartório você bate carimbo, paga a taxa e volta. Isso não é cartório. Temos que ser respeitados, a Constituição deve ser respeitada, e também a autonomia dos Poderes.

Então, quero chamar à responsabilidade dos nossos colegas deputados, que eu sei que muita gente está constrangida em votar. Não consegue votar contra o governo, e sabemos os vários motivos, mas está constrangido em votar porque não tem informação, porque sabe que não foi respeitado o debate, porque nós poderíamos construir alternativas diferentes. Eu temo muito que aconteça como no Paraná, que Justiça torne suspensa a lei aprovada aqui. É isso que queremos? É esse o debate que queremos fazer?

Então, quero dizer que o meu voto é contrário por todos os motivos que expus em minha fala. Se for aprovado que isso se resolva na Justiça.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra o deputado Dirceu Dresch, por até cinco minutos.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (Orador) - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, todos que nos acompanham, que tem a grande responsabilidade de fazer as leis, as políticas, que garantem o papel do estado, do serviço público a toda população catarinense. Lamento esta posição de jogar a responsabilidade dos rombos da Previdência para os servidores públicos catarinenses.

Eu concordo com a fala da deputada Luciane Carminatti sobre os motivos que levaram a isso, a má gestão, os projetos aqui que foram aprovados sem discussão, e justamente foram aprovados porque não tinham aqui dados sobre os impactos na Previdência, como estamos votando aqui de novo um projeto sem ter clareza dos impactos futuros na Previdência e na política pública dos catarinenses.

Mas quero trazer mais o lado das avaliações jurídicas e técnicas do conjunto das organizações de advogados, da Associação dos Magistrados Catarinenses e tantos outros que trazem aqui um duro questionamento jurídico sobre a legalidade desse projeto.

Eu quero trazer alguns elementos aqui que, na minha avaliação, são extremamente importantes.

(Passa a ler.)

"O artigo 9º, do referido projeto, prevê a extinção do Fundo Previdenciário e a transferência dos seus segurados, beneficiados e os recursos financeiros, o que é vedado pela portaria do ministério da Previdência n. 0403/2008, e tem destacado no parecer n. 0019/2015, de vários órgãos além do ministério da Previdência.

O ministério da Previdência, quando da análise da pretensão, da mesma alteração do vizinho estado, do Paraná, uma vez que não houve prévia segregação dos servidores, como igualmente determina o art. 9º da Lei n. 9.717/1995.

Neste particular, informa-se que no final do ano de 2013, o estado de Minas Gerais buscou a mesma alternativa, cuja irregularidade foi constatada pelo ministério da Previdência Social que culminou na suspensão da emissão de certificado de regularidade previdenciária e o que seguramente não é o desejo do nosso estado, mas acabará ocorrendo, caso seja aprovado este projeto de lei complementar.

No mesmo sentido, em 2014, também o estado vizinho, o Rio Grande do Sul, igualmente teve impedido a emissão do certificado de regularidade previdenciária, haja vista idêntica irregularidade constatada na Lei Complementar n. 0526/2014.

Com isso, diante das constantes tentativas de burlar as regras previdenciárias e atuariais, o ministério da Previdência Social emitiu a Nota Técnica n. 0003/2015, que igualmente não observa pelo presente projeto de lei da qual se extrai o seguinte texto: No artigo 185, por esse motivo o procedimento, ou seja, a vinculação do

recurso acumulado pelo fundo do Plano Previdenciário para o pagamento dos benefícios do Plano Financeiro, é expressamente vedada pelo preceito do inciso II do art. 21 da Portaria n. 0403/3008 do ministério da Previdência Social. Lembra-se que o inciso I deste artigo, estabelece, em reforço que todos os recursos já acumulados devem se destinar ao Fundo Previdenciário capitalizado para promover o equilíbrio financeiro atuarial do referido Fundo de Previdência.

Por isso, sr. presidente, no seu art. 37, conclui-se que a proposta de extinção do Fundo Previdenciário do estado do Paraná, Projeto de Lei n. 0062/2015, que também descumpriu as normas gerais de organização e funcionamento do regime de Previdência, uma vez que tal medida significa adoção de um modelo único de repartição simples para financiamento dos benefícios de todos os segurados e beneficiários dos regimes de Previdência, descaracterizando esse sistema, em contrapartida à segregação da massa até então mantida à alteração, que sublinha-se, não assegura o equilíbrio financeiro e atuarial do Regime Próprio da Previdência Social, sendo causa impeditiva à emissão administrativa do Certificado de Regime de Previdência."

Com essas questões, sr. presidente, trago aqui essa preocupação. Se é verdade que o estado quer usar esses recursos da Previdência, os R\$ 800 milhões, para colocar o caixa em dia neste final de ano, isso seria muito mais grave ainda. Então, esse tema da Previdência nos preocupa muito.

Por isso, quero deixar muito claro que nós temos, sim, responsabilidade com o futuro de Santa Catarina. Em 2008, foi amplamente debatido isso sobre o futuro dos trabalhadores e serviços públicos de Santa Catarina.

Portanto, como estamos mexendo com vidas, com pessoas, com trabalhadores e trabalhadoras, nos posicionamos contrários a este projeto, porque ele não resolve o problema da Previdência do Estado de Santa Catarina.

Obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra o deputado Fernando Coruja, por cinco minutos, se for necessário, prorrogado por mais cinco.

DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. presidente, srs. parlamentares. O projeto que reforma a previdência tem uma série de problemas na formalidade, que já foram apontadas aqui. E esses problemas não são apenas na formalidade interna da Casa, com a obstrução do debate, do diálogo, com a não audiência pública, com não ouvir os servidores. Mas ele tem problemas decorrentes de vícios formais que a Constituição veda, que são centrados, principalmente, na questão de que o governador vai apresentando emendas, ou diretamente, ou através do líder do governo, emendas e subemendas sistemáticas, numa tarefa que não pode ser do governador.

Vocês imaginem o absurdo, se isso for possível. Daqui a pouco ele manda um projeto, aqui, com um artigo só. E quando falta

um dia para votar, ele manda um projeto com 600 artigos, que é uma emenda àquele projeto de um artigo. E nós, aqui, temos que votar os 600 artigos, porque se pode emendar com um, com dois, com três, pode ser emendado de qualquer forma. Então, há um vício grave no projeto dessa natureza, quando o governador começa a propor emendas.

Há também aqui, na materialidade da questão, vícios graves, levantados agora pelo deputado Dirceu Dresch, envolvendo esta questão de fundir fundos, porque um fundo é superavitário, o outro é deficitário, e são criados em circunstâncias separadas, como foi criado agora um terceiro, que é o SCPREV, para os que vão entrar.

Então, na medida em que você tem problemas em um, você funde, e aquele recurso de um serve para tapar o furo do outro fundo. A Justiça tem se manifestado sistematicamente contrária a esta possibilidade, mas o que se faz aqui, parece-me, ousado dizer isso, é isso. Você pega o dinheiro que tem o fundo previdenciário de R\$ 800 milhões, transfere, ou cria um fundo só, e esses 800 milhões, agora, passam a possibilitar o pagamento dos chamados R\$ 3 bilhões, que o governo diz que tem de déficit. Então, utiliza esses R\$ 800 milhões que saem do fundo previdenciário e não mais do caixa do governo.

Então, se era R\$ 3 bilhões, passa a ser R\$ 2,2 bilhões, porque pegaram R\$ 800 milhões, que não poderia pagar a aposentadoria daqueles que eram contemplados pelo Fundo Financeiro, mas passa a fazer, a partir de agora, da semana que vem, já, se a lei provavelmente for sancionada.

Então, isto, eu falei, pela manhã, que era uma pedalada, e o deputado Kennedy Nunes reagiu, mas é uma pedalada, evidentemente. Você usa um artifício para poder fechar as contas do governo. Você usa um artifício.

Aliás, pedaladas são sistemáticas em todos os governos, em tudo que é lugar, as pedaladas para acertar as contas. E quando você faz isso, você resolve um problema imediato, sem a preocupação do futuro. O que vai acontecer no futuro? Se a preocupação é o futuro, vamos insistir um pouco mais no debate, vamos achar fórmulas, para que os servidores....

É claro que mesmo os servidores que estão batendo ali, protestando, e com razão pela falta de discussão, eles são capazes de entender, evidentemente, que é preciso discutir esse problema, mas eles querem discutir, eles querem conversar. Todos, precisamos conversar. Todos nós, os deputados, o governo, os servidores, somos interessados pelo futuro do estado, queremos o melhor para o futuro do estado.

Então, acho que o projeto é inconstitucional, ele atropela qualquer debate, produz um mecanismo de fusão dos fundos que vai ser declarado inconstitucional, ilegal, no futuro, mas vai servir aos propósitos do governo, que é gastar o dinheiro enquanto isso não se discute na Justiça, porque não tem liminar.

Ele vai fechar o caixa no final do ano, vai sobrar um dinheirinho, inclusive para pagar os aposentados lá em janeiro ou fevereiro, e

dar uma folga para um governo que até hoje, pelo que eu disse, ou até ontem, disse que estava folgado. O que não é verdade!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Peço palavra, sr. presidente!

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra, para declaração de voto, a sra. deputada Ana Paula Lima.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, é lamentável que este projeto venha de forma tão rápida para esta Casa, quando estamos discutindo e votando o futuro dos servidores públicos estaduais. Então, pela falta de tempo hábil para a discussão desta matéria, pela falta de diálogo com os servidores públicos estaduais e, pelo forte impacto no vencimento dos servidores, gostaria que os deputados e deputadas tivessem um posicionamento contrário à matéria. Também pelo confisco dos recursos do Fundo Previdenciário proposto pelo Executivo, bem como pela manifestação da Associação dos Magistrados Catarinenses e pela Associação do Ministério Público de Santa Catarina, entendo que o projeto é lamentável, inconstitucional, e o meu voto é "não".

Deputado Neodi Saretta - Pela ordem, sr. presidente, para declaração de voto.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, o deputado Neodi Saretta.

DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, em função dos debates havido, dos argumentos já levantados na tribuna, sou contrário ao projeto. Ontem também, como mencionou a deputada Ana Paula Lima, olhamos o documento expedido pela Associação dos Magistrados Catarinenses e pela Associação do Ministério Público de Santa Catarina. Entendendo que há uma série de questões que precisam ter uma revisão neste projeto e dada à exiguidade do tempo, pela forma como que está sendo discutido, alinhamo-nos a esses argumentos contrários e manifestamos nosso voto em contrário também.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra o deputado Sílvio Dreveck, para encaminhamento de votação.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Apenas quero justificar que o meu voto um é pelo bem dos servidores e catarinenses.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	não
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CESAR VALDUGA	
DEPUTADO CLEITON SALVARO	sim
DEPUTADO DALMO CLARO	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	não

DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO	sim	DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO	sim	DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO FERNANDO CORUJA	não	DEPUTADO MANOEL MOTA	sim	DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO	sim	DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim	DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO GEAN LOUREIRO	não	DEPUTADO MÁRIO MARCONDES	sim	DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim	DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim	DEPUTADO VALMIR COMIN	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim	DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim	Está encerrada a votação.	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim	DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim	Votaram 38 srs. deputados.	
DEPUTADO JOÃO AMIN	sim	DEPUTADO NATALINO LÁZARE	sim	Temos 30 votos "sim" e oito votos	
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim	DEPUTADO NEODI SARETTA	não	"não".	
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim	DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	não	Está aprovado em primeiro turno.	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim	DEPUTADO PATRÍCIO DESTRO	sim	A Presidência encerra a presente	
DEPUTADO LEONEL PAVAN	sim	DEPUTADO RICARDO GUIDI	sim	sessão, convocando outra, extraordinária, às	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	não	DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	não	15h04.	

ATA DA 028ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 10 DE DEZEMBRO DE 2015

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 15h04, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cleiton Salvaro - Dalmo Claro - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dr. Vicente Caropreso - Fernando Coruja - Gabriel Ribeiro - Gean Loureiro - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - João Amin - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Leonel Pavan - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mário Marcondes - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Narcizo Parisotto - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Patrício Destro - Ricardo Guidi - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin.

PRESIDÊNCIA - Deputados:

Gelson Merisio

DEPUTADO GELSON MERISIO

(Presidente) - Abre os trabalhos da sessão extraordinária e passa à Ordem do Dia, relatada na íntegra.

Ordem do Dia

DEPUTADO GELSON MERISIO

(Presidente) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta presente sessão extraordinária.

Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei Complementar n. 0041/2015, de origem governamental, que altera a Lei Complementar n. 412, de 2008, que dispõe sobre a organização do Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado de Santa Catarina e adota outras providências.

Ao projeto foram apresentadas emenda substitutiva global, subemendas aditiva e modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER

DEPUTADA ANA PAULA LIMA

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR

DEPUTADO CESAR VALDUGA

DEPUTADO CLEITON SALVARO

DEPUTADO DALMO CLARO

DEPUTADO DARCI DE MATOS

DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT

DEPUTADO DIRCEU DRESCH

DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO

DEPUTADO FERNANDO CORUJA

DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO

DEPUTADO GEAN LOUREIRO

DEPUTADO GELSON MERISIO

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS

DEPUTADO JEAN KUHLMANN

DEPUTADO JOÃO AMIN

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER

DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI

DEPUTADO KENNEDY NUNES

DEPUTADO LEONEL PAVAN

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI

DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO

DEPUTADO MANOEL MOTA

DEPUTADO MARCOS VIEIRA

DEPUTADO MÁRIO MARCONDES

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK

DEPUTADO MAURO DE NADAL

DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO

DEPUTADO NATALINO LÁZARE

DEPUTADO NEODI SARETTA

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA

DEPUTADO PATRÍCIO DESTRO

DEPUTADO RICARDO GUIDI

DEPUTADO RODRIGO MINOTTO

DEPUTADO ROMILDO TITON

DEPUTADO SERAFIM VENZON

DEPUTADO SILVIO DREVECK

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI

DEPUTADO VALMIR COMIN

Está encerrada a votação.

Votaram 38 srs. deputados.

Temos 30 votos "sim" e oito votos

"não".

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei Complementar n. 0013/2015, de procedência do Tribunal de Contas, que altera a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Ao projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Com a palavra o deputado Silvio Dreveck, para encaminhamento de votação.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Encaminho o voto um, sr. presidente.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER

DEPUTADA ANA PAULA LIMA

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR

DEPUTADO CESAR VALDUGA

DEPUTADO CLEITON SALVARO

DEPUTADO DALMO CLARO

DEPUTADO DARCI DE MATOS

DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT

DEPUTADO DIRCEU DRESCH

DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO

DEPUTADO FERNANDO CORUJA

DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO

DEPUTADO GEAN LOUREIRO

DEPUTADO GELSON MERISIO

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS

DEPUTADO JEAN KUHLMANN

DEPUTADO JOÃO AMIN

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER

DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI

DEPUTADO KENNEDY NUNES

DEPUTADO LEONEL PAVAN		Finanças e Tributação e de Trabalho,	DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim	Administração e Serviço Público.	DEPUTADO MÁRIO MARCONDES	
DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO	sim	Em discussão.	DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim	(Pausa)	DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim	Não havendo quem o queira discutir,	DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO MÁRIO MARCONDES	sim	encerramos sua discussão.	DEPUTADO NATALINO LÁZARE	sim
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim	Em votação.	DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim	Com a palavra o deputado Silvio	DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim	Dreveck, para encaminhamento de votação.	DEPUTADO PATRÍCIO DESTRO	sim
DEPUTADO NATALINO LÁZARE	sim	DEPUTADO SILVIO DREVECK -	DEPUTADO RICARDO GUIDI	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim	Continuo encaminhando o voto um, sr.	DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim	presidente.	DEPUTADO ROMILDO TITON	
DEPUTADO PATRÍCIO DESTRO	sim	Os srs. deputados que votarem "sim"	DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO RICARDO GUIDI	sim	aprovam a matéria e os que votarem "não"	DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	sim	rejeitam-na.	DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim	(Procede-se à votação nominal por processo	DEPUTADO VALMIR COMIN	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim	eletrônico.)		
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim	DEPUTADO ALDO SCHNEIDER		Está encerrada a votação.
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	sim	DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim	Votaram 35 srs. deputados.
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim	DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim	Temos 35 votos "sim".
		DEPUTADO CESAR VALDUGA		Aprovado.
		DEPUTADO CLEITON SALVARO	sim	Discussão e votação em turno único
		DEPUTADO DALMO CLARO	sim	do Projeto de Lei n. 0465/2015, de origem
		DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim	governamental, que institui a Política Estadual
		DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim	de Apoio ao Cooperativismo e estabelece
		DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim	outras providências.
		DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO	sim	Conta com parecer favorável das
		DEPUTADO FERNANDO CORUJA	sim	comissões de Constituição e Justiça, Finanças
		DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO	sim	e Tributação e de Economia, Ciência,
		DEPUTADO GEAN LOUREIRO	sim	Tecnologia, Minas e Energia.
		DEPUTADO GELSON MERISIO	sim	Em discussão.
		DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim	(Pausa)
		DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim	Não havendo quem o queira discutir,
		DEPUTADO JOÃO AMIN	sim	encerramos sua discussão.
		DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim	Em votação.
		DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim	Os srs. deputados que o aprovam
		DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim	permaneçam como se encontram.
		DEPUTADO LEONEL PAVAN		Aprovado.
		DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim	Esta Presidência encerra a presente
		DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO	sim	sessão e convoca outra, extraordinária, às
		DEPUTADO MANOEL MOTA	sim	16h07.

Está encerrada a votação.

Votaram 37 srs. deputados.

Temos 35 votos "sim", nenhum voto "não" e duas abstenções.

Aprovado.

Acatada a manifestação do sr. deputado Leonel Pavan, votando favorável a este projeto, fora do sistema eletrônico de votação. Sendo assim, totalizam 36 votos "sim".

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei Complementar n. 0001/2015, de procedência do Tribunal de Justiça, que autoriza o Poder Judiciário do estado a remunerar ou indenizar os juízes leigos do Sistema de Juizados Especiais e adota outras providências.

Ao projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de

ATA DA 029ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 10 DE DEZEMBRO DE 2015

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 16h07, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cleiton Salvaro - Dalmo Claro - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dr. Vicente Caropreso - Fernando Coruja - Gabriel Ribeiro - Gean Loureiro - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - João Amin - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Leonel Pavan - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampro - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mário Marcondes - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Narcizo Parisotto - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Patrício Destro - Ricardo Guidi - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin.

PRESIDÊNCIA - Deputados:

Gelson Merisio

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Abre os trabalhos da sessão extraordinária e passa à Ordem do Dia, relatada na íntegra.

Ordem do Dia

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus declaro aberta a presente sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação das redações finais dos Projetos de Leis Complementares n.s: 0013/2015, 0001/2015 e 0041/2015; e dos

Projetos de Lei n.s: 0540/2015, 0522/2015, 0539/2015, 0523/2015 e 0465/2015.

Não há emendas às redações finais.

Em votação.

Os srs. deputados que as aprovam permaneçam como se encontram.

Estão aprovadas por unanimidade.

Finda a pauta da Ordem do Dia.

A Presidência comunica, com pesar, o falecimento da esposa do conselheiro do Tribunal de Contas do Estado e ex-deputado, sr. Herneus de Nadal, Laine Maria de Nadal, procedendo a um minuto de silêncio e, antes de encerrar a sessão, convoca outra, especial, para a presente data, às 19h, em homenagem aos Policiais Civis de Santa Catarina.

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

AUDIÊNCIA PÚBLICA

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PROMOVIDA PELA COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA PARA DEBATER O USO DA BICICLETA COMO ALTERNATIVA PARA A MOBILIDADE URBANA, REALIZADA NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2015, ÀS 15H, NO PLENARINHO DEPUTADO PAULO STUART WRIGHT DO PALÁCIO BARRIGA VERDE

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Cláudio Fernando Wolff) – Senhoras e senhores, boa-tarde.

Nos termos do Regimento Interno do Poder Legislativo catarinense, damos início à audiência pública convocada pelo Deputado João Amin, Presidente da Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, por proposição do Deputado Antonio Aguiar, para tratar sobre a bicicleta como alternativa para a mobilidade urbana.

Passamos à composição da mesa de honra: Deputado Estadual João Amin, Presidente de Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano da Alesc; Deputado Estadual Antonio Aguiar, proponente da audiência; Deputado Estadual Natalino Lázare; senhor Eduardo Deschamps, Secretário de Estado da Educação; senhora Graziela Maria Casas Blanco, gerente de Penalidades e Educação do Departamento Estadual de Trânsito de Santa Catarina (Detran/SC); senhor Huri Alexandre Raimundo, engenheiro, chefe de Serviço e Planejamento de Projeto do DNIT; senhor Kilder André Francisco Alvim de Oliveira, diretor da Floripa Amiga da Bike e do Fórum da Ciclomobilidade; Capitão Davi Augusto Silveira dos Santos Lima, Comandante da 1ª Companhia do Batalhão de Polícia Militar Rodoviária Estadual, representando o Tenente-Coronel PM José Norberto de Souza Filho, Comandante do Batalhão de Polícia Militar Rodoviária; e senhor Cassio Taniguchi, superintendente da Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Grande Florianópolis (Sudarf).

Em seguida, passamos para o registro de autoridades: senhor Roger Bittencourt, vice-presidente da Associação Catarinense de Imprensa (ACI); senhor William Costa Nunes, diretor-geral da Secretaria Municipal de Segurança e Gestão do Trânsito, representando o senhor Cesar Souza Junior, Prefeito de Florianópolis; Vereador Professor Felipe Augusto Teixeira, de Florianópolis; senhor Antônio de Arruda Lima, presidente da Comissão de Transporte e Mobilidade Urbana da OAB de Santa Catarina; senhor Jorge Andriani, presidente da Associação dos Ciclousuários de Itajaí – Cicloação; senhor Daniel de Araújo Costa, vice-presidente da Associação dos Ciclousuários da Grande Florianópolis – ViaCiclo; senhor André Geraldo Soares, diretor presidente da União de Ciclistas do Brasil (UCB) e articulador da Rede Catarinense de Mobilidade Ciclística; senhor Luiz Carlos Chaves Júnior, presidente da Associação de Ciclismo de Balneário Camboriú e Camboriú; senhora Caroline Burtet, engenheira civil e assessora de Relações Institucionais do Crea-Santa Catarina; senhor Guilherme Furtado Carvalho, assessor técnico do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IpuF); senhora Roberta Raquel, professora coordenadora de Extensão do Instituto Federal Catarinense (IFC), *campus* Camboriú; senhora Ana Destri, coordenadora do projeto Bicicleta na Escola, do Município de Florianópolis; senhor Thiago Duwe, conselheiro da Associação Blumenauense Pró-Ciclovias; senhor Fernando Palhares, membro da Associação de Triatletas de Jurerê (Atrijur); senhora Fernanda Raquel Bonesi, presidente da Associação de Triatletas de Jurerê (Atrijur); e senhor João Felipe da Silva, empresário da Eu Vou Floripa! Park'n Shower.

Com a palavra o senhor Deputado Estadual João Amin, Presidente da Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano da Alesc, para a condução dos trabalhos desta sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) – Boa-tarde a todos e a todas. Quería comunicar ao Vereador Professor Felipe e ao senhor William Costa Nunes que já pedi para providenciarem duas cadeiras e faço o convite para se sentarem à mesa junto a nós.

É um prazer muito grande estar com vocês e agradeço a presença de todos, a mobilização das pessoas que gostam e andam de bicicleta, e vejo aqui algumas pessoas com quem já tive a oportunidade

de conviver por algum tempo, seja como Vereador, seja como Secretário de Obras do Município.

Parabenizo o proponente desta audiência pública, o Deputado Antonio Aguiar, pela mobilização que fez com relação ao assunto. De imediato, passo a palavra ao Deputado Antonio Aguiar para que possa fazer a justificativa desta audiência pública.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL ANTONIO AGUIAR – *(Cumprimenta membros da mesa e demais presentes.)*

Nossa visão não é de agora; estamos há mais de cinco anos falando sobre o ciclismo e tivemos agora a oportunidade de chamar a sociedade para discutir esse importante tema, chamar vocês para participarem do que pode ser feito, do que está sendo feito pelo ciclista no Estado de Santa Catarina.

Temos, sem dúvida nenhuma, uma visão de futuro também, porque o futuro está aqui do nosso lado e é a educação dos nossos filhos. É através da educação que vamos colher os frutos do futuro.

Este é o momento de chamar a atenção da população, dos órgãos públicos, dos órgãos responsáveis, para fazer com que o ciclista seja o beneficiado, o protegido, o menos acidentado. Eu, como médico ortopedista, atendi muitos ciclistas e tenho certeza de que eles são vítimas, sim. Vítimas do despreparo da sociedade, vítimas do despreparo dos motoristas, vítimas das mazelas da sociedade – drogas, álcool e assim por diante.

Nós temos que conscientizar as pessoas de que hoje a bicicleta representa um ótimo meio de transporte, e que além de transportar ela faz com que a saúde do ciclista seja protegida, porque ele faz um exercício físico. Ela também proporciona lazer ao ciclista, pois ele sente prazer em pedalar. Além disso, temos os ciclistas profissionais, que também têm que ser olhados de maneira diferente.

Enfim, todas as mazelas que acontecem, como estava dizendo um presidente de associação, estão relacionadas com a velocidade. Temos que diminuir a velocidade para diminuirmos os estragos, as mortes e os acidentes.

Temos certeza de que a audiência pública vai fazer com que vocês se manifestem e tragam elementos importantes para nós, para que possamos ajudar os ciclistas não só da Ilha de Florianópolis, mas do Estado de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) – Obrigado ao proponente da audiência pública, Deputado Antonio Aguiar.

Antes de passar a palavra ao senhor Fernando Palhares - a quem vou convidar para se dirigir até onde se encontra o Cerimonial, já que esta audiência pública está sendo gravada pela televisão -, eu gostaria de explicar algumas coisas para os senhores e as senhoras.

Temos duas pessoas assessorando a Comissão: o Palito, que eu pediria para levantar a mão *(o senhor Vilmar Gross levanta a mão, identificando-se)*, e o Sebben *(o senhor Cláudio Sebben levanta a mão, identificando-se)*. Os dois vão anotar o nome das pessoas que por acaso quiserem fazer uso da palavra. Após o Fernando fazer uso da palavra, eu vou passá-la, se vocês me autorizarem, às pessoas que estão à mesa para se manifestarem, enquanto os dois secretários da Comissão fazem a inscrição do público que gostaria de se manifestar. Após a mesa se pronunciar, a palavra vai ficar com os convidados, e se algum membro da mesa ou representante for questionado, depois do público se manifesta novamente.

Então, passo a palavra ao senhor Fernando Palhares, membro da Associação de Triatletas de Jurerê (Atrijur), para fazer a introdução ao tema.

O SR. FERNANDO PALHARES – Obrigado, Deputado.

Bom, antes de tudo eu gostaria de agradecer à Alesc por esta iniciativa louvável, agradecer a presença das autoridades. Eu sou representante da Atrijur, a Associação de Triatletas de Jurerê, e represento aqui mais de duzentos atletas que treinam no norte da Ilha.

A discussão sobre mobilidade é um caminho sem volta. Infelizmente, o Brasil e a Ilha estão engatinhando nessa discussão, mas é fundamental que a gente traga as várias faces da sociedade para discutir esse assunto.

Quando a gente fala de ciclista, existe o ciclista atleta, o ciclista que utiliza a bicicleta como meio de transporte e o ciclista que utiliza a bicicleta como lazer. Eu vou focar um pouquinho mais na minha experiência, que é como atleta, mas certamente nós temos aqui outros representantes que vão poder falar com experiência e propriedade sobre as outras facetas da bicicleta.

Bom, sou triatleta há 11 anos, participo de provas de longa distância aqui no Brasil e no exterior, já completei cinco provas de Ironman e dois campeonatos mundiais, então tenho um pouquinho de experiência nessa área.

É sabido pela sociedade que o norte da Ilha de Florianópolis é uma área propícia para o treinamento dos atletas. Não por acaso, Florianópolis é o berço do Ironman no Brasil, uma prova que movimenta em torno de R\$ 20 milhões por ano. Além do Ironman, nós temos algumas outras provas importantes - inclusive aconteceu uma em Florianópolis ontem, o Challenge. São provas que fazem parte do circuito mundial.

Infelizmente, não temos hoje uma área de segurança para o treinamento desses atletas. Há questão de duas semanas nós tivemos mais um acidente de um atleta, o Ivan, que está em coma induzido no hospital. Infelizmente, é mais uma pessoa que corre risco de morte - e se levantarmos as estatísticas dos últimos anos, a gente vai perceber que é alarmante o número de acidentes com mortes ou com sequelas graves.

Acho que Florianópolis e Santa Catarina podem sair na frente e dar o exemplo para outros Estados e outras cidades do País. Então, acho que é fundamental esta discussão para que a gente traga propostas e soluções concretas para a discussão da questão da mobilidade e, definitivamente, da inclusão da bicicleta como meio de transporte ou meio de lazer.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) – Obrigado, Fernando. Realmente, as colocações que o Fernando faz são muito pertinentes. Quem vai ao norte da Ilha, quem vai à Universidade Federal, periodicamente se depara com uma bicicleta branca nova registrando, infelizmente, uma fatalidade. Somando-se a isso, além de presenciar nessas duas localidades da cidade, eu vi o Igor Amorelli pedalando às margens da BR-101 para treinar para o Ironman. O Igor, para quem não sabe, é o vencedor da edição de 2014 do Ironman. Então essas colocações que o Fernando faz aqui são muito pertinentes.

Agradeço a justificativa da audiência pública e passo imediatamente a palavra ao senhor Eduardo Deschamps, Secretário de Estado da Educação de Santa Catarina.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO EDUARDO DESCHAMPS (SC) – Muito obrigado, Deputado João Amin. Quero cumprimentar também o Deputado Antonio Aguiar, proponente desta audiência pública, os demais membros aqui da mesa e o Fernando, da Atrijur.

Eu vou dividir em duas partes a questão do uso da bicicleta e o que nós podemos trabalhar no âmbito da educação. A primeira delas, pelo uso em si dos estudantes, e a segunda delas sobre o que a gente pode fazer no âmbito das escolas para incentivar o uso da bicicleta.

Eu vou aqui trazer um testemunho pessoal. Em Blumenau, onde eu morava, eu não tinha como deslocar de bicicleta, por absoluta questão de segurança, meus filhos de casa até a escola onde eles estudavam – e isso para a gente sempre foi uma grande frustração. Como minha família veio morar comigo aqui em Florianópolis e o espaço onde a gente mora e a distância permitem, eles há dois anos, quase três que estão aqui comigo, têm ido para a escola de bicicleta. E eu vou junto com eles quando posso, é muito bacana, é muito legal. A satisfação, o prazer... Tem um deles que, mesmo quando está chovendo torrencialmente, faz questão de ir de bicicleta – o que é sempre um transtorno com a minha esposa em casa, para tentar explicar para ele que em dia de muita chuva não dá para ir, senão ele vai chegar completamente molhado na escola. Mas eles gostam muito de fazer isso.

A gente conseguiu inculcar neles esse prazer de poder ir até a escola, de se deslocar até ela de bicicleta, porque para além da questão da saúde e da sustentabilidade, a ida da criança ou do jovem de bicicleta até a escola tem um quê de lúdico, de retorno a uma raiz que a gente ao longo do tempo foi perdendo com a organização que foi sendo feita das cidades.

Eu comentava com a arquiteta Márcia, que trabalha conosco na Diretoria de Infraestrutura Escolar – ela veio junto e vai acompanhar a audiência pública aqui –, a respeito de alguns ícones que existiam em Santa Catarina e que foram se perdendo. Joinville, por exemplo, era uma cidade onde o uso de bicicleta era maciço e hoje já não se vê mais isso. Jaraguá do Sul, sempre que eu tive a oportunidade de estar lá, também era uma cidade com um uso muito intenso de bicicleta para as pessoas se deslocarem para trabalhar. Isso foi se perdendo. Eu acho que o resgate dessa raiz, desse prazer de você poder se deslocar fazendo o bem para a sua saúde é uma coisa que seria muito bacana.

Só que mudou a sociedade. E, ao ter mudado, obviamente que nós todos vamos ter um trabalho redobrado para que se retome

esse hábito. Em primeiro lugar porque, pela característica da sociedade que temos hoje, muito individualista, na qual se tem no veículo, no carro, quase que um ícone – as pessoas precisam ter o seu carro –, você começa a deixar de lado métodos alternativos de transporte, e a gente precisa retomá-los. Esse deixar de lado os métodos alternativos de transporte, obviamente, acabou sobrecarregando toda a estrutura viária que temos, que não se preparou, ou que não está preparada em muitos casos para poder receber – eu vou utilizar alguns termos aqui, peço desculpas se os utilizar de forma errada – modais de transporte diferentes. Ou seja, desde o transporte público, no sentido de transporte coletivo, até transportes sustentáveis e ambientalmente corretos, como é o caso da bicicleta.

Então essa adaptação desses espaços certamente é necessária. Não será simples e fácil de fazer, mas certamente o coordenador aqui da região metropolitana, o Cassio Taniguchi, vai poder falar com mais propriedade, até porque ele tem a experiência desse trabalho no âmbito de Curitiba. Mas esse é um desafio que nós vamos ter que enfrentar e começar agora. Certamente não será algo que a gente vai resolver em cinco anos ou em uma década, mas como já diz o provérbio chinês, para caminharmos 1.000 quilômetros temos que dar o primeiro passo. Eu acho que esta audiência pública, Deputados Amin e Aguiar, é muito bem-vinda para isso.

Agora, para além dessa questão da adaptação dos espaços viários e de transporte da cidade, para que a gente possa fazer com que os pais incentivem seus filhos a irem para a escola de bicicleta com segurança, nós também temos outro trabalho que talvez seja aquele em que a educação possa aparecer de maneira mais forte, que é a conscientização: a conscientização dos benefícios da utilização da bicicleta e a conscientização dos aspectos de retorno para a cidade e para a pessoa que estiver se deslocando utilizando a bicicleta.

Essa conscientização passa por uma palavra que às vezes a gente deixa meio esquecida, que se chama respeito. Ainda há pouco, na entrevista que concedi antes desta audiência, eu comentava que a gente - enquanto protagonistas da direção, por exemplo, de um veículo automotor - tem a plena consciência de que o ciclista como a pessoa que está utilizando outro meio de transporte, bem como o pedestre, talvez sejam as pessoas mais frágeis do processo, porque não têm no entorno uma cápsula de proteção direta. E se eles são as pessoas mais frágeis, devem ser tratados com muito mais respeito e cuidado - não que a gente não tenha que ter respeito pelo outro veículo que esteja ali. E essa conscientização a gente tem que fazer chegar à escola, porque de maneira geral as mídias tradicionais vão dar muito mais intensidade aos prazeres e benefícios existentes na utilização do carro - é só ver as publicidades de hoje em dia -, do que necessariamente na utilização que a gente tem da bicicleta.

Finalizando, Deputados, quero dizer que é importante o retorno e as indicações que vocês derem nesta audiência pública, para que possamos, no âmbito da atualização da proposta curricular que foi feita agora no Estado de Santa Catarina, introduzi-las como temas transversais para serem trabalhados na escola pelos professores com os estudantes que, por consequência, fazem o trabalho de incentivo aos seus pais também, dos benefícios, dos cuidados, do respeito, da segurança que a gente deve ter em relação à utilização da bicicleta.

Quereria aqui colocar a Secretaria de Estado da Educação à inteira disposição para que essas ideias possam chegar a nós e a gente possa trabalhar, agora, na implantação da nova proposta curricular do Estado, temas como esse que certamente vão resultar em muitos benefícios para a nossa sociedade, não só no presente, mas principalmente no futuro.

Muito obrigado. Estamos à disposição, Deputados, para as indicações que saírem aqui desta audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) – Muito obrigado, senhor Eduardo Deschamps, Secretário de Estado da Educação.

Antes de passar a palavra, registro a presença da senhora Sônia Raquel Medeiros Amorim, gerente de Infraestrutura da Secretaria de Estado de Infraestrutura, representando o senhor João Carlos Ecker, Secretário de Estado da Infraestrutura. Muito obrigado pela presença.

Também reforço que o Sebben e o Palito estão fazendo a inscrição das pessoas que gostariam de se manifestar.

Passo a palavra agora ao senhor Kilder André Francisco Alvim de Oliveira, diretor da Floripa Amiga da Bike e do Fórum da Ciclomobilidade.

O SR. KILDER ANDRÉ FRANCISCO ALVIM DE OLIVEIRA – Boa-tarde, Deputados João Amin e Antonio Aguiar, obrigado pela oportunidade de a gente utilizar hoje a Casa para discutir essa questão da mobilidade urbana.

Eu também vou ser breve. Desde minha infância fui criado com o grupo de rua saindo de bicicleta, e hoje tenho a filosofia de que falamos muito que o Brasil é o país do futebol, mas eu tenho uma ideia contrária: eu acho que este é o país da bicicleta, porque se você perguntar, o primeiro brinquedo que toda criança tem vontade de ganhar é uma bicicleta, e não uma bola de futebol.

Também tenho três filhos e sempre tive a oportunidade, igual ao Secretário, de levá-los de bicicleta devido até à questão do trânsito na Beira-Mar. E por incrível que pareça, durante esse trajeto até a escola o único problema que eu tive foi, na escola, os pais começaram a reclamar com a coordenadora porque os filhos não estavam mais querendo ir de carro e queriam copiar os meus filhos, que eram levados de bicicleta pelo pai. Para vocês verem, teve uma imagem positiva. Fora isso, o que a gente vem discutindo hoje é essa questão de segurança e de como ter essas vias de acesso dentro de Florianópolis.

O Floripa Amiga da Bike é uma empresa que veio fomentar e trabalhar a cultura da bicicleta como meio de transporte. A gente vai começar a trabalhar com eventos para trazer a população para as ruas e dar a credibilidade de que ela pode utilizar a bicicleta com segurança. Diante disso, em Brasília, no dia 20 de agosto, um dia após o Dia do Ciclista, a gente lançou a Frente Parlamentar pela Defesa, Apoio e Fortalecimento da Bicicleta como Meio de Transporte e Atividade Esportiva. Hoje o Presidente da Frente é o Deputado Rogério Rosso, a gente veio trabalhando e discutindo várias ideias e algumas coisas já estão tramitando lá no Congresso. Já o Fórum da Ciclomobilidade é justamente uma ligação da população com o Congresso através de discussões e debates sobre o que pode ser melhorado, o que a gente pode conseguir de leis que beneficiem o ciclista no dia a dia, através da segurança.

Aproveitando as autoridades presentes, gostaria de dizer que o Floripa Amiga da Bike trabalha em cima de três pilares, e um deles é a iniciativa pública aqui das autoridades. A gente até vai falar aqui sobre as ciclovias e ciclofaixas, mas o que eu acho que falta muito é a questão de campanhas - campanhas na mídia também. A gente tem dois exemplos claros no uso do cinto de segurança e nas campanhas contra o cigarro. Para vocês verem, foi através dessas campanhas que a população conseguiu ter uma consciência melhor. Hoje a gente fala muito em mobilidade, mobilidade, mobilidade, e nada se faz. Então a gente precisa de mais campanhas educativas.

Foi lançada também, em setembro, a Cartilha do Ciclista - vou deixar uma aqui com vocês. A gente teve uma reunião lá em Brasília, no Ministério das Cidades, e também foi um evento como este aqui. Essa Cartilha foi lançada em nível nacional para trazer essa harmonização entre o motorista, o ciclista e o pedestre, porque cada um tem uma regra dentro de si: o pedestre acha que é o dono da via e que o ciclista não tem direitos; o ciclista também quer atropelar o pedestre; o carro a mesma coisa. Então a gente precisa harmonizar e mostrar que a regra é clara e é a mesma para os três modos de transporte.

Fora isso, foi feito em parceria também, em nível nacional, o Bike Registrada. Hoje todos já conhecem, já fizemos grandes eventos aqui com toda a polícia de Santa Catarina, vamos ter mais algumas reuniões com outras cidades no Estado. Em nível de Brasil, hoje temos mais de noventa mil bicicletas cadastradas. No Bike Registrada, a pessoa cadastra a bicicleta e através desse cadastro a gente pode ter um controle de roubo da bicicleta. O registro inibe o bandido de se utilizar desse comércio ilegal da bicicleta. Como? O ciclista cadastra a bicicleta e a partir do momento em que ela for roubada, a pessoa aciona a polícia e no mesmo momento já entra no aplicativo e faz um alerta de roubo. Esse aplicativo, no momento, traz a foto da pessoa, o alerta de roubo, o número de série e o modelo da bicicleta - depois eu posso simular, tenho um adesivo *fake* de uma bicicleta roubada, e através desse aplicativo a polícia consegue na hora identificar o proprietário da bicicleta e fazer o processo de devolução. Nós temos até um amigo aqui da polícia que pode nos informar claramente: hoje, um dos grandes problemas da polícia também é a devolução dessa bicicleta após a sua recuperação. Como fazer? Como devolver? Para quem devolver?

A gente quer também, de repente, através dessas bicicletas apreendidas, a partir de certo ano ou dependendo do tipo da bicicleta... O Floripa Amiga da Bike está cadastrando e recuperando algumas bicicletas. A gente está lançando hoje, em Brasília - como o projeto lá já está mais conhecido -, o Trato na Magrela, em parceria com algumas televisões e algumas empresas. Agora a gente está para iniciá-lo aqui em Florianópolis, no começo de janeiro e com a ajuda de empresas parceiras. Através do Trato na Magrela, algumas bicicletas recuperadas

pela polícia, que já estão abandonadas há bastante tempo e sem condições de uso, serão recuperadas e doadas a famílias que utilizam a bicicleta como meio de transporte.

Hoje, na Frente Parlamentar, já está tramitando o BikeBus, que é a utilização da bicicleta e do ônibus, assim como é feito nos países estrangeiros. Com o BikeBus, por exemplo, a pessoa sai do norte da Ilha, e se hoje ela não tem uma capacidade física legal para pedalar, ela pode chegar até um ponto de ônibus ou andar mais uns 10 quilômetros, pegar um ônibus, descer aqui e continuar o seu trajeto na Beira-Mar até o seu serviço. Graças a Deus, já temos agora o Park'n Shower, um grande projeto aqui do nosso amigo, onde a pessoa chega, tem onde deixar a bicicleta, tem um vestiário, pode tomar um banho, trocar a sua roupa, trabalhar e depois retornar para casa com segurança. Então é isso o que a gente cobra aqui dessas autoridades hoje, esse respeito e ações a respeito da mobilidade urbana, ciclovias e ciclofaixas.

Participei também da reunião com o Gilberto Kassab, em Brasília, no Ministério das Cidades, e cobramos dele a alíquota referente a cada Estado para a questão de mobilidade urbana. *Taquígrafa-Revisora: Carla Greco Granato [Taquígrafa-Leiturista: Jacqueline de O V Bitencourt]*

E essa semana nós tivemos a resposta com o Governador. Ele esteve em Brasília para receber o valor de R\$ 43,9 milhões, se não me engano, sendo que R\$ 35 milhões foram destinados à mobilidade urbana na cidade de Florianópolis. Foi uma cobrança nossa lá do projeto, graças a Deus, acredito que chegou a nossa cidade e queremos até dentro desta audiência pública cobrar que essa verba seja usada de forma devida e transparente através da mobilidade urbana. Que a gente consiga implementar essas ciclovias e ciclofaixas em todas as cidades.

Sugiro que iniciemos um trabalho piloto pelos bairros, porque não adianta querer fazer em toda a cidade de uma vez só porque a gente vai ter o que já tem hoje na cidade: um quilômetro em cada bairro, com um pedacinho aqui, outro lá. Então, a ideia seria montar um projeto que começasse num bairro e ir ligando os bairros até o centro da cidade.

Querido Taniguchi, eu estava estudando o Plamus e quero dizer que é uma ideia muito legal. Eu gostaria que até nos próximos eventos essa questão da campanha e divulgação... Porque eu vi que são feitas visitas periódicas em cada bairro e um estudo com a sociedade para negociar como seria a melhor forma [de implantar as ciclovias]. Eu vi que passaram algumas etapas no norte da Ilha, e a gente não teve acesso a essas reuniões porque não foram divulgadas, e elas são abertas ao público para haver negociação.

Então, a gente gostaria de ter mais campanhas não só desse projeto, mas de toda a cidade através de comerciais, que os programas de televisão divulguem definitivamente a questão de mobilidade urbana.

Agradeço aos senhores a oportunidade de falar e desejo uma boa-tarde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) — Muito obrigado ao Kilder André de Oliveira.

Gostaria de registrar a presença do Maikon Costa, representando o Conselho de Desenvolvimento do Sul da Ilha (Codesi).

Passo a palavra ao senhor Cassio Taniguchi, superintendente da Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Grande Florianópolis (Sudarf).

O SR. CASSIO TANIGUCHI — Muito obrigado ao Presidente, Deputado Estadual João Amin, e ao Deputado Estadual Antonio Aguiar pelo convite de participar desta audiência pública. Queria cumprimentar o Secretário Eduardo Deschamps e todos os membros da mesa que nesta tarde discutem a questão da mobilidade, especialmente em relação aos sistemas não motorizados.

Por coincidência, na sexta-feira, nós tivemos a reunião final sobre a entrega do Plamus, que é o documento final. Aliás, faço questão de entregar ao nosso Presidente, Deputado Estadual João Amin, assim como já entreguei também ao Deputado Estadual Antonio Aguiar.

(Procede-se à entrega do documento ao Deputado Estadual João Amin.)

Quero dizer que ele é o resumo do resumo, eu costumo dizer que o Plamus é uma [enciclopédia] Barsa, pois são dezenove volumes, contém muitas pesquisas colocando a limpo toda essa questão da mobilidade na Região Metropolitana de Florianópolis.

O conceito básico do Plamus é exatamente a prioridade àqueles que menos podem, ou seja, aos pedestres e aos ciclistas. Não se dá a menor importância para o automóvel, já vou avisando, porque

ele é o elemento poluidor, e, infelizmente, as pessoas aqui na Região Metropolitana se deslocam basicamente por automóvel e por moto, 48% dos deslocamentos, casa/trabalho, casa/estudo, é realizado por automóvel, moto, poluindo o meio ambiente.

Nós estamos tendo a COP 21, em Paris, discutindo esse problema do aquecimento global. Está mais do que evidente que o homem é o grande responsável por esse aquecimento, e todas as ações que possam reduzir o volume dos gases de efeito estufa são muito bem-vindas. E a bicicleta exatamente é um dos fatores que ajuda a reduzir esse problema.

O que nós temos aqui em Florianópolis, o André falou muito bem, são trechos isolados de ciclovias, não só aqui, mas também na Região Metropolitana, e isso totaliza mais ou menos, pelos levantamentos do Plamus, 64 quilômetros sem continuidade, de repente termina a faixa ou a ciclovia e não tem continuidade.

O Plamus já prevê dentro do seu planejamento uma rede muito ampla de ciclovias. Como falei na entrevista, são 473 quilômetros com adicional de mais ou menos 310 quilômetros de ciclovias interligando, fazendo uma rede. Foi aquilo que o André colocou muito bem, vamos começar pela interligação de dois, três, quatro bairros, e assim vamos ampliando essa rede, porque é muito importante ter essa continuidade. Naturalmente tem que ter um pavimento adequado, e — tem buracos por aí, problemas de drenagem, você tem água, principalmente com toda essa chuva parada no meio da ciclovia —, muitas vezes, não há iluminação, sinalização, arborização, que é uma coisa fundamental. Aliás, são fatores que dão condições de atratividade para as ciclovias e para as ciclofaixas e que vão possibilitar as pessoas utilizarem melhor a bicicleta.

Por outro lado, há dentro do Plamus a ideia de utilização da bicicleta compartilhada. Ou seja, como há o *vélos en libre* em Paris, em Barcelona, em vários países, aqui tem no Rio de Janeiro, em São Paulo, que é a locação de bicicletas para trajetos curtos, principalmente interligando isso com o sistema de transporte em massa. No futuro, espero que seja breve, será o BRT interligando os principais Municípios da Região Metropolitana.

Eu diria que é um projeto ambicioso, mas perfeitamente factível, já tem dimensionamento de valores, já tem os primeiros passos para a implantação de 52 quilômetros de BRTs mais 37 quilômetros de faixas exclusivas para ônibus e mais ainda vias exclusivas para o ciclista.

Portanto, o Plamus contempla todas as faixas de mobilidade, todos os modais, Secretário, o senhor falou perfeitamente correto, do ponto de vista técnico é isso mesmo, são vários modais que foram estudados e a prioridade vai ser sempre o pedestre e o ciclista.

O próprio Deputado Estadual João Amin propôs um sistema cicloviário estadual — nós tivemos a oportunidade de estudar o projeto —, principalmente para aquelas rodovias estaduais onde existe uma característica urbana. Por exemplo, a SC-401, a SC-405, toda essa interligação dentro da Ilha. O próprio DNIT tem na Via Expressa o projeto — aliás, o Huri também está aqui, parabéns porque o DNIT considera não só a implantação do BRT ao longo da Via Expressa como também todo um conjunto de calçadas, ciclovias. Isso mostra a preocupação para com os modais não motorizados é fundamental e perpassa todos os níveis de governo, o que é muito bom, porque finalmente as pessoas estão tendendo que é fundamental que seja dada prioridade para esses meios.

Então, essas rodovias estaduais que têm características tipicamente urbanas como, por exemplo, Guaramirim, Jaraguá do Sul, quantas pessoas já não foram atropeladas lá naquele trecho, que vai ser desativado, vai ser feito um novo contorno. Mas aquela é uma via essencialmente urbana, então tem que ter condições de circulação de pedestres, de ciclovias, de bicicletas, para que nós tenhamos uma condição adequada.

Eu lembro que Joinville era um mar de bicicletas — a cidade é muito perto de Curitiba e eu ia muito lá —, Blumenau, e até mesmo Jaraguá do Sul e outras cidades. Em Curitiba tinha um monte de gente que andava de bicicleta, eu lembro que era um meio de transporte adequado, e por sinal muito eficiente.

Portanto, vamos, sim, dar total prioridade a essa rede de ciclovias, ela já está configurada dentro do Plamus, claro que vai depender da parceria com os Municípios para que essas ciclovias sejam implantadas dentro das características que nós imaginamos: continuidade, iluminação, sinalização, pavimento adequado. Nesse momento, inclusive, nós estamos estudando, já como fruto de outra audiência pública em relação a resíduos da construção civil, a possibilidade sim de se utilizar esses resíduos para transformá-los em material mais adequado, por exemplo, uma ciclovia com pavimentação

em asfalto, e porque não colorido como se faz na Europa, de uma maneira geral.

Então, devemos ter uma condição extremamente adequada, sinalizada de tal maneira que o motorista não tenha dúvidas em relação ao respeito que ele deve com o ciclista. Portanto, são medidas que já estão programadas, parece-me que o investimento, para os 473 quilômetros, os 310 quilômetros a mais, é na ordem de R\$ 90 milhões, não é uma coisa tão absurda, e essa prioridade deve ser dada a esses meios não motorizados.

Só para vocês terem uma ideia: dos 48% de meios motorizados, 25% são meios não motorizados, incluindo pedestre e ciclovia — não sei se ciclovia é da ordem de 5% a 6% desse total dos 25%. É fundamental que esse número cresça, não importa de que forma, mas é importante que as pessoas entendam que a bicicleta vai ser o grande meio de transporte. Há muitos anos, quando eu estava fazendo palestra no exterior, alguém me falou que o futuro estaria sobre duas rodas. Espero que essa seja uma verdade e que seja o motivo pelo qual possamos chegar nesse nível. Os chineses usavam muito a bicicleta, agora, infelizmente, estão mudando para o automóvel.

O Jaime Lerner, meu parceiro, ex-Prefeito de Curitiba, ex-Governador do Paraná, tem uma frase a lapidar, e eu gostaria de repeti-la dando o devido crédito a ele: “O automóvel é como a sogra da gente, a gente tem que respeitar, cuidar bem. Mas jamais deixar que ela nos domine e passe a determinar aquilo que nós temos que fazer.”

Então, gente, é por aí, e vamos andar de bicicleta. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) — Muito obrigado ao Cassio Taniguchi.

Como de praxe, o proponente da audiência pública geralmente é quem comanda os trabalhos. Eu me permiti ficar uma hora pelo menos nesta audiência porque o tema realmente me interessa muito. Mas antes de passar a palavra ao Vereador Felipe, eu passo o comando dos trabalhos ao Deputado Estadual Antonio Aguiar, e aproveito para justificar a minha saída antes de acabar a audiência porque esta Comissão tem uma audiência pública agora em Biguaçu para tratar sobre SC-407.

Com certeza, o Deputado Antonio Aguiar vai comandar muito bem esta audiência pública proposta por ele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Antonio Aguiar) — Passo a palavra ao senhor Vereador Professor Felipe Augusto Teixeira, de Florianópolis.

O SR. VEREADOR PROFESSOR FELIPE AUGUSTO TEIXEIRA (Florianópolis/SC) — Boa-tarde a todos. Saúdo aqui o Deputado Estadual João Amin, que fez o convite para eu participar desta mesa, e o Deputado Estadual Antonio Aguiar, que é o proponente desta audiência pública.

Eu sou professor de carreira e assumi há cerca de um ano a função de Vereador na cidade de Florianópolis. Quando eu era mais jovem fui eleito diretor de escola e uma coisa me chamou a atenção [naquela época], uma reivindicação constante dos alunos para ter um bicicletário. Nós conseguimos implantar o bicicletário, e a Escola Básica Paulo Fontes, em Santo Antônio de Lisboa, foi uma das primeiras a ter o bicicletário, nós não tínhamos quase bicicletários nas escolas da rede. E muitos alunos vinham de Sambaqui, de Cacupé, da região de Ratonas de bicicleta.

E outro dia visitando a escola eu percebi que o bicicletário estava bem vazio, muito mais vazio do que estava nos anos de 1990. Isso devido a preocupação dos pais, como foi colocado pelo Secretário Eduardo Deschamps, a responsabilidade deles em permitir seus filhos irem para escola de bicicleta, porque começa a se tornar uma situação conflitante quando se corre risco, ninguém quer ver as nossas crianças em risco. Mas nós precisamos manter a prática de criar possibilidades.

Então eu não vejo na cidade de Florianópolis, nos terminais de integração, um grande número de bicicletários. Eu não vejo na cidade de Florianópolis, nas escolas, bicicletários adequados. E essa prática, já que falava em educação, só se torna real quando nós criamos as condições, mínimas que sejam, criamos ciclovias, ciclofaixas, que também são condições que têm que ser criadas.

Também tive oportunidade de participar do Plamus é perceber que, em todas as reuniões nos bairros, nós tivemos a necessidade de implantação de bicicletas.

Eu vim aqui nesta reunião porque protocolei na Câmara no ano passado, e ainda está passando pelas Comissões, um projeto de lei complementar que trata sobre a instalação do *bike rack*, e que também é uma necessidade. Quando o Deputado Estadual João Amin falava aqui sobre essas bicicletas fantasmas nas nossas rodovias, com certeza, se nós tivermos nos terminais de integração a possibilidade de

instalar uma bicicleta e descer em Canavieiras, descer na Lagoa, descer no Rio Tavares e por lá pedalar, o número de pessoas pedalando e correndo risco de morte vai diminuir nas nossas rodovias estaduais que cortam a cidade. E vamos assim também criar as possibilidades, facilitando a vida dos ciclistas e educando todos. Tenho certeza que não só por ser professor, mas qualquer Parlamentar tem que ter em mente a função de educador. Quando ele senta no Parlamento, quando ele discute algo pelo seu Estado, pela sua cidade, pelo seu País, ele tem que ter em mente a visão de que ele é um educador, que ele está ali para propor, para dar exemplo — infelizmente nem sempre é assim —, mas propor também da maneira que a educação se faça, a educação se constrói no dia a dia.

Eu lembrei aqui da minha sogra que faz aniversário hoje e essa brincadeira eu vou passar para ela por telefone. Ela é excelente, mora a mil quilômetros de distância, no Uruguai. Mas hoje à noite vou ligar e contar essa brincadeira para ela também.

Nós temos que ter aqui realmente uma mente educativa no sentido de pedalar, de usar a bicicleta como meio de transporte, como meio de lazer, mas de maneira educada. E nós, motoristas e ciclistas, temos que insistentemente — a educação nada mais é do que o ato da insistência — fazer com que essas nossas vias não sejam um ringue, que elas sejam parceiras, que elas nos levem e nos tragam com conforto e com segurança. É isso que eu tenho em mente como Parlamentar, como pessoa e como cidadão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Antonio Aguiar) — Obrigado, Vereador Felipe.

Antes de passar a palavra para o próximo orador, eu gostaria de fazer um pedido que é a inclusão nas autoescolas — no exame do Detran para a obtenção da Carteira de Habilitação — de módulos que tratem do tema em relação ao motorista. Eu acho que é importante para quem vai fazer o exame de habilitação que já tenha passado desde já pelo tema ciclista.

Com a palavra a senhora Graziela Maria Casas Blanco, gerente de Penalidades e Educação do Departamento Estadual de Trânsito de Santa Catarina (Detran/SC).

A SRA. GRAZIELA MARIA CASAS BLANCO — Boa-tarde, Deputado Estadual Antonio Aguiar, em seu nome eu saúdo todos os membros da mesa. Eu gostaria de saudar meu amigo Luiz Petters, em nome dele saúdo todos os militantes e demais aqui presentes, que são lutadores de bicicleta como meio de transporte e não apenas como um esporte.

Eu fiz algumas considerações aqui com relação à fala dos presentes e vou me limitar também a falar do papel do Detran na construção dessa política catarinense voltada ao uso de bicicleta. Da manifestação dos que me antecederam, destaquei alguns pontos que eu acho relevantes serem abordados pelo Detran: a questão da educação.

Deputado, eu já vou lhe responder de início ao seu questionamento enquanto indicação desta Casa ao Detran.

Quando se fala em educação para o trânsito é importante que a gente entenda isso, está previsto na legislação. No entanto, parece que foge ao nosso dia a dia é que no trânsito nós temos uma regra — e meu amigo da Polícia Militar Rodoviária Estadual sabe disso —, no Código de Trânsito Brasileiro o maior deve proteger o menor. Ou seja, o caminhão, o ônibus, e assim sucessivamente, todos devem proteger o pedestre e o ciclista, que nessa relação são os mais fragilizados. É lógico que a gente não pode dizer que Santa Catarina, o Detran, por meio da Secretaria de Segurança Pública da qual o Detran é parte, tenha feito alguma campanha educativa para incentivar esse cuidado. Mas nós sabemos, sim, e vamos tentar buscar mecanismos para que no próximo ano possamos levar à frente das nossas poucas campanhas a inclusão também do tema do ciclistas.

Com relação a alguns questionamentos, Deputado, sobre as perguntas na prova do Detran ou da formação dos nossos condutores no tocante ao respeito ao ciclista, quero dizer que isso já está presente, já é conteúdo da disciplina Legislação de Trânsito no Centro de Formação de Condutores. E também já está presente na prova do Detran, que é randômica, hoje tenho certas questões e amanhã tenho outras, e ali nós falamos, sim, principalmente no tocante às infrações de trânsito, qual infração e quais penalidades o condutor está sujeito caso ele não respeite, no mínimo, a distância entre o veículo e o ciclista.

E é evidente que isso tudo é uma construção no conhecimento da cidadania que os nossos instrutores de trânsito devem passar para seus alunos quando do processo de formação desse futuro condutor. Então nós temos isso, sim, Deputado, nas autoescolas e também na prova do Detran.

Para ser breve, resta ainda falar sobre o aspecto da fiscalização. E aqui cito novamente o senhor Luiz, que tem acompanhado algumas ações do Detran no nosso programa Balada pela Vida, Álcool e Direção, que esta Casa já recebeu — eu agradeço ao Deputado que nos fez apresentar esse programa aqui — e das nossas ações desse programa com a sociedade civil organizada e com as Polícias Militares, os Guardas Municipais, a Polícia Civil e o IGP, nós temos, sim, feito um trabalho de educação focado no álcool. Inevitavelmente temos que trazer à discussão o envolvimento de motoristas embriagados e acidentes de trânsito relacionados aos ciclistas. Essas bicicletas brancas que a gente vê pelas nossas rodovias, que não gostaríamos de ver, muitas delas são ali colocadas porque o condutor do veículo estava sob o efeito de álcool, em alta velocidade e essa mistura só vai levar a termos mais bicicletas brancas espalhadas pelas nossas rodovias. Então, o Detran, como membro desta mesa, precisa intensificar a sua fiscalização.

O Secretário, Eduardo Deschamps, falava de temas transversais. Trânsito é um tema transversal, já consta nos parâmetros curriculares nacionais que deve ser trabalhado dentro das escolas. Então a gente entende que lá no conteúdo de cidadania podemos trabalhar isso, não é, senhor Luiz? Nós temos discutido isso nas nossas reuniões, o tema de cidadania dá, sim, para gente resgatar o respeito, que me parece é o que falta a todos nós. E aí a gente vai respeitar seja o pedestre que está tentando cruzar a sua faixa exclusiva e não é respeitado, seja o ciclista que sequer tem a sua faixa, às vezes ele tem e termina no meio de uma avenida e ele não pode continuar. Portanto, são questões que eu gostaria de deixar bem claras.

Deputado, vou ter que me ausentar, porque, assim como todos da mesa, às 16h30min eu tenho um compromisso no Detran. Mas gostaria de deixar o Departamento à disposição para trabalhar com o senhor, com a Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano no sentido de tentarmos buscar ferramentas para que a gente possa, entre outras, proteger o direito dos ciclistas.

Acompanhei, juntamente com o Secretário Cassio, na sexta-feira, o lançamento do Plamus, e parece que todos nós estamos convergindo para o mesmo caminho, estamos todos buscando a segurança para todos esses atores, sejam os pedestres, sejam os ciclistas, sejam os motoristas. Enfim, penso que esse, assim como outros que me antecederam na fala, é o ponto de partida para que não só a região da Grande Florianópolis, que já está acolhida pelo Plamus, mas para que o Estado de Santa Catarina possa enxergar a necessidade e voltar às suas origens, porque nós somos um Estado voltado para a bicicleta, como o Kilder falou, nós temos essa cultura.

Eu também ganhei uma bicicleta quando era criança e tenho cicatrizes até hoje de ter andado de bicicleta, e não me arrependo disso. Eu também tenho em casa um atleta que ontem participou do Challenge, e sei o quanto a gente precisa repensar nossos meios de transportes.

Se alguém da plateia quiser fazer algum questionamento ao Detran, Deputado, peço que o senhor encaminhe, se possível, para a gente responder.

Gostaria de reiterar que o Detran está à disposição.

Muito obrigada por estar aqui, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Antonio Aguiar) — Obrigado, Graziela.

Concedo a palavra ao senhor Huri Alexandre Raimundo, engenheiro, chefe de Serviço e Planejamento de Projeto do DNIT.

O SR. HURI ALEXANDRE RAIMUNDO — Boa-tarde a todos. Eu gostaria de saudar todos os componentes da mesa e dizer que vou ser breve na minha fala.

Com relação ao tema mobilidade e ciclovias queria externar para vocês que o DNIT tem acompanhado a evolução dos trabalhos em direção à mobilidade urbana. O DNIT é responsável pelas rodovias com a sigla BR daquelas que não são concessionadas. Hoje nós temos nas BRs parte dos trechos em BRs são concessionadas a privatizações, e administração das rodovias está a cargo da ANTT.

As rodovias que não são concessionadas ficam a cargo do DNIT, as estaduais com o Deinfra, e as municipais cabe à Prefeitura.

Nesse contexto, nós temos que as BRs interpõem um papel importante no sistema de transporte geral, tanto de cargas como de pessoas, apenas com uma conotação diferente, as BRs geralmente trabalham com expressivos volumes de tráfego. Por sorte, a maioria das BRs de Santa Catarina são providas de acostamento de pelo menos 2,5 metros de largura, o que permite uma certa ocupação de multiuso tanto para ciclistas como para pedestres, e também para os veículos que acabam ocupando o acostamento para paradas emergenciais. Mas não são todas as BR que tem essa característica.

Uma dessas BRs, por exemplo, é a 282 no trecho urbano de Florianópolis/São José, a nossa conhecida Via Expressa.

Algum tempo atrás em 2007 eu tive acesso e tive contato com uma ONG relacionada à ciclofaixa, à ciclovia — se não me engano o nome da ONG era Via Ciclo. Nós fizemos alguns trabalhos em conjunto já visando à ampliação da Via Expressa. E esse trabalho foi importante porque permitiu que o DNIT, quando lançou o edital do projeto da ampliação da Via Expressa, embutisse dentro do projeto a criação de ciclofaixas, ciclovias e os caminhos para pedestres — isso é obrigatório dentro de uma rodovia com trecho urbano.

Esse projeto foi contratado em 2010, teve alguns percalços relacionados a toda transformação de Santa Catarina relacionado ao acesso à Ilha. Em 2012 e 2013 houve alguns trabalhos no sentido de uma quarta ligação Ilha/Continente, um trabalho de sistema alternativo de transporte de pessoas, e isso fez com que a gente paralisasse o projeto e aguardasse a evolução desses trabalhos.

Na sequência disso veio o Plamus, e nós tivemos a oportunidade de, antes de concluirmos o nosso projeto, ter o prazer de acompanhar e trabalhar em conjunto com o Plamus. E muitas coisas que o Plamus estudou, a gente acabou incorporando e também tínhamos estudado isso no nosso projeto. Por isso, essa referência ao trabalho espetacular da equipe comandada pelo doutor Cassio. E hoje a gente tem a honra e o prazer de colocar dentro do nosso projeto uma composição que comporte tanto o tráfego de automóveis e de ônibus como o de ciclista.

O passo seguinte agora é a gente ter verba orçamentária para fazer a ampliação da Via Expressa. [Taquígrafa-Revisora: Ana Rita M. de Souza][Taquígrafa-Leiturista:Jacqueline de O V Bitencourt]

O que nos deixa preocupados é que, e vou externar isso aqui que é uma posição antagônica, alguns meses atrás, na tentativa de dar à mobilidade ao transporte de automóveis, alguns Deputados buscaram, com o Ministério de Transportes, que a gente pavimentasse ou nivelasse o acostamento existente na Via Expressa para criar três faixas de tráfego. Essa demanda chegou até mim no DNIT, e eu neguei, até fui muito criticado por isso, mas eu parto do princípio de que se é para piorar deixa como está. Se a gente vai nivelar um acostamento de dois metros de largura, em alguns locais não tem nem isso, para criar uma terceira faixa alternativa para o tráfego, então não faz, porque ali é a única saída que a gente tem para o pedestre e para o ciclista. Então, não faz!

Então, vão brigar por R\$ 100 milhões? Essa foi uma resposta para os Deputados. Se vão brigar por R\$ 100 milhões, a gente coloca mais uma faixa, mais um acostamento de dois metros e meio e aí implanta o corredor de ônibus. Mas se não é para brigar por R\$ 100 milhões e fazer uma gambiarra, então não faz. Acabei levando muita bronca por causa disso, mas eu mantive a posição do DNIT de Santa Catarina de a gente não fazer loucuras.

Então, agradeço o convite para participar deste evento, me coloco à disposição junto com o DNIT de Santa Catarina para qualquer continuidade de trabalho deste grande tema que é a participação dos ciclistas dentro do conjunto relacionado com a mobilidade urbana.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Antonio Aguiar) - Passo a palavra ao Capitão Davi Augusto Silveira dos Santos Lima, Comandante da 1ª Companhia do Batalhão de Polícia Militar Rodoviária Estadual, representando o Tenente-Coronel PM José Norberto de Souza Filho, Comandante do Batalhão de Polícia Militar Rodoviária.

O SR. CAPITÃO DAVI AUGUSTO SILVEIRA DOS SANTOS LIMA – Senhor Deputado, boa-tarde. Em seu nome gostaria de cumprimentar todos os membros da mesa e os demais presentes.

A Polícia Militar Rodoviária, no seu dia a dia, falando especificamente da 1ª Companhia, que pega a malha viária de toda a Ilha e algumas rodovias da Grande Florianópolis, constantemente tem se deparado, primeiramente, com ocorrências de acidentes de trânsito. Só para a gente ter noção, de 1º de janeiro deste ano até 24 de novembro, houve na região da Grande Florianópolis 22 acidentes que a Polícia Militar Rodoviária atendeu. Desses 22 acidentes, nós tivemos 15 ciclistas com ferimentos leves, 7 ciclistas com ferimentos graves e duas mortes. Isso em ocorrências que a Polícia Militar Rodoviária atendeu. Além disso, a gente tem verificado – obviamente, foi o que o colega falou – uma crescente demanda na utilização das nossas vias, do acostamento principalmente, pelo pessoal que treina, pelo pessoal que se locomove e que precisa utilizar aquela rodovia para poder chegar ao seu destino. Então, também temos essa preocupação, estamos cientes desse tipo de situação e dentro das nossas possibilidades, obviamente, tentamos minimizar os riscos.

A respeito da questão do projeto Bike Registrada, a Polícia Militar Rodoviária ainda está em processo de tramitação para implementar esse projeto nas nossas viaturas. Mas os batalhões de área aqui da Grande Florianópolis, já começaram a implementar esse projeto. Inclusive, teve uma campanha na qual o pessoal levava a sua bicicleta lá no Batalhão, no Centro de Ensino, para fazer o cadastro, o registro. Portanto, a gente tem intenção de trabalhar nesse tipo de questão. Até porque, antes desse projeto, havia grande dificuldade por parte do policial militar muitas vezes, porque ele ia fazer uma abordagem e tinha a percepção de que aquela situação era suspeita, ele sabia que aquela bicicleta poderia não ser de procedência legal. Só que ele não tinha como buscar a confirmação desse tipo de questão. Então, esse projeto vem justamente ao encontro desse tipo de possibilidade; ele vai facilitar o trabalho do policial que vai verificar com mais facilidade a procedência da bicicleta e vai conseguir dar um destino, porque se constatar que a bicicleta foi furtada, ele vai encaminhar para a Polícia Civil e a Polícia Civil vai fazer essa liberação, a princípio.

A questão do norte da Ilha, não é novidade para ninguém que Santa Catarina tem se destacado cada vez mais no cenário do turismo, tanto nacional quanto internacional. A gente recebe todo ano, todos os meses, diversas pessoas de diversos locais, e isso também tem contribuído para o crescente aumento da demanda de eventos esportivos. Tanto é que, por exemplo, esse final de semana a Polícia Militar Rodoviária atuou, no sábado de manhã, tanto na modalidade *sprint*, que é a menor, quanto na modalidade maior. Então, a gente tem participado cada vez mais.

A gente se coloca à disposição do pessoal que tem questionamentos, que tem dúvidas, não só aqui, mas também lá na Companhia. Quem conhece o pedágio, lá é a sede da Companhia. Eu trabalho lá. Então, o pessoal que precisar de qualquer tipo de apoio para qualquer tipo de situação é só ir lá que a gente resolve da maneira mais desburocratizada possível.

A respeito do acidente com aquele ciclista, há três semanas, senão me engano, não me recordo da data exata, a Polícia Militar Rodoviária atendeu esse acidente. Foi um acidente bem sério para o ciclista, tanto é que ele ainda está em coma, um colega falou. A Polícia Rodoviária, em virtudes das suspeitas de embriaguez do motorista, fez a condução para a delegacia e tomou as providências necessárias.

No mais, me coloco à disposição para os questionamentos, vou permanecer aqui com os senhores até o final, e muito obrigado pela oportunidade. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Antonio Aguiar) - Passo a palavra para o senhor William Costa Nunes, diretor-geral da Secretaria Municipal de Segurança e Gestão do Trânsito, representando o senhor Cesar Souza Junior, Prefeito de Florianópolis.

O SR. WILLIAM COSTA NUNES – Deputado Antonio Aguiar, em nome do senhor, cumprimento todos os presentes.

Primeiramente, eu sou um ciclista de final de semana. Fiquei bastante surpreso porque eu não conhecia nada do que está no folheto do Deputado Antonio Aguiar: as sinalizações utilizadas pelos ciclistas. Não conhecia nada. Fiquei sinceramente surpreso. Vou aprender algumas coisas.

Sexta-feira, quando eu recebi a informação, o Prefeito me incumbiu de vir representá-lo nesta audiência, eu comecei a observar um pouco mais a questão do ciclista. Eu moro no norte da Ilha e acompanho todos os dias, quando me dirijo à Prefeitura pela manhã, ciclistas treinando nas margens da SC-401. Mas não foi isso que observei porque isso eu observo todos os dias; eu comecei a observar o número de bicicletas fantasmas, as bicicletas brancas, na beira da rodovia. Da minha residência até a Beira-Mar norte, eu constatei quatro bicicletas fantasmas. Não são apenas quatro vidas, são quatro famílias, e daí por diante, eu não vou me estender. Mexe na sociedade toda, é complicado.

A Prefeitura é parceira. A Prefeitura tenta colaborar da melhor forma possível, mas a gente está dentro de uma Ilha e fica complicado. Não é impossível. Não é que não dá para fazer. Mas a questão da mobilidade aqui dentro se torna um pouco mais complicado que o normal devido a estarmos numa ilha.

Outra coisa que a Graziela, do Detran, falou e que me chamou a atenção é que não adianta só educar o pedestre, o ciclista e até mesmo o condutor do automóvel, da motocicleta; tem que fiscalizar. O nosso colega da Polícia Militar pode ser mais preciso do que eu, mas de certeza 90% dos acidentes envolvendo ciclistas e automóveis ou tem embriaguez ou imprudência do condutor do veículo. Não estou dizendo que todo ciclista é correto, mas a grande maioria -

porque eu, pessoa, observo - tem uma prudência muito grande porque ele é o menor, então qualquer impacto pode levar sua vida.

Fica até difícil falar depois de tantas pessoas qualificadas, mas ficarei até o final também para qualquer esclarecimento, e quero dizer que a Secretaria de Mobilidade está de portas abertas para receber informações, tirar dúvidas e colaborar com tudo o que for possível para o povo florianopolitano.

Seria isso, Deputado, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Antonio Aguiar) – Obrigado, William. Com a palavra ao senhor Fabiano Faga Pacheco, conselheiro da União de Ciclistas do Brasil (UCB).

O SR. FABIANO FAGA PACHECO – Quero saudar as instituições ciclísticas aqui presentes - Bicicleta na Escola, Associação Blumenauense Pró-Ciclovias, Cicloação, Associação dos Ciclo Usuários da Grande Florianópolis -, a Eu Vou Floripa Bike in Fit, nova empresa instalada aqui na cidade, os representantes do IPUF - infelizmente a representante do Detran não pode estar presente até o final - e a Comissão de Mobilidade da OAB. Infelizmente não puderam estar aqui presentes representantes do Pedala Joinville, Pedala Pomerode, Pedala Jaraguá e da Associação de Bicicletas Chapecó.

Nós estamos aqui tratando de uma audiência em nível estadual e legislativo. Infelizmente, de todas as categorias de Poderes que nós temos instituídos no País, é o que tem menor capacidade de realizar ações próprias em prol do ciclista. Mas existem ações que estão correndo que são importantes, duas delas são projetos de lei.

Então, de início, eu gostaria de manifestar favoravelmente a dois projetos de lei que estão correndo aqui na Casa. O primeiro é do Deputado João Amin, que cria o sistema cicloviário estadual. Ele foi criado aqui mesmo, neste local [da Alesc]. Foi feito um substitutivo de um projeto que já existia e simplesmente o substitutivo não chegou. E outro é um projeto que tem tudo a ver com o Bike Registrada, que é o projeto que cria o sistema de prevenção ao furto, roubo e comércio ilegal de bicicletas.

Felizmente, o papel do legislador não é apenas criar projetos de leis; é também cobrar, fiscalizar o Executivo. Nisso, os Deputados Estaduais têm grande capacidade, têm grande poder de barganha, maior que quase toda a população. Por que eu falo isso? Porque simplesmente as obras em rodovias estaduais, que são feitas de maneira tecnicamente incorreta, por exemplo, podiam ser melhores fiscalizadas pelos senhores Deputados. Um dos projetos de lei que eu acompanhei, que estava tramitando aqui, é do Deputado Antonio Aguiar que cria a campanha Ciclista Protegido. O projeto foi simplesmente retaliado pelo governo estadual quando chegou à aprovação. Teve vários artigos vetados, boa parte do conteúdo, apesar do conteúdo ser muito legal, simplesmente acabou. Como a gente vai criar uma campanha Ciclista Protegido, se o governo do Estado acaba não investindo no ciclista protegido?! É uma questão importante. Então, cobrar emendas orçamentárias para a educação do trânsito não só em nível do ciclista, mas em nível do indivíduo, e cobrar emendas orçamentárias para a execução de ciclovias nas rodovias estaduais. Essa é uma questão que é importante.

Foi falado aqui que se vê cinco bicicletas fantasmas na SC-401. Em três anos a quantidade de ciclistas naquela região, com morte, foram nove. Infelizmente, aquelas são simplesmente as bicicletas que a gente consegue ver e que não foram furtadas. Importante falar isso.

Em termos de ações efetivas, nós temos: é importante conscientizar os ciclistas? Sim. Essa conscientização começa desde a escola. Nós temos um projeto aqui em Florianópolis que é bem legal, o projeto Bicicleta na Escola. Eu gostaria que surgisse como encaminhamento desta audiência pública, um ofício ao Secretário de Educação, Eduardo Deschamps, para que esse projeto Bicicleta na Escola se torne um projeto estadualizado, para que as crianças... Preciso falar mais? Não, né? Obrigado.

Quanto à fiscalização, fiquei muito contente de ver o folderzinho do Deputado, porque boa parte da legislação foi pega do site da Bicicletada Floripa, um movimento que tem pessoas aqui presentes, mas ele, como instituição não está representado.

Nós temos, em nível estadual, uma lei criada em 2010 que simplesmente é reiteradamente descumprida em nível estadual. Nós temos a SC-401, aos poucos, tendo ampliada uma terceira faixa, e simplesmente o ciclista fica esquecido. Acostamento - isso foi bem falado pelo DNIT -, acostamentos de BR-101 simplesmente viraram pistas de tráfego automotor. E é lá que treinam, hoje, vários ciclistas, inclusive da Atrijur, que não pegam a SC-401, mas pegam a BR.

Uma constatação apenas. Nós tivemos, sexta-feira, uma apresentação do Plamus, o Plamus durou dois anos. O que nós

estamos tendo agora não é o Plamus, tá, Vereador? Agora nós temos o PlanMob, Plano de Mobilidade Setorial da Grande Florianópolis.

Outra cobrança que os Deputados tem que solicitar dos Executivos municipais para realização desses PlanMobs... Está tendo oficinas, desde o começo do mês. A despeito de certo desconhecimento, a União de Ciclismo do Brasil esteve presente desde a primeira oficina. A União de Ciclismo do Brasil e a Viaciclo estiveram presentes na consolidação do Plamus, não só a UCB. Eu vejo aqui pessoas que estiveram presentes nas reuniões da oficina. Então, apesar de não ter saído na grande mídia, o PlanMob tem sim sido acompanhado pelos ciclistas.

E por fim, ciclovias são diferentes de acostamentos. Eu não cheguei a ser da Atrijur, mas eu fui de uma assessoria esportiva que treina *triatlo* em Jurerê. Por exemplo, o acostamento que foi dividido para virar meia ciclofaixa é prejudicial a quem pedala. Os tachões estão feitos de tal maneira que simplesmente o maior risco são aos ciclistas que pedalam lá. Logo na primeira semana do *case* internacional de como não fazer ciclovias e rodovias, morreu um ciclista. Não durou uma semana para morrer um ciclista na ciclofaixa recém feita, uma obra estadual. Foi o ciclista Hector, lá em Canasvieiras, muito perto de onde está o elevado hoje. Pensando nesse ponto de vista, você deixaria o seu filho, ou o seu pai andar de bicicleta no acostamento? Vocês deixariam? Eu ficaria muito receoso. Sinceramente, não sou pai, mas eu ficaria muito receoso de deixar meu filho andar de bicicleta no acostamento. As ciclovias têm sua importância. As ciclovias salvam vidas, e claro, ciclovias podem ser muito melhoradas com arborização e passeio de pedestres.

Tenho aqui o livro "A Bicicleta no Brasil - 2015". Florianópolis foi uma das dez capitais contempladas nesse livro. Ele foi lançado aqui na Alesc, no dia 17 de setembro, no começo da Semana da Mobilidade Urbana Sustentável e da Semana da Bicicleta, uma semana de dez dias cheios de atividades. Eu trouxe alguns exemplares, a pedido, para comercialização.

Mais uma coisa. Tem outro projeto rolando aqui na Casa, de autoria do Deputado Leonel Pavan, que coloca bicicletários em estabelecimentos; em empresas de alguma forma, sim. Existe uma manifestação contrária a esse projeto da forma como ele está seguindo neste momento, tanto pela inconstitucionalidade quanto pelo teor. Gostaria que o Deputado fosse relator de alguns dos projetos que eu citei anteriormente, e gostaria de solicitar o arquivamento desse projeto de lei, porque eu o considero, de maneira geral, nas suas minúcias, prejudicial à mobilidade ciclística. Eu sei, pode parecer contraproducente um projeto que fala de bicicletário ser contrário a uma política de bicicleta. Alguns artigos dele, que são mais importantes, podem entrar em projetos posteriores. Mas o projeto em si contém vários indícios de ilegalidade.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Antonio Aguiar) - Passo a palavra ao senhor Édio Fernandes, presidente da Associação Amigos do Estreito.

O SR. ÉDIO FERNANDES – Boa-tarde a todos. Cumprimentando o Deputado Aguiar, cumprimento os membros da mesa.

Senhor Deputado, vou ser sucinto na minha explanação. Assim como vários membros da mesa já mencionaram que Joinville, Jaraguá do Sul, Pomerode, não estão tendo mais evidências de ciclistas nas ruas, o mesmo não se diz em Florianópolis. Aqui, eu acho que a demanda está cada vez maior. Não podemos esquecer do Afonso Gentil Ramos, do Milton Della Giustina, do Alexandre Fullgraf, nossos ídolos do ciclismo de ontem! Então, é preciso sempre estar com essa memória.

Nós temos, no continente, uma Beira-Mar Continental que foi contemplada com uma ciclovia que está dando um pouco de trabalho. Eu sou líder comunitário no Estreito, tenho um jornalzinho de bairro, onde eu especifico sempre os detalhes. E tudo o que é errado se fazer em uma ciclovia, foi feito na Beira-Mar Continental. Sou obrigado a falar isso. Quando chove, ficam bolsões de água, e entre a calçada e a pista de rolamento tem a ciclovia, não tem pista de pedestre. Foram construídos recentemente uma academia de ginástica ao lado da ciclovia, uma academia de ginástica da terceira idade ao lado da ciclovia e um parquinho ao lado da ciclovia, onde tem que ter o cercamento. Nós estamos batalhando, implorando para que esse parquinho seja cercado. Existe uma lei na Câmara de Vereadores, do Vereador Jaime Tonello, que diz que tem que cercar para as crianças não atravessarem a ciclovia. Está dando a maior confusão, Deputado. Então, isso nos causa muita preocupação.

Eu trouxe um documento, aqui, hoje para fazer um encaminhamento. Por exemplo, o amigo André mencionou que nós temos que ter ciclovias ligando bairro a bairro. Muito bom. Nós temos a ciclovia na Beira-Mar Continental, que, mais uma vez eu digo, está dando complicações. Até, nós estamos solicitando nesse ofício aqui (*mostra o documento*), e já encaminhamos para o Deputado João Amin, uma sinalização mais adequada, até que ela seja, talvez, compartilhada, porque ali transitam ciclistas, corredores, patinadores, *skatistas*. Na calçada o piso é irregular e não dá para fazer essas atividades esportivas. Então que seja sinalizado, é isso o que nós estamos solicitando.

Haja vista que lá também tem uma bicicleta branca. Vejam os senhores! Mas não foi o automóvel que pegou o ciclista. Foram dois ciclistas que se chocaram devido à alta velocidade - estão fazendo daquilo ali um velódromo - e uma barra de ferro da bicicleta veio a perfurar o pulmão do ciclista, que veio a falecer. Foi colocada a bicicleta branca num poste para evidenciar que ali faleceu uma pessoa, mas não colido pelo veículo, foi ciclista contra ciclista. Vejam só! A Beira-Mar Continental e a ciclovia são preocupantes. Eu menciono isso aos amigos mais ligados ao ciclismo para se atentarem. Façam um passeio lá para ver como ela é.

Então, esse parquinho que construíram ao lado da ciclovia é um caos. Isso é um aborto da natureza, falando popularmente.

Eu trouxe duas fotos da ciclovia para mostrar um detalhe muito importante: a ligação da Beira-Mar continental com o bairro de Coqueiros. Embaixo da Ponte Hercílio Luz existe uma calçada que é diminuta. O ciclista, o corredor, o patinador, o *skatista*, são obrigados a adentrar a pista de rolamento para seguir em frente para o bairro de Coqueiros. Então, isso está trazendo um problema! Porque ali os veículos estão em alta velocidade, eles fazem aquela curva depois da Comcap para entrar na Beira-Mar continental a mil por hora. A hora que der um acidente ali, Deus queira que não, fará muitas vítimas.

Nós queremos que ali sejam afixados cones como é feito aos domingos. A ciclofaixa no domingo contempla esses (*aponta para a foto*) cones e perfeitamente todo mundo passa ali porque têm mais duas pistas para veículos. Fica uma para ciclista. Pelo menos naquele trecho embaixo da Ponte Hercílio Luz. Isso está dando um problema enorme, nós estamos preocupadíssimos, a comunidade tem vindo até nós, no sentido de tomar uma providência, que a Secretaria de Mobilidade Urbana do Município sinalize o mais rápido possível antes que aconteça algo fatal.

Nós estamos encaminhando aqui um ofício da Associação Amigos do Estreito, solicitando, Deputado, que a Comissão de Transportes faça uma indicação para a Prefeitura de Florianópolis, à Secretaria de Segurança e Mobilidade Urbana, no sentido de sinalizar e disciplinar para que no futuro não tenha mais bicicletas brancas ali. É isso que eu gostaria de solicitar.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Antonio Aguiar) - Passo a palavra para o senhor Antônio de Arruda Lima, presidente da Comissão de Transporte e Mobilidade Urbana da OAB de Santa Catarina.

O SR. ANTÔNIO DE ARRUDA LIMA - (*Saúda as autoridades e demais presentes.*)

Gostaria de iniciar falando para o Édio que eu sou usuário daquele trecho ali. Apesar de entender que não seja da maneira tão grave como foi colocado, eu acho importante ser colocado tachões porque realmente é um trânsito que não poderia se misturar, deveria ter um local destinado às bicicletas.

Eu estou ao longo de cinco anos à frente da Comissão de Transporte e Mobilidade Urbana da OAB. E nesse período eu tenho observado que nós temos evoluído bastante nessa discussão técnica da necessidade de se incrementar a questão de ciclovias e modais não motorizados, não só a bicicleta em si, mas outros modais não motorizados na questão de mobilidade. Até porque nós estamos vivendo numa sociedade que tem evoluído para o compartilhamento, e dentro desse compartilhamento, o transporte público ou o transporte por bicicletas e etc mostram muito mais um compartilhamento entre os cidadãos do que o transporte individual. A gente tem um conceito que fala que o veículo individual é uma evolução tecnológica, retrógrada, porque o veículo individual é uma máquina que usa energia para deslocar uma tonelada para transportar 80 quilos, mais ou menos isso.

O nosso Estado, Santa Catarina, tem saído - eu gostaria de fazer alguns cumprimentos - à frente com várias iniciativas pioneiras, que já foram referenciadas aqui por várias pessoas, como o Plamus, que foi um projeto que nós acompanhamos desde o início e que foi fortemente encampado pelo Estado e pelo BNDES, do governo

federal. Pioneiro no Brasil, não existe nenhum outro estudo de mobilidade no Brasil hoje voltado para isso. Ele tem sido citado internacionalmente. Também tivemos a Superintendência, criada pelo governo do Estado, antes mesmo da edição do Estatuto da Metrópole 2015, que prevê todo um planejamento e desenvolvimento urbano integrado. No urbano integrado se coloca o planejamento urbano, o plano de mobilidade e saneamento básico no mesmo campo. [*Taquígrafa-Revisora: Sabrina Schmitz*]

Eu sou o titular hoje da OAB no Coderf, que é o Comitê de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Grande Florianópolis, o nome é grande, mas é esse mesmo, que tem por intuito discutirmos quais são os planejamentos necessários. A gente vê que existe uma coordenação técnica muito grande para que isso seja desenvolvido de uma maneira contínua, de uma maneira integrada realmente em todos os Municípios da Grande Florianópolis.

No início da minha juventude, não posso dizer que sou velho, mas eu andava muito de *mountain bike*. Eu competia e era um assíduo usuário da bicicleta. Eu confesso, com pesar, que fui atraído pelo veículo, estava louco para ter uma carteira de motorista. E, agora, surpreendentemente, peguei aquela minha bicicleta de 20 anos atrás - agora não, já faz alguns anos - e voltei a pedalar e senti um prazer incomensurável de voltar a pedalar. Tanto que já adquiri uma bicicleta mais recente, com *designer* mais atuais, etc. e já tenho o projeto de tornar a bicicleta antiga em elétrica para poder utilizar, porque realmente não posso utilizar a bicicleta como transporte por causa da roupa, mas gostaria de agregar a isso. Eu acho que é um modal que pode ser utilizado realmente.

A gente vê, nessa evolução tecnológica, que a pirâmide do tráfego hoje é invertida. Antigamente tínhamos como prioridade o transporte individual no ponto da pirâmide e hoje a pirâmide foi invertida, e os transportes coletivos e os transportes de bicicletas têm tido prioridade nos meios de transporte. Isso daí é uma tendência mundial, posso citar aqui várias capitais do mundo Copenhague, Helsinkí, Hamburgo, Shangdu, Madri, Amsterdam, Paris. Todas elas têm a pretensão de, em uma ou duas décadas, extinguir o automóvel do centro da cidade. É claro que o automóvel não vai deixar de existir, mas ele não pode ser mais uma prioridade como meio de locomoção e, sim, como uma comodidade para viajar com a família, turística, tudo bem, para isso daí pode ser utilizado, mas não como meio de locomoção.

Copenhague começou com esse projeto em 1973 e, com a crise do petróleo, a matriz da mobilidade ficou voltada para a bicicleta e, hoje, Copenhague tem estudos demonstrando que existe uma economia de R\$ 0,40, convertidos, por quilômetro, por habitante na questão de mobilidade, enquanto São Paulo gasta R\$ 2 bilhões por ano em saúde pública.

Eu gostaria de fazer um breve histórico dizendo que nós tivemos algumas ações, aqui, em nível municipal e estadual, que priorizaram realmente como veículo a bicicleta. Eu gostaria de fazer parte do discurso do nosso colega e dizer que realmente temos excesso de leis e falta de cumprimento dessas leis. Existe uma falta de controle e fiscalização dessas leis. Nós tivemos a Lei Complementar 78, de 2001, que foi proposta pela então Prefeita Angela Amin, que dispõe sobre diversas regras de utilização da bicicleta, reconhecendo a sua importância para a locomoção e para a saúde, e determinando como elas deveriam ser utilizadas.

Na sequência, em 2010, temos a Lei 15.168 e a Lei Complementar 78/2001 - essas leis estão em vigor ainda - e Lei estadual 15.168, do Deputado Gelson Merisio, que estipula que o planejamento de infraestrutura viária sempre preveja os modais não motorizados com toda a sinalização e acessórios necessários ao bom desenvolvimento desses modais. Nós temos, também, a Lei Complementar 106, de 2002, também da Prefeita Angela Amin, que institui o Manual do Ciclista e o Manual de Segurança Cicloviária. A Lei Complementar 155, de 2005, do então Prefeito Dário Berger, previa reserva bicicletários públicos e particulares, que hoje se vê que não é implementado, inclusive com tarifário diferenciado para os estabelecimentos comerciais que incrementavam o seguro à bicicleta. Isso a gente precisava, inclusive já foi objeto de um manifesto que fizemos na OAB. Nós encaminhamos ofício aos sindicatos dos estacionamentos requerendo que destinassem parte dos seus estacionamentos para as bicicletas, pois a gente sabe que não tem nenhum lugar seguro para a bicicleta hoje. Eu já sou adepto. Quando eu comprei a bicicleta nova, a primeira coisa que eu fiz foi colocar o Bike Registrada na minha bicicleta. Eu já estou um pouco menos inseguro, apesar de que não a uso para locomoção. Eu usava mais a velha para me certificar. Posteriormente, houve o Decreto 12.177, de 2013, do

Deputado João Amin, na época a frente da Prefeitura, que instituiu uma comissão propositiva de planejamento e execução chamado Pró-Bici. Até onde eu me informei com as entidades, essa comissão nunca se reuniu. Nós vemos uma infinidade de projetos de leis em vigor que não têm a sua aplicação prática. Nós precisamos cobrar realmente que elas sejam aplicadas, porque senão a lei é letra morta.

Eu gostaria de destacar aqui que é necessário fazer um manifesto muito forte em relação ao Projeto de Lei 21.080, de 2015, que está tramitando em nível federal, do Deputado Fábio Reis, do PMDB de Sergipe. Eu não sei se ele teve um problema pessoal, geralmente essas questões são motivadas por problemas pessoais, mas ele abrange as infrações dos veículos que estacionam sobre ciclovias e ciclofaixas, e agrava o usuário da bicicleta, inclusive com o recolhimento da bicicleta. Quem não tiver carteira de motorista pode ser inscrito em dívida ativa. O cicloatuário deve andar com a carteira de motorista agora, para poder ser multado e a sua bicicleta removida e levada ao pátio enquanto o motorista de transporte individual que parar em cima de uma ciclovia, ciclofaixa tem a sua pena baixada, a sua infração é colocada em nível levíssimo.

Eu já fiz um manifesto, diretamente ao Deputado, dizendo que ele vai contra toda a evolução que a sociedade tem primado em relação a essa questão de usuários de bicicleta, e até obtive uma resposta, mas veio vazia, não sei se foi o intuito dele me responder ou não, enfim, mas coloquei justamente essa questão de que todas as cidades do mundo que priorizam o transporte... A bicicleta está se misturando em Nova York, em Amsterdam, elas se misturam com os carros. Ela é encarada como um meio de locomoção e é respeitada nesse ambiente.

Nós também temos que ter a nossa *mea culpa* de saber que temos que cumprir com o nosso dever, por exemplo, de não beber e dirigir, observar a sinalização, ter o conhecimento das leis - o descumprimento é ferrenho no Brasil e em Florianópolis especialmente até por causa da nossa evolução arquitetônica da própria cidade que é muito complexa. A gente vê um descumprimento constante de carros estacionando em cima da calçada, etc., e o próprio pedestre que também não pode se utilizar das ciclovias e ciclofaixa, se ele quer realmente estabelecer isso, que a bicicleta deve transitar sobre a ciclovia, que o pedestre não ande na ciclovia também, porque corre o risco, é um meio de locomoção, de causar acidentes e pode causar acidentes graves, dependendo da velocidade que transita, uma bicicleta a 50km/h. Esses pontos gostaria de trazer à tona.

O último ponto para o qual gostaria de chamar a atenção desta Casa é para a possibilidade - assim como a matriz de locomoção foi enfocada no transporte individual, e para isso houve o estímulo de redução de impostos e benefícios para a aquisição de veículos individuais -, de que fosse proposta a criação de estímulos e incentivos à aquisição de bicicletas e modais não motorizados, com redução de impostos, ou seja, tanto federais quanto estaduais, para poder estimular esse modal de locomoção, que tem sido cada vez exemplarmente utilizado em nossa cidade. Eu que caminho toda vida ali pela Bocaiuva, etc., vejo que as pessoas têm utilizado cada vez com mais frequência como meio de locomoção individual, e não só para se exercitar, mas para realmente chegar a outro destino.

Eu deixo essas palavras de consideração à Assembleia e agradeço a atenção de todos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Antonio Aguiar) - Obrigado.

(O senhor Iran Alfredo Gonçalves dos Santos manifesta-se fora do microfone: "Deputado, pela ordem, qual o tempo de fala?")

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Antonio Aguiar) - Até três minutos.

(O senhor Iran Alfredo Gonçalves dos Santos manifesta-se fora do microfone: Deputado, eu me ausentei, porque fui chamado ao gabinete, mas gostaria de saber se ainda tem a minha inscrição.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Antonio Aguiar) - Tem, e o senhor ainda não foi chamado.

Com a palavra o senhor Sérgio Fregolão, cicloinstrutor na Bike Anjo Floripa.

O SR. SÉRGIO FREGOLÃO - Eu sou instrutor, ou seja, me dedico a ensinar às pessoas a andar de bicicleta. Pena que logo agora foi instituído o tempo de fala, porque eu gostaria de me estender um pouco mais do que três minutos para fazer alguns apontamentos essenciais.

Entre os meus apontamentos - lamento muito a ausência do senhor Deschamps, porque gostaria de direcionar a minha palavra a ele, mas, Deputado Antonio Aguiar, gostaria que encaminhasse, por

gentileza, se possível, as minhas palavras a ele, porque vou falar mesmo do ponto de vista da educação.

Eu quero agradecer a presença do Vereador Felipe, dos demais integrantes da mesa, todo o pessoal da bicicleta, e também da sociedade civil organizada ou não.

Senhor William Costa Nunes, fiquei impressionado quando o senhor disse que não conhecia esse modelo de sinalização que é conhecido pelo ciclista. Eu gostaria de perguntar, hipoteticamente ao senhor, se o senhor tem Carteira de Habilitação? Não precisa responder, e não é no sentido de afronta e, sim, no sentido de apontamento da ineficiência do nosso modelo de educação como um todo. Quem tem Carteira de Habilitação, necessariamente, precisa conhecer esse modelo de sinalização do ciclista. Assim como também deveria conhecer o modelo de silvos que é utilizado pelo guarda de trânsito, que está muito em desuso pela nossa sociedade, isso depois a moça do Detran também poderia explicar, porque faz parte daquelas duas semanas de aulas teóricas feitas no Detran. Porque de fato não existe uma carteira para ciclista, assim como existe uma CNH para os motoristas. Novamente vou me dirigir ao Deputado Antonio Aguiar, Presidente da mesa neste momento, que é ortopedista e, desculpe, estou vendo uma moça aqui com uma órtese na perna.

O SR. KILDER ANDRÉ FRANCISCO ALVIM DE OLIVEIRA - Só um adendo, sendo que foi atropelada, recentemente, treinando de bicicleta.

O SR. SÉRGIO FREGOLÃO - Olha só. Então, para trazer à tona todas essas situações, eu gostaria muito de estar falando de toda a questão legal que tem por aí. E, a respeito dessa condição, o senhor como ortopedista, você também como recém atropelada, eu também que fui atropelado no dia 3 de junho por uma motorista que avançou na contramão, porque queria simplesmente furar uma regrelinha para entrar no condomínio dela. Eu me senti hostilizado pela Polícia Militar de Santa Catarina quando eu pedi, no atendimento de socorro, para que fosse feito o croqui do acidente.

Eu levei cinco pontos na cabeça, fiquei em observação, todos meus amigos sabem disso, e não foi feito o croqui, mesmo sendo pedido. Quando, no sábado retrasado, parei em uma ocorrência de trânsito, vindo do Campeche na ciclofaixa, tinha um carro estacionado na ciclofaixa, porque eles, em desacordo um com o outro motorista, um retirou o retrovisor do outro, não houve feridos. Uma Van da Polícia Militar, com seus encarregados policiais, fechado a ciclofaixa, simplesmente para fazer o croqui do acidente. Eu perguntava: O senhor vai multar esses veículos que estão na ciclofaixa? Não. Então, o senhor vai guinchar esses veículos, que é a penalidade que cabe para quem está na ciclofaixa? Não. O senhor vai multar esses motoristas por eles estarem dirigindo sem o retrovisor dos seus carros? Não. E ele ainda me pede: Por favor, senhor cidadão, me deixe fazer o meu serviço. É claro que eu vou deixar o senhor fazer o seu serviço, caso contrário posso levar uma ordem de prisão, porque qual é o poder fiscalizatório que eu tenho como cidadão? Nenhum.

Então, somente para constar essa situação. Quando há acidente entre os motorizados se faz sim, o chamado croqui do acidente, sendo que nem houve feridos. Não sei se houve a solicitação desses motoristas para que fosse feito esse croqui do acidente, mas quando fui atropelado ali, levei meus cinco pontos, fiquei hospitalizado, tive que cancelar duas semanas de agenda minha, e até hoje não tenho resposta ainda. Eu sinto ainda que a senhora motorista está sendo protegida pelas leis, de um modo ou de outro.

Desculpem o desabafo, quero voltar à situação. O senhor, como ortopedista, sabe que o nosso sistema de saúde é praticamente... A maior causa de gasto, no Sistema Único de Saúde, é a questão de acidente de trânsito. Eu só quero dizer uma coisa: não existe acidente de trânsito. Absolutamente: não existe acidente de trânsito. Em todas as circunstâncias, se eu for fazer uma perícia - eu enquanto cidadão, enquanto Instituto Médico Legal -, vou constatar que não existe acidente. Houve, em algum momento, uma negligência ou ela foi do Poder Público ou ela foi das montadoras de automóveis, ou ela foi do cidadão. Não existe acidente, fisicamente falando. Sempre há a questão do erro humano. Ah, era um problema mecânico do veículo? É um erro humano. Ah, era um tachão mal colocado na pista? É um erro humano. Então nós temos que fazer essa *mea culpa*.

Por que eu quero falar em educação? Porque o senhor Deschamps apontou isso como um assunto transversal, certo? Não, lamento. Nós precisamos tratar isso como um assunto direto, como uma campanha, como uma disciplina escolar, o conteúdo ciclismo como uma disciplina escolar que abranja desde a pré-escola, ou melhor, desde a creche até o final do ensino médio como ocorre em alguns países, não preciso nem citar a Holanda. Isso, sim, traz uma

grande diferença na formação do cidadão. Eles não vão ser somente ciclistas. O melhor ciclista, a pessoa que experimentou melhor o uso da bicicleta, ela, com certeza, será um motorista mais consciente; com certeza, quando ela estiver esquentando a poltrona do Poder Público, ela será um legislador melhor; com certeza, quando for abrir o seu comércio terá ali uma facilidade para ciclistas. Eu, quando pedalo, como meio de transporte, como meio pedagógico, como meio de trabalho, não me sinto mais um cidadão. Lamento dizer isso. Eu sou um não cidadão, eu deixei de ser cidadão.

Eu gostaria de acrescentar à fala do senhor Fernando Palhares, tudo bem, Fernando Palhares, triatleta, ele citou três modalidades do ciclismo, o esporte, o lazer e a locomoção pessoal. Aqui, em Florianópolis, estão chegando com alguma força a questão do trabalho, as bicicletas de entrega, e eu gostaria de citar mais uma - falando da questão da educação -, a bicicleta como meio de vida. Não precisa ter modalidade, não precisa ser esporte, não precisa ser transporte, não precisa ser carga ou lazer. Meio de vida simplesmente, meio de vida simplesmente, eu quero viver, eu quero ser feliz, e eu quero ser respeitado e quero voltar a ser cidadão.

Muito obrigado, senhores. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Antonio Aguiar) – Passa a palavra ao senhor André Geraldo Soares, diretor presidente da União dos Ciclistas do Brasil (UCB) e articulador da Rede Catarinense de Mobilidade Ciclística.

O SR. ANDRÉ GERALDO SOARES - Boa-tarde. Eu queria cumprimentar o Presidente da mesa, parabenizando-o, e com isso, todos os demais presentes. Eu queria complementar que não somente a União dos Ciclistas do Brasil, mas eu e diversas outras...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Antonio Aguiar) – Só um minuto. Tem dois presidentes de União de Ciclista do Brasil aqui?

(O senhor Fabiano Faga Pacheco se manifesta fora do microfone: Não, eu sou conselheiro e o senhor André Soares o presidente.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Antonio Aguiar) – Ah, bom, foi o protocolo que errou.

O SR. ANDRÉ GERALDO SOARES - O Fabiano não sabia que eu estava aqui dentro, quando ele chegou, alguns minutos depois. Ele é conselheiro da União dos Ciclistas do Brasil, assim como está aqui o Piter, o Giovanni e também diversos associados. Eu também represento a Rede Catarinense de Mobilidade Ciclística, que é uma organização informal que é composta por diversas associações de ciclistas, de algumas empresas e também de ciclistas de Santa Catarina.

A União Ciclistas do Brasil, por sua vez, é uma Federação de Associações de Ciclistas do Brasil, temos cerca de trinta associações associadas, algumas empresas privadas na qualidade de apoiadores e mais, estaremos atingindo até o final do ano, mil associados. Indivíduos que militam em algum lugar do Brasil em favor da bicicleta.

Senhor Deputado, senhores presentes, primeiro constatar o relevar o fato de que estamos discutindo aqui o resultado de décadas de políticas de incentivo ao modo de transporte motorizado. Nós, de vez em quando, vemos alguma audiência ou alguma outra ação, alguma outra iniciativa, que é basicamente para tentar corrigir, mas ainda assim com muito pouca eficácia nessas décadas de planejamento errado. Planejamento que não vem protagonizado pelo Poder Público como era de se esperar, menos ainda, com a participação popular, que deveria ser a prerrogativa, mas é o planejamento oriundo da indústria automobilística, da indústria petrolífera e das grandes empreiteiras de obras de engenharia e também da construção civil.

Então, nas mãos desses grandes interesses econômicos temos essa situação hoje. Uma sociedade que é refratária ao ciclismo, uma sociedade que exclui o cidadão das ruas, uma sociedade que provoca acidentes, nesse sentido, quando a gente fala em acidente também poderia dizer, complementando o Sérgio, que muitos poucos acidentes são acidentes, a maior parte são crimes de trânsito ou crimes de planejamento urbano ou crimes de opção econômica.

É muito importante que o Poder Legislativo, Deputados, esteja neste momento, não só neste momento, temos precursores, aqui, nesta Casa, e em muitas outras Casas, e é por isso que é bastante importante que virmos prestigiar para dar respaldo a sua ação de levar adiante essas ações para poder trazer de volta o resgate do uso da bicicleta como meio de transporte. Quando eu digo resgatar, quero dizer que a nossa sociedade já vem a décadas matando o ciclista, não necessariamente passando com o carro por cima dele, mas matando novos usuários de bicicleta. Nós estamos há diversas gerações desconstruindo novos usuários da bicicleta como meio de transporte. O que precisamos é criar uma sociedade onde possamos

colocar as crianças, os adolescentes, às vezes, os marmanjos, em cima da bicicleta sem ter receio disso.

Então, com todo o respeito ao ramo de atletas, eu diria: não pensem nos atletas ao construir ciclovias. Pensem nas crianças, pensem nos idosos, pensem nas mães que vão levar as crianças para as ruas, porque todo o benefício que vier a ser construído para essa categoria de cidadão, automaticamente, e num potencial muito melhor, vai beneficiar os atletas de outras categorias. E, mais ainda, estará criando a possibilidade de mais atletas, porque atletas de bicicleta hoje, basicamente são adultos ou já jovens bastante formados que, por algum motivo, de mais arrojado ou coragem, resolve usar a bicicleta.

Então, Deputado, já indo para os encaminhamentos, faz parte do papel do Poder Legislativo, a fiscalização. Nós diríamos que de legislação já estamos bastante cobertos, inclusive nesta Casa. Tem uma das leis, que me escapou o número agora, que está no Supremo Tribunal Federal com uma ação de inconstitucionalidade e, agora, me parece que está sendo meio complementada por este projeto do Deputado João Amin. Nós precisaríamos que a Assembleia Legislativa exercesse o papel de fiscalizar a obrigação que o Poder Executivo tem de construir ciclovias e ciclofaixas em rodovias que cortam perímetros urbanos. Nós também precisamos que seja fiscalizada a obrigatoriedade de construir bicicletários em prédios públicos, já existe lei para isso. Nós também precisamos que seja fiscalizada a obrigatoriedade de campanhas educativas. Esta Casa tem uma lei estadual: O Dia Catarinense Sem Carros. Nós nunca vimos, por iniciativa do governo do Estado, uma atividade em alusão a esta lei, muito embora não seja obrigatório, mas tem um dispositivo recomendando que essa campanha seja feita.

Também queria dizer que, na semana passada, tivemos em Itajaí a edição do 1º Encontro Catarinense de Circuitos de Ciclismo. Santa Catarina é o Estado brasileiro mais referência em uso de bicicleta, como meio de turismo do Brasil, um destino de cicloturismo do mundo inteiro. Nós temos aqui quatro circuitos de cicloturismo totalizando mais de mil quilômetros de vias sinalizadas para o uso de bicicleta como meio de turismo, cortando estradas vicinais, centros urbanos e, até mesmo, rodovias federais. Então, a necessidade de investir no uso da bicicleta como meio de transporte também está favorecendo um meio de economia limpo, agradável e benéfico para todos.

Alguns casos que, por exemplo, também é necessária a intervenção do Poder Legislativo, neste momento, não sei se o Jorge vai falar, mas a Antônio Heil em direção a Brusque, que já faz parte de uma luta histórica dos ciclistas da região para construir a ciclovia nessa duplicação e enfrentamos bastante resistência.

Acho também, Deputado, que esta Casa precisaria intervir junto ao DNIT para a construção de ciclovias na BR-470, que está em fase de projeto de duplicação na região de Blumenau. Se não houver essa iniciativa dos homens de poder deste Estado, nós, ciclistas, não teremos esse papel. O nosso papel lá vai ser de atropelado.

Lida partes 7, 8 9, 10,11 e 12 Bicicletas
... há alguns meses, na tentativa de dar mobilidade ao transporte de automóveis, alguns Deputados buscaram, com o Ministério de Transportes, que a gente pavimentasse ou nivelasse o acostamento existente na Via Expressa para criar três faixas de tráfego.

Essa demanda chegou até mim no DNIT, e eu neguei, até fui muito criticado por isso, mas eu parto do princípio de que se é para piorar deixa como está. Se a gente vai nivelar um acostamento de dois metros de largura, em alguns locais não tem nem isso, para criar uma terceira faixa alternativa para o tráfego, então não faz, porque ali é a única saída que a gente tem para o pedestre e para o ciclista. Então, não faz!

Então, vão brigar por R\$ 100 milhões? Essa foi uma resposta para os Deputados. Se vão brigar por R\$ 100 milhões, a gente coloca mais uma faixa, mais um acostamento de dois metros e meio e aí implanta o corredor de ônibus. Mas se não é para brigar por R\$ 100 milhões e fazer uma gambiarra, então não faz. Acabei levando muita bronca por causa disso, mas eu mantive a posição do DNIT de Santa Catarina de a gente não fazer loucuras.

Então, agradeço o convite para participar deste evento, me coloco à disposição junto com o DNIT de Santa Catarina para qualquer continuidade de trabalho deste grande tema que é a participação dos ciclistas dentro do conjunto relacionado com a mobilidade urbana.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Antonio Aguiar) - Passo a palavra ao Capitão Davi Augusto Silveira dos Santos Lima, Comandante da 1ª Companhia do Batalhão de Polícia Militar Rodoviária

Estadual, representando o Tenente-Coronel PM José Norberto de Souza Filho, Comandante do Batalhão de Polícia Militar Rodoviária.

O SR. CAPITÃO DAVI AUGUSTO SILVEIRA DOS SANTOS LIMA – Senhor Deputado, boa-tarde. Em seu nome gostaria de cumprimentar todos os membros da mesa e os demais presentes.

A Polícia Militar Rodoviária, no seu dia a dia, falando especificamente da 1ª Companhia, que pega a malha viária de toda a Ilha e algumas rodovias da Grande Florianópolis, constantemente tem se deparado, primeiramente, com ocorrências de acidentes de trânsito. Só para a gente ter noção, de 1º de janeiro deste ano até 24 de novembro, houve na região da Grande Florianópolis 22 acidentes que a Polícia Militar Rodoviária atendeu. Desses 22 acidentes, nós tivemos 15 ciclistas com ferimentos leves, 7 ciclistas com ferimentos graves e duas mortes. Isso em ocorrências que a Polícia Militar Rodoviária atendeu. Além disso, a gente tem verificado – obviamente, foi o que o colega falou – uma crescente demanda na utilização das nossas vias, do acostamento principalmente, pelo pessoal que treina, pelo pessoal que se locomove e que precisa utilizar aquela rodovia para poder chegar ao seu destino. Então, também temos essa preocupação, estamos cientes desse tipo de situação e dentro das nossas possibilidades, obviamente, tentamos minimizar os riscos.

A respeito da questão do projeto Bike Registrada, a Polícia Militar Rodoviária ainda está em processo de tramitação para implementar esse projeto nas nossas viaturas. Mas os batalhões de área aqui da Grande Florianópolis, já começaram a implementar esse projeto. Inclusive, teve uma campanha na qual o pessoal levava a sua bicicleta lá no Batalhão, no Centro de Ensino, para fazer o cadastro, o registro. Portanto, a gente tem intenção de trabalhar nesse tipo de questão. Até porque, antes desse projeto, havia grande dificuldade por parte do policial militar muitas vezes, porque ele ia fazer uma abordagem e tinha a percepção de que aquela situação era suspeita, ele sabia que aquela bicicleta poderia não ser de procedência legal. Só que ele não tinha como buscar a confirmação desse tipo de questão. Então, esse projeto vem justamente ao encontro desse tipo de possibilidade; ele vai facilitar o trabalho do policial que vai verificar com mais facilidade a procedência da bicicleta e vai conseguir dar um destino, porque se constatar que a bicicleta foi furtada, ele vai encaminhar para a Polícia Civil e a Polícia Civil vai fazer essa liberação, a princípio.

A questão do norte da Ilha, não é novidade para ninguém que Santa Catarina tem se destacado cada vez mais no cenário do turismo, tanto nacional quanto internacional. A gente recebe todo ano, todos os meses, diversas pessoas de diversos locais, e isso também tem contribuído para o crescente aumento da demanda de eventos esportivos. Tanto é que, por exemplo, esse final de semana a Polícia Militar Rodoviária atuou, no sábado de manhã, tanto na modalidade *sprint*, que é a menor, quanto na modalidade maior. Então, a gente tem participado cada vez mais.

A gente se coloca à disposição do pessoal que tem questionamentos, que tem dúvidas, não só aqui, mas também lá na Companhia. Quem conhece o pedágio, lá é a sede da Companhia. Eu trabalho lá. Então, o pessoal que precisar de qualquer tipo de apoio para qualquer tipo de situação é só ir lá que a gente resolve da maneira mais desburocratizada possível.

A respeito do acidente com aquele ciclista, há três semanas, senão me engano, não me recordo da data exata, a Polícia Militar Rodoviária atendeu esse acidente. Foi um acidente bem sério para o ciclista, tanto é que ele ainda está em coma, um colega falou. A Polícia Rodoviária, em virtudes das suspeitas de embriaguez do motorista, fez a condução para a delegacia e tomou as providências necessárias.

No mais, me coloco à disposição para os questionamentos, vou permanecer aqui com os senhores até o final, e muito obrigado pela oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Antonio Aguiar) - Passo a palavra para o senhor William Costa Nunes, diretor-geral da Secretaria Municipal de Segurança e Gestão do Trânsito, representando o senhor Cesar Souza Junior, Prefeito de Florianópolis.

O SR. WILLIAM COSTA NUNES – Deputado Antonio Aguiar, em nome do senhor, cumprimento todos os presentes.

Primeiramente, eu sou um ciclista de final de semana. Fiquei bastante surpreso porque eu não conhecia nada do que está no folheto do Deputado Antonio Aguiar: as sinalizações utilizadas pelos ciclistas. Não conhecia nada. Fiquei sinceramente surpreso. Vou aprender algumas coisas.

Sexta-feira, quando eu recebi a informação, o Prefeito me incumbiu de vir representá-lo nesta audiência, eu comecei a observar

um pouco mais a questão do ciclista. Eu moro no norte da Ilha e acompanho todos os dias, quando me dirijo à Prefeitura pela manhã, ciclistas treinando nas margens da SC-401. Mas não foi isso que observei porque eu observo todos os dias; eu comecei a observar o número de bicicletas fantasmas, as bicicletas brancas, na beira da rodovia. Da minha residência até a Beira-Mar norte, eu constatei quatro bicicletas fantasmas. Não são apenas quatro vidas, são quatro famílias, e daí por diante, eu não vou me estender. Mexe na sociedade toda, é complicado.

A Prefeitura é parceira. A Prefeitura tenta colaborar da melhor forma possível, mas a gente está dentro de uma Ilha e fica complicado. Não é impossível. Não é que não dá para fazer. Mas a questão da mobilidade aqui dentro se torna um pouco mais complicado que o normal devido a estarmos numa ilha.

Outra coisa que a Graziela, do Detran, falou e que me chamou a atenção é que não adianta só educar o pedestre, o ciclista e até mesmo o condutor do automóvel, da motocicleta; tem que fiscalizar. O nosso colega da Polícia Militar pode ser mais preciso do que eu, mas de certeza 90% dos acidentes envolvendo ciclistas e automóveis ou tem embriaguez ou imprudência do condutor do veículo. Não estou dizendo que todo ciclista é correto, mas a grande maioria - porque eu, pessoa, observo - tem uma prudência muito grande porque ele é o menor, então qualquer impacto pode levar sua vida.

Fica até difícil falar depois de tantas pessoas qualificadas, mas ficarei até o final também para qualquer esclarecimento, e quero dizer que a Secretaria de Mobilidade está de portas abertas para receber informações, tirar dúvidas e colaborar com tudo o que for possível para o povo florianopolitano.

Seria isso, Deputado, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Antonio Aguiar) – Obrigado, William. Com a palavra ao senhor Fabiano Faga Pacheco, conselheiro da União de Ciclistas do Brasil (UCB).

O SR. FABIANO FAGA PACHECO – Quero saudar as instituições ciclísticas aqui presentes - Bicicleta na Escola, Associação Blumenauense Pró-Cicloviários, Cicloação, Associação dos Ciclo Usuários da Grande Florianópolis -, a Eu Vou Floripa Bike in Fit, nova empresa instalada aqui na cidade, os representantes do IPUF - infelizmente a representante do Detran não pode estar presente até o final - e a Comissão de Mobilidade da OAB. Infelizmente não puderam estar aqui presentes representantes do Pedala Joinville, Pedala Pomerode, Pedala Jaraguá e da Associação de Bicicletas Chapecó.

Nós estamos aqui tratando de uma audiência em nível estadual e legislativo. Infelizmente, de todas as categorias de Poderes que nós temos instituídos no País, é o que tem menor capacidade de realizar ações próprias em prol do ciclista. Mas existem ações que estão correndo que são importantes, duas delas são projetos de lei.

Então, de início, eu gostaria de manifestar favoravelmente a dois projetos de lei que estão correndo aqui na Casa. O primeiro é do Deputado João Amin, que cria o sistema cicloviário estadual. Ele foi criado aqui mesmo, neste local [da Alesc]. Foi feito um substitutivo de um projeto que já existia e simplesmente o substitutivo não chegou. E outro é um projeto que tem tudo a ver com o Bike Registrada, que é o projeto que cria o sistema de prevenção ao furto, roubo e comércio ilegal de bicicletas.

Felizmente, o papel do legislador não é apenas criar projetos de leis; é também cobrar, fiscalizar o Executivo. Nisso, os Deputados Estaduais têm grande capacidade, têm grande poder de barganha, maior que quase toda a população. Por que eu falo isso? Porque simplesmente as obras em rodovias estaduais, que são feitas de maneira tecnicamente incorreta, por exemplo, podiam ser melhores fiscalizadas pelos senhores Deputados. Um dos projetos de lei que eu acompanhei, que estava tramitando aqui, é do Deputado Antonio Aguiar que cria a campanha Ciclista Protegido. O projeto foi simplesmente retaliado pelo governo estadual quando chegou à aprovação. Teve vários artigos vetados, boa parte do conteúdo, apesar do conteúdo ser muito legal, simplesmente acabou. Como a gente vai criar uma campanha Ciclista Protegido, se o governo do Estado acaba não investindo no ciclista protegido?! É uma questão importante. Então, cobrar emendas orçamentárias para a educação do trânsito não só em nível do ciclista, mas em nível do indivíduo, e cobrar emendas orçamentárias para a execução de cicloviários nas rodovias estaduais. Essa é uma questão que é importante.

Foi falado aqui que se vê cinco bicicletas fantasmas na SC-401. Em três anos a quantidade de ciclistas naquela região, com morte, foram nove. Infelizmente, aquelas são simplesmente as bicicletas que a gente consegue ver e que não foram furtadas. Importante falar isso.

Em termos de ações efetivas, nós temos: é importante conscientizar os ciclistas? Sim. Essa conscientização começa desde a escola. Nós temos um projeto aqui em Florianópolis que é bem legal, o projeto Bicicleta na Escola. Eu gostaria que surgisse como encaminhamento desta audiência pública, um escritório do Secretário de Educação, Eduardo Deschamps, para que esse projeto Bicicleta na Escola se torne um projeto estadualizado, para que as crianças... Preciso falar mais? Não, né? Obrigado.

Quanto à fiscalização, fiquei muito contente de ver o folderzinho do Deputado, porque boa parte da legislação foi pega do site da Bicicletada Floripa, um movimento que tem pessoas aqui presentes, mas ele, como instituição não está representado.

Nós temos, em nível estadual, uma lei criada em 2010 que simplesmente é reiteradamente descumprida em nível estadual. Nós temos a SC-401, aos poucos, tendo ampliada uma terceira faixa, e simplesmente o ciclista fica esquecido. Acostamento - isso foi bem falado pelo DNIT -, acostamentos de BR-101 simplesmente viraram pistas de tráfego automotor. E é lá que treinam, hoje, vários ciclistas, inclusive da Atrijur, que não pegam a SC-401, mas pegam a BR.

Uma constatação apenas. Nós tivemos, sexta-feira, uma apresentação do Plamus, o Plamus durou dois anos. O que nós estamos tendo agora não é o Plamus, tá, Vereador? Agora nós temos o PlanMob, Plano de Mobilidade Setorial da Grande Florianópolis.

Outra cobrança que os Deputados tem que solicitar dos Executivos municipais para realização desses PlanMobs... Está tendo oficinas, desde o começo do mês. A despeito de certo desconhecimento, a União de Ciclismo do Brasil esteve presente desde a primeira oficina. A União de Ciclismo do Brasil e a Viaciclo estiveram presentes na consolidação do Plamus, não só a UCB. Eu vejo aqui pessoas que estiveram presentes nas reuniões da oficina. Então, apesar de não ter saído na grande mídia, o PlanMob tem sim sido acompanhado pelos ciclistas.

E por fim, ciclovias são diferentes de acostamentos. Eu não cheguei a ser da Atrijur, mas eu fui de uma assessoria esportiva que treina *triathlon* em Jurerê. Por exemplo, o acostamento que foi dividido para virar meia ciclofaixa é prejudicial a quem pedala. Os tachões estão feitos de tal maneira que simplesmente o maior risco são aos ciclistas que pedalam lá. Logo na primeira semana do *case* internacional de como não fazer ciclovias e rodovias, morreu um ciclista. Não durou uma semana para morrer um ciclista na ciclofaixa recém feita, uma obra estadual. Foi o ciclista Hector, lá em Canasvieiras, muito perto de onde está o elevado hoje. Pensando nesse ponto de vista, você deixaria o seu filho, ou o seu pai andar de bicicleta no acostamento? Você deixariam? Eu ficaria muito receoso. Sinceramente, não sou pai, mas eu ficaria muito receoso de deixar meu filho andar de bicicleta no acostamento. As ciclovias têm sua importância. As ciclovias salvam vidas, e claro, ciclovias podem ser muito melhoradas com arborização e passeio de pedestres.

Tenho aqui o livro "A Bicicleta no Brasil - 2015". Florianópolis foi uma das dez capitais contempladas nesse livro. Ele foi lançado aqui na Alesc, no dia 17 de setembro, no começo da Semana da Mobilidade Urbana Sustentável e da Semana da Bicicleta, uma semana de dez dias cheios de atividades. Eu trouxe alguns exemplares, a pedido, para comercialização.

Mais uma coisa. Tem outro projeto rolando aqui na Casa, de autoria do Deputado Leonel Pavan, que coloca bicicletários em estabelecimentos; em empresas de alguma forma, sim. Existe uma manifestação contrária a esse projeto da forma como ele está seguindo neste momento, tanto pela inconstitucionalidade quanto pelo teor. Gostaria que o Deputado fosse relator de alguns dos projetos que eu citei anteriormente, e gostaria de solicitar o arquivamento desse projeto de lei, porque eu o considero, de maneira geral, nas suas minúcias, prejudicial à mobilidade ciclística. Eu sei, pode parecer contraproducente um projeto que fala de bicicletário ser contrário a uma política de bicicleta. Alguns artigos dele, que são mais importantes, podem entrar em projetos posteriores. Mas o projeto em si contém vários pontos de ilegalidade.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Antonio Aguiar) - Passo a palavra ao senhor Édio Fernandes, presidente da Associação Amigos do Estreito.

O SR. ÉDIO FERNANDES - Boa-tarde a todos. Cumprimentando o Deputado Aguiar, cumprimento os membros da mesa.

Senhor Deputado, vou ser sucinto na minha explanação. Assim como vários membros da mesa já mencionaram que Joinville, Jaraguá do Sul, Pomerode, não estão tendo mais evidências de

ciclistas nas ruas, o mesmo não se diz em Florianópolis. Aqui, eu acho que a demanda está cada vez maior. Não podemos esquecer do Afonso Gentil Ramos, do Milton Della Giustina, do Alexandre Fullgraf, nossos ídolos do ciclismo de ontem! Então, é preciso sempre estar com essa memória.

Nós temos, no continente, uma Beira-Mar Continental que foi contemplada com uma ciclovia que está dando um pouco de trabalho. Eu sou líder comunitário no Estreito, tenho um jornalzinho de bairro, onde eu especifico sempre os detalhes. E tudo o que é errado se fazer em uma ciclovia, foi feito na Beira-Mar Continental. Sou obrigado a falar isso. Quando chove, ficam bolsões de água, e entre a calçada e a pista de rolamento tem a ciclovia, não tem pista de pedestre. Foram construídos recentemente uma academia de ginástica ao lado da ciclovia, uma academia de ginástica da terceira idade ao lado da ciclovia e um parquinho ao lado da ciclovia, onde tem que ter o cercamento. Nós estamos batalhando, implorando para que esse parquinho seja cercado. Existe uma lei na Câmara de Vereadores, do Vereador Jaime Tonello, que diz que tem que cercar para as crianças não atravessarem a ciclovia. Está dando a maior confusão, Deputado. Então, isso nos causa muita preocupação.

Eu trouxe um documento, aqui, hoje para fazer um encaminhamento. Por exemplo, o amigo André mencionou que nós temos que ter ciclovias ligando bairro a bairro. Muito bom. Nós temos a ciclovia na Beira-Mar Continental, que, mais uma vez eu digo, está dando complicações. Até, nós estamos solicitando nesse ofício aqui (*mostra o documento*), e já encaminhamos para o Deputado João Amin, uma sinalização mais adequada, até que ela seja, talvez, compartilhada, porque ali transitam ciclistas, corredores, patinadores, *skatistas*. Na calçada o piso é irregular e não dá para fazer essas atividades esportivas. Então que seja sinalizado, é isso o que nós estamos solicitando.

Haja vista que lá também tem uma bicicleta branca. Vejam os senhores! Mas não foi o automóvel que pegou o ciclista. Foram dois ciclistas que se chocaram devido à alta velocidade - estão fazendo daquilo ali um velódromo - e uma barra de ferro da bicicleta veio a perfurar o pulmão do ciclista, que veio a falecer. Foi colocada a bicicleta branca num poste para evidenciar que ali faleceu uma pessoa, mas não colido pelo veículo, foi ciclista contra ciclista. Vejam só! A Beira-Mar Continental e a ciclovia são preocupantes. Eu menciono isso aos amigos mais ligados ao ciclismo para se atentarem. Façam um passeio lá para ver como ela é.

Então, esse parquinho que construíram ao lado da ciclovia é um caos. Isso é um aborto da natureza, falando popularmente.

Eu trouxe duas fotos da ciclovia para mostrar um detalhe muito importante: a ligação da Beira-Mar continental com o bairro de Coqueiros. Embaixo da Ponte Hercílio Luz existe uma calçada que é diminuta. O ciclista, o corredor, o patinador, o *skatista*, são obrigados a adentrar a pista de rolamento para seguir em frente para o bairro de Coqueiros. Então, isso está trazendo um problema! Porque ali os veículos estão em alta velocidade, eles fazem aquela curva depois da Comcap para entrar na Beira-Mar continental a mil por hora. A hora que der um acidente ali, Deus queira que não, fará muitas vítimas.

Nós queremos que ali sejam afixados cones como é feito aos domingos. A ciclofaixa no domingo contempla esses (*aponta para a foto*) cones e perfeitamente todo mundo passa ali porque têm mais duas pistas para veículos. Fica uma para ciclista. Pelo menos naquele trecho embaixo da Ponte Hercílio Luz. Isso está dando um problema enorme, nós estamos preocupadíssimos, a comunidade tem vindo até nós, no sentido de tomar uma providência, que a Secretaria de Mobilidade Urbana do Município sinalize o mais rápido possível antes que aconteça algo fatal.

Nós estamos encaminhando aqui um ofício da Associação Amigos do Estreito, solicitando, Deputado, que a Comissão de Transportes faça uma indicação para a Prefeitura de Florianópolis, à Secretaria de Segurança e Mobilidade Urbana, no sentido de sinalizar e disciplinar para que no futuro não tenha mais bicicletas brancas ali. É isso que eu gostaria de solicitar.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Antonio Aguiar) - Passo a palavra para o senhor Antônio de Arruda Lima, presidente da Comissão de Transporte e Mobilidade Urbana da OAB de Santa Catarina.

O SR. ANTÔNIO DE ARRUDA LIMA - (*Saúda as autoridades e demais presentes.*)

Gostaria de iniciar falando para o Édio que eu sou usuário daquele trecho ali. Apesar de entender que não seja da maneira tão grave como foi colocado, eu acho importante ser colocado tachões

porque realmente é um trânsito que não poderia se misturar, deveria ter um local destinado às bicicletas.

Eu estou ao longo de cinco anos à frente da Comissão de Transporte e Mobilidade Urbana da OAB. E nesse período eu tenho observado que nós temos evoluído bastante nessa discussão técnica da necessidade de se incrementar a questão de ciclovias e modais não motorizados, não só a bicicleta em si, mas outros modais não motorizados na questão de mobilidade. Até porque nós estamos vivendo numa sociedade que tem evoluído para o compartilhamento, e dentro desse compartilhamento, o transporte público ou o transporte por bicicletas e etc mostram muito mais um compartilhamento entre os cidadãos do que o transporte individual. A gente tem um conceito que fala que o veículo individual é uma evolução tecnológica, retrógrada, porque o veículo individual é uma máquina que usa energia para deslocar uma tonelada para transportar 80 quilos, mais ou menos isso.

O nosso Estado, Santa Catarina, tem saído – eu gostaria de fazer alguns cumprimentos – à frente com várias iniciativas pioneiras, que já foram referenciadas aqui por várias pessoas, como o Plamus, que foi um projeto que nós acompanhamos desde o início e que foi fortemente encampado pelo Estado e pelo BNDES, do governo federal. Pioneiro no Brasil, não existe nenhum outro estudo de mobilidade no Brasil hoje voltado para isso. Ele tem sido citado internacionalmente. Também tivemos a Superintendência, criada pelo governo do Estado, antes mesmo da edição do Estatuto da Metrópole 2015, que prevê todo um planejamento e desenvolvimento urbano integrado. No urbano integrado se coloca o planejamento urbano, o plano de mobilidade e saneamento básico no mesmo campo. [Taquígrafa-Revisora: Sabrina Schmitz]

Eu sou o titular hoje da OAB no Coderf, que é o Comitê de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Grande Florianópolis, o nome é grande, mas é esse mesmo, que tem por intuito existirmos quais são os planejamentos necessários. A gente vê que existe uma coordenação técnica muito grande para que isso seja desenvolvido de uma maneira contínua, de uma maneira integrada realmente em todos os Municípios da Grande Florianópolis.

No início da minha juventude, não posso dizer que sou velho, mas eu andava muito de *mountain bike*. Eu competia e era um assíduo usuário da bicicleta. Eu confesso, com pesar, que fui atraído pelo veículo, estava louco para ter uma carteira de motorista. E, agora, surpreendentemente, peguei aquela minha bicicleta de 20 anos atrás - agora não, já faz alguns anos - e voltei a pedalar e senti um prazer incomensurável de voltar a pedalar. Tanto que já adquiri uma bicicleta mais recente, com *designer* mais atuais, etc. e já tenho o projeto de tornar a bicicleta antiga em elétrica para poder utilizar, porque realmente não posso utilizar a bicicleta como transporte por causa da roupa, mas gostaria de agregar a isso. Eu acho que é um modal que pode ser utilizado realmente.

A gente vê, nessa evolução tecnológica, que a pirâmide do tráfego hoje é invertida. Antigamente tínhamos como prioridade o transporte individual no ponto da pirâmide e hoje a pirâmide foi invertida, e os transportes coletivos e os transportes de bicicletas têm tido prioridade nos meios de transporte. Isso daí é uma tendência mundial, posso citar aqui várias capitais do mundo Copenhagen, Helsinki, Hamburgo, Shangdu, Madri, Amsterdam, Paris. Todas elas têm a pretensão de, em uma ou duas décadas, extinguir o automóvel do centro da cidade. É claro que o automóvel não vai deixar de existir, mas ele não pode ser mais uma prioridade como meio de locomoção e, sim, como uma comodidade para viajar com a família, turística, tudo bem, para isso daí pode ser utilizado, mas não como meio de locomoção.

Copenhagen começou com esse projeto em 1973 e, com a crise do petróleo, a matriz da mobilidade ficou voltada para a bicicleta e, hoje, Copenhagen tem estudos demonstrando que existe uma economia de R\$ 0,40, convertidos, por quilômetro, por habitante na questão de mobilidade, enquanto São Paulo gasta R\$ 2 bilhões por ano em saúde pública.

Eu gostaria de fazer um breve histórico dizendo que nós tivemos algumas ações, aqui, em nível municipal e estadual, que priorizaram realmente como veículo a bicicleta. Eu gostaria de fazer parte do discurso do nosso colega e dizer que realmente temos excesso de leis e falta de cumprimento dessas leis. Existe uma falta de controle e fiscalização dessas leis. Nós tivemos a Lei Complementar 78, de 2001, que foi proposta pela então Prefeita Angela Amin, que dispõe sobre diversas regras de utilização da bicicleta, reconhecendo a sua importância para a locomoção e para a saúde, e determinando como elas deveriam ser utilizadas.

Na sequência, em 2010, temos a Lei 15.168 e a Lei Complementar 78/2001 - essas leis estão em vigor ainda - e Lei estadual 15.168, do Deputado Gelson Merisio, que estipula que o planejamento de infraestrutura viária sempre preveja os modais não motorizados com toda a sinalização e acessórios necessários ao bom desenvolvimento desses modais. Nós temos, também, a Lei Complementar 106, de 2002, também da Prefeita Angela Amin, que institui o Manual do Ciclista e o Manual de Segurança Cicloviária. A Lei Complementar 155, de 2005, do então Prefeito Dário Berger, previa reserva bicicletários públicos e particulares, que hoje se vê que não é implementado, inclusive com tarifário diferenciado para os estabelecimentos comerciais que incrementavam o seguro à bicicleta. Isso a gente precisava, inclusive já foi objeto de um manifesto que fizemos na OAB. Nós encaminhamos ofício aos sindicatos dos estacionamentos requerendo que destinassem parte dos seus estacionamentos para as bicicletas, pois a gente sabe que não tem nenhum lugar seguro para a bicicleta hoje. Eu já sou adepto. Quando eu comprei a bicicleta nova, a primeira coisa que eu fiz foi colocar o Bike Registrada na minha bicicleta. Eu já estou um pouco menos inseguro, apesar de que não a uso para locomoção. Eu usava mais a velha para me certificar. Posteriormente, houve o Decreto 12.177, de 2013, do Deputado João Amin, na época a frente da Prefeitura, que instituiu uma comissão propositiva de planejamento e execução chamado Prô-Bici. Até onde eu me informei com as entidades, essa comissão nunca se reuniu. Nós vemos uma infinidade de projetos de leis em vigor que não têm a sua aplicação prática. Nós precisamos cobrar realmente que elas sejam aplicadas, porque senão a lei é letra morta.

Eu gostaria de destacar aqui que é necessário fazer um manifesto muito forte em relação ao Projeto de Lei 21.080, de 2015, que está tramitando em nível federal, do Deputado Fábio Reis, do PMDB de Sergipe. Eu não sei se ele teve um problema pessoal, geralmente essas questões são motivadas por problemas pessoais, mas ele abranda as infrações dos veículos que estacionam sobre ciclovias e ciclofaixas, e agrava o usuário da bicicleta, inclusive com o recolhimento da bicicleta. Quem não tiver carteira de motorista pode ser inscrito em dívida ativa. O ciclistas deve andar com a carteira de motorista agora, para poder ser multado e a sua bicicleta removida e levada ao pátio enquanto o motorista de transporte individual que parar em cima de uma ciclovia, ciclofaixa tem a sua pena baixada, a sua infração é colocada em nível levíssimo.

Eu já fiz um manifesto, diretamente ao Deputado, dizendo que ele vai contra toda a evolução que a sociedade tem primado em relação a essa questão de usuários de bicicleta, e até obtive uma resposta, mas veio vazia, não sei se foi o intuito dele me responder ou não, enfim, mas coloquei justamente essa questão de que todas as cidades do mundo que priorizam o transporte... A bicicleta está se misturando em Nova York, em Amsterdam, elas se misturam com os carros. Ela é encarada como um meio de locomoção e é respeitada nesse ambiente.

Nós também temos que ter a nossa *mea culpa* de saber que temos que cumprir com o nosso dever, por exemplo, de não beber e dirigir, observar a sinalização, ter o conhecimento das leis - o descumprimento é ferrenho no Brasil e em Florianópolis especialmente até por causa da nossa evolução arquitetônica da própria cidade que é muito complexa. A gente vê um descumprimento constante de carros estacionando em cima da calçada, etc., e o próprio pedestre que também não pode se utilizar das ciclovias e ciclofaixas, se ele quer realmente estabelecer isso, que a bicicleta deve transitar sobre a ciclovia, que o pedestre não ande na ciclovia também, porque corre o risco, é um meio de locomoção, de causar acidentes e pode causar acidentes graves, dependendo da velocidade que transita, uma bicicleta a 50km/h. Esses pontos gostaria de trazer à tona.

O último ponto para o qual gostaria de chamar a atenção desta Casa é para a possibilidade – assim como a matriz de locomoção foi enfocada no transporte individual, e para isso houve o estímulo de redução de impostos e benefícios para a aquisição de veículos individuais -, de que fosse proposta a criação de estímulos e incentivos à aquisição de bicicletas e modais não motorizados, com redução de impostos, ou seja, tanto federais quanto estaduais, para poder estimular esse modal de locomoção, que tem sido cada vez exemplarmente utilizado em nossa cidade. Eu que caminho toda vida ali pela Bocaiuva, etc., vejo que as pessoas têm utilizado cada vez com mais frequência como meio de locomoção individual, e não só para se exercitar, mas para realmente chegar a outro destino.

Eu deixo essas palavras de consideração à Assembleia e agradeço a atenção de todos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Antonio Aguiar) - Obrigado.

(O senhor Iran Alfredo Gonçalves dos Santos manifesta-se fora do microfone: "Deputado, pela ordem, qual o tempo de fala?)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Antonio Aguiar) - Até três minutos.

(O senhor Iran Alfredo Gonçalves dos Santos manifesta-se fora do microfone: Deputado, eu me ausentei, porque fui chamado ao gabinete, mas gostaria de saber se ainda tem a minha inscrição.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Antonio Aguiar) - Tem, e o senhor ainda não foi chamado.

Com a palavra o senhor Sérgio Fregolão, cicloinstrutor na Bike Anjo Floripa.

O SR. SÉRGIO FREGOLÃO - Eu sou instrutor, ou seja, me dedico a ensinar às pessoas a andar de bicicleta. Pena que logo agora foi instituído o tempo de fala, porque eu gostaria de me estender um pouco mais do que três minutos para fazer alguns apontamentos essenciais.

Entre os meus apontamentos - lamento muito a ausência do senhor Deschamps, porque gostaria de direcionar a minha palavra a ele, mas, Deputado Antonio Aguiar, gostaria que encaminhasse, por gentileza, se possível, as minhas palavras a ele, porque vou falar mesmo do ponto de vista da educação.

Eu quero agradecer a presença do Vereador Felipe, dos demais integrantes da mesa, todo o pessoal da bicicleta, e também da sociedade civil organizada ou não.

Senhor William Costa Nunes, fiquei impressionado quando o senhor disse que não conhecia esse modelo de sinalização que é conhecido pelo ciclista. Eu gostaria de perguntar, hipoteticamente ao senhor, se o senhor tem Carteira de Habilitação? Não precisa responder, e não é no sentido de afronta e, sim, no sentido de apontamento da ineficiência do nosso modelo de educação como um todo. Quem tem Carteira de Habilitação, necessariamente, precisa conhecer esse modelo de sinalização do ciclista. Assim como também deveria conhecer o modelo de silvos que é utilizado pelo guarda de trânsito, que está muito em desuso pela nossa sociedade, isso depois a moça do Detran também poderia explicar, porque faz parte daquelas duas semanas de aulas teóricas feitas no Detran. Porque de fato não existe uma carteira para ciclista, assim como existe uma CNH para os motoristas. Novamente vou me dirigir ao Deputado Antonio Aguiar, Presidente da mesa neste momento, que é ortopedista e, desculpe, estou vendo uma moça aqui com uma órtese na perna.

O SR. KILDER ANDRÉ FRANCISCO ALVIM DE OLIVEIRA - Só um adendo, sendo que foi atropelada, recentemente, treinando de bicicleta.

O SR. SÉRGIO FREGOLÃO - Olha só. Então, para trazer à tona todas essas situações, eu gostaria muito de estar falando de toda a questão legal que tem por aí. E, a respeito dessa condição, o senhor como ortopedista, você também como recém atropelada, eu também que fui atropelada no dia 3 de junho por uma motorista que avançou na contramão, porque queria simplesmente furar uma regrelinha para entrar no condomínio dela. Eu me senti hostilizado pela Polícia Militar de Santa Catarina quando eu pedi, no atendimento de socorro, para que fosse feito o croqui do acidente.

Eu levei cinco pontos na cabeça, fiquei em observação, todos meus amigos sabem disso, e não foi feito o croqui, mesmo sendo pedido. Quando, no sábado retrasado, parei em uma ocorrência de trânsito, vindo do Campeche na ciclofaixa, tinha um carro estacionado na ciclofaixa, porque eles, em desacordo um com o outro motorista, um retirou o retrovisor do outro, não houve feridos. Uma Van da Polícia Militar, com seus encarregados policiais, fechado a ciclofaixa, simplesmente para fazer o croqui do acidente. Eu perguntava: O senhor vai multar esses veículos que estão na ciclofaixa? Não. Então, o senhor vai guinchar esses veículos, que é a penalidade que cabe para quem está na ciclofaixa? Não. O senhor vai multar esses motoristas por eles estarem dirigindo sem o retrovisor dos seus carros? Não. E ele ainda me pede: Por favor, senhor cidadão, me deixe fazer o meu serviço. É claro que eu vou deixar o senhor fazer o seu serviço, caso contrário posso levar uma ordem de prisão, porque qual é o poder fiscalizatório que eu tenho como cidadão? Nenhum.

Então, somente para constar essa situação. Quando há acidente entre os motorizados se faz sim, o chamado croqui do acidente, sendo que nem houve feridos. Não sei se houve a solicitação desses motoristas para que fosse feito esse croqui do acidente, mas quando fui atropelado ali, levei meus cinco pontos, fiquei hospitalizado, tive que cancelar duas semanas de agenda minha, e até hoje não tenho resposta ainda. Eu sinto ainda que a

senhora motorista está sendo protegida pelas leis, de um modo ou de outro.

Desculpem o desabafo, quero voltar à situação. O senhor, como ortopedista, sabe que o nosso sistema de saúde é praticamente... A maior causa de gasto, no Sistema Único de Saúde, é a questão de acidente de trânsito. Eu só quero dizer uma coisa: não existe acidente de trânsito. Absolutamente: não existe acidente de trânsito. Em todas as circunstâncias, se eu for fazer uma pericia - eu enquanto cidadão, enquanto Instituto Médico Legal -, vou constatar que não existe acidente. Houve, em algum momento, uma negligência ou ela foi do Poder Público ou ela foi das montadoras de automóveis, ou ela foi do cidadão. Não existe acidente, fisicamente falando. Sempre há a questão do erro humano. Ah, era um problema mecânico do veículo? É um erro humano. Ah, era um tachão mal colocado na pista? É um erro humano. Então nós temos que fazer essa *mea culpa*.

Por que eu quero falar em educação? Porque o senhor Deschamps apontou isso como um assunto transversal, certo? Não, lamento. Nós precisamos tratar isso como um assunto direto, como uma campanha, como uma disciplina escolar, o conteúdo ciclismo como uma disciplina escolar que abranja desde a pré-escola, ou melhor, desde a creche até o final do ensino médio como ocorre em alguns países, não preciso nem citar a Holanda. Isso, sim, traz uma grande diferença na formação do cidadão. Eles não vão ser somente ciclistas. O melhor ciclista, a pessoa que experimentou melhor o uso da bicicleta, ela, com certeza, será um motorista mais consciente; com certeza, quando ela estiver esquentando a poltrona do Poder Público, ela será um legislador melhor; com certeza, quando for abrir o seu comércio terá ali uma facilidade para ciclistas. Eu, quando pedalo, como meio de transporte, como meio pedagógico, como meio de trabalho, não me sinto mais um cidadão. Lamento dizer isso. Eu sou um não cidadão, eu deixei de ser cidadão.

Eu gostaria de acrescentar à fala do senhor Fernando Palhares, tudo bem, Fernando Palhares, triatleta, ele citou três modalidades do ciclismo, o esporte, o lazer e a locomoção pessoal. Aqui, em Florianópolis, estão chegando com alguma força a questão do trabalho, as bicicletas de entrega, e eu gostaria de citar mais uma - falando da questão da educação -, a bicicleta como meio de vida. Não precisa ter modalidade, não precisa ser esporte, não precisa ser transporte, não precisa ser carga ou lazer. Meio de vida simplesmente, meio de vida simplesmente, eu quero viver, eu quero ser feliz, e eu quero ser respeitado e quero voltar a ser cidadão.

Muito obrigado, senhores. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Antonio Aguiar) - Passa a palavra ao senhor André Geraldo Soares, diretor presidente da União de Ciclistas do Brasil (UCB) e articulador da Rede Catarinense de Mobilidade Ciclística.

O SR. ANDRÉ GERALDO SOARES - Boa-tarde. Eu queria cumprimentar o Presidente da mesa, parabenizando-o, e com isso, todos os demais presentes. Eu queria complementar que não somente a União dos Ciclistas do Brasil, mas eu e diversas outras...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Antonio Aguiar) - Só um minuto. Tem dois presidentes de União de Ciclista do Brasil aqui?

(O senhor Fabiano Faga Pacheco se manifesta fora do microfone: Não, eu sou conselheiro e o senhor André Soares o presidente.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Antonio Aguiar) - Ah, bom, foi o protocolo que errou.

O SR. ANDRÉ GERALDO SOARES - O Fabiano não sabia que eu estava aqui dentro, quando ele chegou, alguns minutos depois. Ele é conselheiro da União dos Ciclistas do Brasil, assim como está aqui o Piter, o Giovani e também diversos associados. Eu também represento a Rede Catarinense de Mobilidade Ciclística, que é uma organização informal que é composta por diversas associações de ciclistas, de algumas empresas e também de ciclistas de Santa Catarina.

A União Ciclistas do Brasil, por sua vez, é uma Federação de Associações de Ciclistas do Brasil, temos cerca de trinta associações associadas, algumas empresas privadas na qualidade de apoiadores e mais, estaremos atingindo até o final do ano, mil associados. Indivíduos que militam em algum lugar do Brasil em favor da bicicleta.

Senhor Deputado, senhores presentes, primeiro constatar ou relevar o fato de que estamos discutindo aqui o resultado de décadas de políticas de incentivo ao modo de transporte motorizado. Nós, de vez em quando, vemos alguma audiência ou alguma outra ação, alguma outra iniciativa, que é basicamente para tentar corrigir, mas ainda assim com muito pouca eficácia nessas décadas de planejamento errado. Planejamento que não vem protagonizado pelo Poder Público como era de se esperar, menos ainda, com a participação popular, que

deveria ser a prerrogativa, mas é o planejamento oriundo da indústria automobilística, da indústria petrolífera e das grandes empreiteiras de obras de engenharia e também da construção civil.

Então, nas mãos desses grandes interesses econômicos temos essa situação hoje. Uma sociedade que é refratária ao ciclismo, uma sociedade que exclui o cidadão das ruas, uma sociedade que provoca acidentes, nesse sentido, quando a gente fala em acidente também poderia dizer, complementando o Sérgio, que muitos poucos acidentes são acidentes, a maior parte são crimes de trânsito ou crimes de planejamento urbano ou crimes de opção econômica.

É muito importante que o Poder Legislativo, Deputados, esteja neste momento, não só neste momento, temos precursores, aqui, nesta Casa, e em muitas outras Casas, e é por isso que é bastante importante que virmos prestigiar para dar respaldo a sua ação de levar adiante essas ações para poder trazer de volta o resgate do uso da bicicleta como meio de transporte. Quando eu digo resgatar, quero dizer que a nossa sociedade já vem a décadas matando o ciclista, não necessariamente passando com o carro por cima dele, mas matando novos usuários de bicicleta. Nós estamos há diversas gerações desconstruindo novos usuários da bicicleta como meio de transporte. O que precisamos é criar uma sociedade onde possamos colocar as crianças, os adolescentes, às vezes, os marmanjos, em cima da bicicleta sem ter receio disso.

Então, com todo o respeito ao ramo de atletas, eu diria: não pensem nos atletas ao construir ciclovias. Pensem nas crianças, pensem nos idosos, pensem nas mães que vão levar as crianças para as ruas, porque todo o benefício que vier a ser construído para essa categoria de cidadão, automaticamente, e num potencial muito melhor, vai beneficiar os atletas de outras categorias. E, mais ainda, estará criando a possibilidade de mais atletas, porque atletas de bicicleta hoje, basicamente são adultos ou já jovens bastante formados que, por algum motivo, de mais arrojado ou coragem, resolve usar a bicicleta.

Então, Deputado, já indo para os encaminhamentos, faz parte do papel do Poder Legislativo, a fiscalização. Nós diríamos que de legislação já estamos bastante cobertos, inclusive nesta Casa. Tem uma das leis, que me escapou o número agora, que está no Supremo Tribunal Federal com uma ação de inconstitucionalidade e, agora, me parece que está sendo meio complementada por este projeto do Deputado João Amin. Nós precisaríamos que a Assembleia Legislativa exercesse o papel de fiscalizar a obrigação que o Poder Executivo tem de construir ciclovias e ciclofaixas em rodovias que cortam perímetros urbanos. Nós também precisamos que seja fiscalizada a obrigatoriedade de construir bicicletários em prédios públicos, já existe lei para isso. Nós também precisamos que seja fiscalizada a obrigatoriedade de campanhas educativas. Esta Casa tem uma lei estadual: O Dia Catarinense Sem Carros. Nós nunca vimos, por iniciativa do governo do Estado, uma atividade em alusão a esta lei, muito embora não seja obrigatório, mas tem um dispositivo recomendando que essa campanha seja feita.

Também queria dizer que, na semana passada, tivemos em Itajaí a edição do 1º Encontro Catarinense de Circuitos de Cicloturismo. Santa Catarina é o Estado brasileiro mais referência em uso de bicicleta, como meio de turismo do Brasil, um destino de cicloturismo do mundo inteiro. Nós temos aqui quatro circuitos de cicloturismo totalizando mais de mil quilômetros de vias sinalizadas para o uso de bicicleta como meio de turismo, cortando estradas vicinais, centros urbanos e, até mesmo, rodovias federais. Então, a necessidade de investir no uso da bicicleta como meio de transporte também está favorecendo um meio de economia limpo, agradável e benéfico para todos.

Alguns casos que, por exemplo, também é necessária a intervenção do Poder Legislativo, neste momento, não sei se o Jorge vai falar, mas a Antônio Heil em direção a Brusque, que já faz parte de uma luta histórica dos ciclistas da região para construir a ciclovia nessa duplicação e enfrentamos bastante resistência.

Acho também, Deputado, que esta Casa precisaria intervir junto ao DNIT para a construção de ciclovias na BR-470, que está em fase de projeto de duplicação na região de Blumenau. Se não houver essa iniciativa dos homens de poder deste Estado, nós, ciclistas, não teremos esse papel. O nosso papel lá vai ser de atropelado.

PRESIDENTE (Deputado Estadual Antonio Aguiar) – Um minuto para a sua conclusão

O SR. ANDRÉ SOARES – Ok! Nós temos aqui também, nas BRs, que hoje estão sob concessão, são todas administradas pela Autopista Litoral Sul, o espraiamento, a construção ostensiva de vias marginais ou vias laterais. Nós já estivemos, inclusive com a presença do Deputado Federal, na Autopista Litoral Sul, em Joinville, requisitando

que essas novas marginais tenham o uso da ciclovia, porque essas novas marginais acabam sendo mais perigosas para o tráfego de ciclistas do que o próprio leito da rodovia. Elas são desprovidas de acostamento e têm um autofluxo de veículos que trafegam sempre numa velocidade incompatível e superior aquela que é regulamentada.

Por fim, queria somente lembrar que nós somos parceiros, e, quando eu digo nós, a sociedade civil, somos parceiros porque somos protagonistas. Todas as grandes conquistas da sociedade, da humanidade são protagonizadas pela sociedade civil. Nesse embate de forças que existe pelo domínio das consciências e pelo domínio do poder econômico também, se não houver a união da sociedade civil, a união dos cidadãos, sempre acabaremos sendo prejudicados. Hoje, esse pequeno avanço que estamos tendo e vamos continuar lutando para a sua ampliação, do uso da bicicleta como meio de transporte, de mais ciclovias, de mais qualidade de vida nas cidades, tem sido protagonizada pela sociedade civil, por organizações de ciclistas de diversas cidades brasileiras ou mesmo por ciclistas avulsos onde elas não existem.

Então, nesse sentido, exaltar o senhor, esta Casa e os demais tomadores de decisões públicos a buscar na sociedade civil, a buscar nas associações, que estão cada vez mais especializadas, este respaldo para essas iniciativas que vocês estão precisando ter, que vocês têm, porque, muito provavelmente, enfrentem também muita resistência interna no seu próprio meio.

Gostaria de solicitar que a sociedade civil fosse mais ouvida, tanto para poder fundamentar esses projetos, já que são usuários e entendem do assunto, quanto também de serem parceiros nesses embates que vocês têm com setores e com posições que ainda são resistentes a qualidade de vida urbana.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Antonio Aguiar) – Muito obrigado. Nós pedimos que seja cumprido o tempo de três minutos de fala, que sejamos mais objetivos, caso contrário sairemos daqui às 18h, às 19h.

Com a palavra ao senhor Jorge Andriani, presidente da Associação dos Ciclousoários de Itajaí – Cicloação. [Taquígrafa-Revisora: Almerinda Lemos Thomé] [Leiturista: Dulce M da Costa Faria]

[Encaixe conferido com Siomara.]

Lida partes 7, 8, 9, 10, 11 e 12 Bicicletas

... há alguns meses, na tentativa de dar mobilidade ao transporte de automóveis, alguns Deputados buscaram, com o Ministério de Transportes, que a gente pavimentasse ou nivelasse o acostamento existente na Via Expressa para criar três faixas de tráfego.

Essa demanda chegou até mim no DNIT, e eu neguei, até fui muito criticado por isso, mas eu parto do princípio de que se é para piorar deixa como está. Se a gente vai nivelar um acostamento de dois metros de largura, em alguns locais não tem nem isso, para criar uma terceira faixa alternativa para o tráfego, então não faz, porque ali é a única saída que a gente tem para o pedestre e para o ciclista. Então, não faz!

Então, vão brigar por R\$ 100 milhões? Essa foi uma resposta para os Deputados. Se vão brigar por R\$ 100 milhões, a gente coloca mais uma faixa, mais um acostamento de dois metros e meio e aí implanta o corredor de ônibus. Mas se não é para brigar por R\$ 100 milhões e fazer uma gambiarra, então não faz. Acabei levando muita bronca por causa disso, mas eu mantive a posição do DNIT de Santa Catarina de a gente não fazer loucuras.

Então, agradeço o convite para participar deste evento, me coloco à disposição junto com o DNIT de Santa Catarina para qualquer continuidade de trabalho deste grande tema que é a participação dos ciclistas dentro do conjunto relacionado com a mobilidade urbana.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Antonio Aguiar) - Passo a palavra ao Capitão Davi Augusto Silveira dos Santos Lima, Comandante da 1ª Companhia do Batalhão de Polícia Militar Rodoviária Estadual, representando o Tenente-Coronel PM José Norberto de Souza Filho, Comandante do Batalhão de Polícia Militar Rodoviária.

O SR. CAPITÃO DAVI AUGUSTO SILVEIRA DOS SANTOS LIMA – Senhor Deputado, boa-tarde. Em seu nome gostaria de cumprimentar todos os membros da mesa e os demais presentes.

A Polícia Militar Rodoviária, no seu dia a dia, falando especificamente da 1ª Companhia, que pega a malha viária de toda a Ilha e algumas rodovias da Grande Florianópolis, constantemente tem se deparado, primeiramente, com ocorrências de acidentes de trânsito. Só para a gente ter noção, de 1º de janeiro deste ano até 24 de novembro, houve na região da Grande Florianópolis 22 acidentes que a Polícia Militar Rodoviária atendeu. Desse 22 acidentes, nós tivemos

15 ciclistas com ferimentos leves, 7 ciclistas com ferimentos graves e duas mortes. Isso em ocorrências que a Polícia Militar Rodoviária atendeu. Além disso, a gente tem verificado – obviamente, foi o que o colega falou – uma crescente demanda na utilização das nossas vias, do acostamento principalmente, pelo pessoal que treina, pelo pessoal que se locomove e que precisa utilizar aquela rodovia para poder chegar ao seu destino. Então, também temos essa preocupação, estamos cientes desse tipo de situação e dentro das nossas possibilidades, obviamente, tentamos minimizar os riscos.

A respeito da questão do projeto Bike Registrada, a Polícia Militar Rodoviária ainda está em processo de tramitação para implementar esse projeto nas nossas viaturas. Mas os batalhões de área aqui da Grande Florianópolis, já começaram a implementar esse projeto. Inclusive, teve uma campanha na qual o pessoal levava a sua bicicleta lá no Batalhão, no Centro de Ensino, para fazer o cadastro, o registro. Portanto, a gente tem intenção de trabalhar nesse tipo de questão. Até porque, antes desse projeto, havia grande dificuldade por parte do policial militar muitas vezes, porque ele ia fazer uma abordagem e tinha a percepção de que aquela situação era suspeita, ele sabia que aquela bicicleta poderia não ser de procedência legal. Só que ele não tinha como buscar a confirmação desse tipo de questão. Então, esse projeto vem justamente ao encontro desse tipo de possibilidade; ele vai facilitar o trabalho do policial que vai verificar com mais facilidade a procedência da bicicleta e vai conseguir dar um destino, porque se constatar que a bicicleta foi furtada, ele vai encaminhar para a Polícia Civil e a Polícia Civil vai fazer essa liberação, a princípio.

A questão do norte da Ilha, não é novidade para ninguém que Santa Catarina tem se destacado cada vez mais no cenário do turismo, tanto nacional quanto internacional. A gente recebe todo ano, todos os meses, diversas pessoas de diversos locais, e isso também tem contribuído para o crescente aumento da demanda de eventos esportivos. Tanto é que, por exemplo, esse final de semana a Polícia Militar Rodoviária atuou, no sábado de manhã, tanto na modalidade *sprint*, que é a menor, quanto na modalidade maior. Então, a gente tem participado cada vez mais.

A gente se coloca à disposição do pessoal que tem questionamentos, que tem dúvidas, não só aqui, mas também lá na Companhia. Quem conhece o pedágio, lá é a sede da Companhia. Eu trabalho lá. Então, o pessoal que precisar de qualquer tipo de apoio para qualquer tipo de situação é só ir lá que a gente resolve da maneira mais desburocratizada possível.

A respeito do acidente com aquele ciclista, há três semanas, senão me engano, não me recordo da data exata, a Polícia Militar Rodoviária atendeu esse acidente. Foi um acidente bem sério para o ciclista, tanto é que ele ainda está em coma, um colega falou. A Polícia Rodoviária, em virtudes das suspeitas de embriaguez do motorista, fez a condução para a delegacia e tomou as providências necessárias.

No mais, me coloco à disposição para os questionamentos, vou permanecer aqui com os senhores até o final, e muito obrigado pela oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Antonio Aguiar) - Passo a palavra para o senhor William Costa Nunes, diretor-geral da Secretaria Municipal de Segurança e Gestão do Trânsito, representando o senhor Cesar Souza Junior, Prefeito de Florianópolis.

O SR. WILLIAM COSTA NUNES – Deputado Antonio Aguiar, em nome do senhor, cumprimento todos os presentes.

Primeiramente, eu sou um ciclista de final de semana. Fiquei bastante surpreso porque eu não conhecia nada do que está no folheto do Deputado Antonio Aguiar: as sinalizações utilizadas pelos ciclistas. Não conhecia nada. Fiquei sinceramente surpreso. Vou aprender algumas coisas.

Sexta-feira, quando eu recebi a informação, o Prefeito me incumbiu de vir representá-lo nesta audiência, eu comecei a observar um pouco mais a questão do ciclista. Eu moro no norte da Ilha e acompanho todos os dias, quando me dirijo à Prefeitura pela manhã, ciclistas treinando nas margens da SC-401. Mas não foi isso que observei porque isso eu observo todos os dias; eu comecei a observar o número de bicicletas fantasmas, as bicicletas brancas, na beira da rodovia. Da minha residência até a Beira-Mar norte, eu constatei quatro bicicletas fantasmas. Não são apenas quatro vidas, são quatro famílias, e daí por diante, eu não vou me estender. Mexe na sociedade toda, é complicado.

A Prefeitura é parceira. A Prefeitura tenta colaborar da melhor forma possível, mas a gente está dentro de uma Ilha e fica complicado. Não é impossível. Não é que não dá para fazer. Mas a questão da

mobilidade aqui dentro se torna um pouco mais complicado que o normal devido a estarmos numa ilha.

Outra coisa que a Graziela, do Detran, falou e que me chamou a atenção é que não adianta só educar o pedestre, o ciclista e até mesmo o condutor do automóvel, da motocicleta; tem que fiscalizar. O nosso colega da Polícia Militar pode ser mais preciso do que eu, mas de certeza 90% dos acidentes envolvendo ciclistas e automóveis ou tem embriaguez ou imprudência do condutor do veículo. Não estou dizendo que todo ciclista é correto, mas a grande maioria - porque eu, pessoa, observo - tem uma prudência muito grande porque ele é o menor, então qualquer impacto pode levar sua vida.

Fica até difícil falar depois de tantas pessoas qualificadas, mas ficarei até o final também para qualquer esclarecimento, e quero dizer que a Secretaria de Mobilidade está de portas abertas para receber informações, tirar dúvidas e colaborar com tudo o que for possível para o povo florianopolitano.

Seria isso, Deputado, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Antonio Aguiar) – Obrigado, William. Com a palavra ao senhor Fabiano Faga Pacheco, conselheiro da União de Ciclistas do Brasil (UCB).

O SR. FABIANO FAGA PACHECO – Quero saudar as instituições ciclistas aqui presentes - Bicicleta na Escola, Associação Blumenauense Pró-Ciclovias, Cicloação, Associação dos Ciclo Usuários da Grande Florianópolis -, a Eu Vou Floripa Bike in Fit, nova empresa instalada aqui na cidade, os representantes do IPUF - infelizmente a representante do Detran não pode estar presente até o final - e a Comissão de Mobilidade da OAB. Infelizmente não puderam estar aqui presentes representantes do Pedala Joinville, Pedala Pomerode, Pedala Jaraguá e da Associação de Bicicletas Chapecó.

Nós estamos aqui tratando de uma audiência em nível estadual e legislativo. Infelizmente, de todas as categorias de Poderes que nós temos instituídos no País, é o que tem menor capacidade de realizar ações próprias em prol do ciclista. Mas existem ações que estão correndo que são importantes, duas delas são projetos de lei.

Então, de início, eu gostaria de manifestar favoravelmente a dois projetos de lei que estão correndo aqui na Casa. O primeiro é do Deputado João Amin, que cria o sistema ciclovário estadual. Ele foi criado aqui mesmo, neste local [da Alesc]. Foi feito um substitutivo de um projeto que já existia e simplesmente o substitutivo não chegou. E outro é um projeto que tem tudo a ver com o Bike Registrada, que é o projeto que cria o sistema de prevenção ao furto, roubo e comércio ilegal de bicicletas.

Felizmente, o papel do legislador não é apenas criar projetos de leis; é também cobrar, fiscalizar o Executivo. Nisso, os Deputados Estaduais têm grande capacidade, têm grande poder de barganha, maior que quase toda a população. Por que eu falo isso? Porque simplesmente as obras em rodovias estaduais, que são feitas de maneira tecnicamente incorreta, por exemplo, podiam ser melhores fiscalizadas pelos senhores Deputados. Um dos projetos de lei que eu acompanhei, que estava tramitando aqui, é do Deputado Antonio Aguiar que cria a campanha Ciclista Protegido. O projeto foi simplesmente retaliado pelo governo estadual quando chegou à aprovação. Teve vários artigos vetados, boa parte do conteúdo, apesar do conteúdo ser muito legal, simplesmente acabou. Como a gente vai criar uma campanha Ciclista Protegido, se o governo do Estado acaba não investindo no ciclista protegido?! É uma questão importante. Então, cobrar emendas orçamentárias para a educação do trânsito não só em nível do ciclista, mas em nível do indivíduo, e cobrar emendas orçamentárias para a execução de ciclovias nas rodovias estaduais. Essa é uma questão que é importante.

Foi falado aqui que se vê cinco bicicletas fantasmas na SC-401. Em três anos a quantidade de ciclistas naquela região, com morte, foram nove. Infelizmente, aquelas são simplesmente as bicicletas que a gente consegue ver e que não foram furtadas. Importante falar isso.

Em termos de ações efetivas, nós temos: é importante conscientizar os ciclistas? Sim. Essa conscientização começa desde a escola. Nós temos um projeto aqui em Florianópolis que é bem legal, o projeto Bicicleta na Escola. Eu gostaria que surgisse como encaminhamento desta audiência pública, um ofício ao Secretário de Educação, Eduardo Deschamps, para que esse projeto Bicicleta na Escola se torne um projeto estadualizado, para que as crianças... Preciso falar mais? Não, né? Obrigado.

Quanto à fiscalização, fiquei muito contente de ver o folderzinho do Deputado, porque boa parte da legislação foi pega do *site* da Bicicletada Floripa, um movimento que tem pessoas aqui presentes, mas ele, como instituição não está representado.

Nós temos, em nível estadual, uma lei criada em 2010 que simplesmente é reiteradamente descumprida em nível estadual. Nós temos a SC-401, aos poucos, tendo ampliada uma terceira faixa, e simplesmente o ciclista fica esquecido. Acostamento - isso foi bem falado pelo DNIT -, acostamentos de BR-101 simplesmente viraram pistas de tráfego automotor. E é lá que treinam, hoje, vários ciclistas, inclusive da Atrijur, que não pegam a SC-401, mas pegam a BR.

Uma constatação apenas. Nós tivemos, sexta-feira, uma apresentação do Plamus, o Plamus durou dois anos. O que nós estamos tendo agora não é o Plamus, tá, Vereador? Agora nós temos o PlanMob, Plano de Mobilidade Setorial da Grande Florianópolis.

Outra cobrança que os Deputados tem que solicitar dos Executivos municipais para realização desses PlanMobs... Está tendo oficinas, desde o começo do mês. A despeito de certo desconhecimento, a União de Ciclismo do Brasil esteve presente desde a primeira oficina. A União de Ciclismo do Brasil e a Viaciclo estiveram presentes na consolidação do Plamus, não só a UCB. Eu vejo aqui pessoas que estiveram presentes nas reuniões da oficina. Então, apesar de não ter saído na grande mídia, o PlanMob tem sim sido acompanhado pelos ciclistas.

E por fim, ciclovias são diferentes de acostamentos. Eu não cheguei a ser da Atrijur, mas eu fui de uma assessoria esportiva que treina *triathlo* em Jurerê. Por exemplo, o acostamento que foi dividido para virar meia ciclofaixa é prejudicial a quem pedala. Os tachões estão feitos de tal maneira que simplesmente o maior risco são aos ciclistas que pedalam lá. Logo na primeira semana do *case* internacional de como não fazer ciclovias e rodovias, morreu um ciclista. Não durou uma semana para morrer um ciclista na ciclofaixa recém feita, uma obra estadual. Foi o ciclista Hector, lá em Canasvieiras, muito perto de onde está o elevador hoje. Pensando nesse ponto de vista, você deixaria o seu filho, ou o seu pai andar de bicicleta no acostamento? Vocês deixariam? Eu ficaria muito receoso. Sinceramente, não sou pai, mas eu ficaria muito receoso de deixar meu filho andar de bicicleta no acostamento. As ciclovias têm sua importância. As ciclovias salvam vidas, e claro, ciclovias podem ser muito melhoradas com arborização e passeio de pedestres.

Tenho aqui o livro "A Bicicleta no Brasil - 2015". Florianópolis foi uma das dez capitais contempladas nesse livro. Ele foi lançado aqui na Alesc, no dia 17 de setembro, no começo da Semana da Mobilidade Urbana Sustentável e da Semana da Bicicleta, uma semana de dez dias cheios de atividades. Eu trouxe alguns exemplares, a pedido, para comercialização.

Mais uma coisa. Tem outro projeto rolando aqui na Casa, de autoria do Deputado Leonel Pavan, que coloca bicicletários em estabelecimentos; em empresas de alguma forma, sim. Existe uma manifestação contrária a esse projeto da forma como ele está seguindo neste momento, tanto pela inconstitucionalidade quanto pelo teor. Gostaria que o Deputado fosse relator de alguns dos projetos que eu citei anteriormente, e gostaria de solicitar o arquivamento desse projeto de lei, porque eu o considero, de maneira geral, nas suas minúcias, prejudicial à mobilidade ciclística. Eu sei, pode parecer contraproducente um projeto que fala de bicicletário ser contrário a uma política de bicicleta. Alguns artigos dele, que são mais importantes, podem entrar em projetos posteriores. Mas o projeto em si contém vários incômodos de ilegalidade.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Antonio Aguiar) - Passo a palavra ao senhor Édio Fernandes, presidente da Associação Amigos do Estreito.

O SR. ÉDIO FERNANDES - Boa-tarde a todos. Cumprimentando o Deputado Aguiar, cumprimento os membros da mesa.

Senhor Deputado, vou ser sucinto na minha explanação. Assim como vários membros da mesa já mencionaram que Joinville, Jaraguá do Sul, Pomerode, não estão tendo mais evidências de ciclistas nas ruas, o mesmo não se diz em Florianópolis. Aqui, eu acho que a demanda está cada vez maior. Não podemos esquecer do Afonso Gentil Ramos, do Milton Della Giustina, do Alexandre Fullgraf, nossos ídolos do ciclismo de ontem! Então, é preciso sempre estar com essa memória.

Nós temos, no continente, uma Beira-Mar Continental que foi contemplada com uma ciclovia que está dando um pouco de trabalho. Eu sou líder comunitário no Estreito, tenho um jornalzinho de bairro, onde eu especifico sempre os detalhes. E tudo o que é errado se fazer em uma ciclovia, foi feito na Beira-Mar Continental. Sou obrigado a falar isso. Quando chove, ficam bolsões de água, e entre a calçada e a pista de rolamento tem a ciclovia, não tem pista de

pedestre. Foram construídos recentemente uma academia de ginástica ao lado da ciclovia, uma academia de ginástica da terceira idade ao lado da ciclovia e um parquinho ao lado da ciclovia, onde tem que ter o cercamento. Nós estamos batalhando, implorando para que esse parquinho seja cercado. Existe uma lei na Câmara de Vereadores, do Vereador Jaime Tonello, que diz que tem que cercar para as crianças não atravessarem a ciclovia. Está dando a maior confusão, Deputado. Então, isso nos causa muita preocupação.

Eu trouxe um documento, aqui, hoje para fazer um encaminhamento. Por exemplo, o amigo André mencionou que nós temos que ter ciclovias ligando bairro a bairro. Muito bom. Nós temos a ciclovia na Beira-Mar Continental, que, mais uma vez eu digo, está dando complicações. Até, nós estamos solicitando nesse ofício aqui (*mostra o documento*), e já encaminhamos para o Deputado João Amin, uma sinalização mais adequada, até que ela seja, talvez, compartilhada, porque ali transitam ciclistas, corredores, patinadores, *skatistas*. Na calçada o piso é irregular e não dá para fazer essas atividades esportivas. Então que seja sinalizado, é isso o que nós estamos solicitando.

Haja vista que lá também tem uma bicicleta branca. Vejam os senhores! Mas não foi o automóvel que pegou o ciclista. Foram dois ciclistas que se chocaram devido à alta velocidade - estão fazendo daquilo ali um velódromo - e uma barra de ferro da bicicleta veio a perfurar o pulmão do ciclista, que veio a falecer. Foi colocada a bicicleta branca num poste para evidenciar que ali faleceu uma pessoa, mas não colido pelo veículo, foi ciclista contra ciclista. Vejam só! A Beira-Mar Continental e a ciclovia são preocupantes. Eu menciono isso aos amigos mais ligados ao ciclismo para se atentarem. Façam um passeio lá para ver como ela é.

Então, esse parquinho que construíram ao lado da ciclovia é um caos. Isso é um aborto da natureza, falando popularmente.

Eu trouxe duas fotos da ciclovia para mostrar um detalhe muito importante: a ligação da Beira-Mar continental com o bairro de Coqueiros. Embaixo da Ponte Hercílio Luz existe uma calçada que é diminuta. O ciclista, o corredor, o patinador, o *skatista*, são obrigados a adentrar a pista de rolamento para seguir em frente para o bairro de Coqueiros. Então, isso está trazendo um problema! Porque ali os veículos estão em alta velocidade, eles fazem aquela curva depois da Comcap para entrar na Beira-Mar continental a mil por hora. A hora que der um acidente ali, Deus queira que não, fará muitas vítimas.

Nós queremos que ali sejam afixados cones como é feito aos domingos. A ciclofaixa no domingo contempla esses (*aponta para a foto*) cones e perfeitamente todo mundo passa ali porque têm mais duas pistas para veículos. Fica uma para ciclista. Pelo menos naquele trecho embaixo da Ponte Hercílio Luz. Isso está dando um problema enorme, nós estamos preocupadíssimos, a comunidade tem vindo até nós, no sentido de tomar uma providência, que a Secretaria de Mobilidade Urbana do Município sinalize o mais rápido possível antes que aconteça algo fatal.

Nós estamos encaminhando aqui um ofício da Associação Amigos do Estreito, solicitando, Deputado, que a Comissão de Transportes faça uma indicação para a Prefeitura de Florianópolis, à Secretaria de Segurança e Mobilidade Urbana, no sentido de sinalizar e disciplinar para que no futuro não tenha mais bicicletas brancas ali. É isso que eu gostaria de solicitar.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Antonio Aguiar) - Passo a palavra para o senhor Antônio de Arruda Lima, presidente da Comissão de Transporte e Mobilidade Urbana da OAB de Santa Catarina.

O SR. ANTÔNIO DE ARRUDA LIMA - (*Saúda as autoridades e demais presentes.*)

Gostaria de iniciar falando para o Édio que eu sou usuário daquele trecho ali. Apesar de entender que não seja da maneira tão grave como foi colocado, eu acho importante ser colocado tachões porque realmente é um trânsito que não poderia se misturar, deveria ter um local destinado às bicicletas.

Eu estou ao longo de cinco anos à frente da Comissão de Transporte e Mobilidade Urbana da OAB. E nesse período eu tenho observado que nós temos evoluído bastante nessa discussão técnica da necessidade de se incrementar a questão de ciclovias e modais não motorizados, não só a bicicleta em si, mas outros modais não motorizados na questão de mobilidade. Até porque nós estamos vivendo numa sociedade que tem evoluído para o compartilhamento, e dentro desse compartilhamento, o transporte público ou o transporte por bicicletas e etc mostram muito mais um compartilhamento entre os cidadãos do que o transporte individual. A gente tem um conceito que

fala que o veículo individual é uma evolução tecnológica, retrógrada, porque o veículo individual é uma máquina que usa energia para deslocar uma tonelada para transportar 80 quilos, mais ou menos isso.

O nosso Estado, Santa Catarina, tem saído – eu gostaria de fazer alguns cumprimentos – à frente com várias iniciativas pioneiras, que já foram referenciadas aqui por várias pessoas, como o Plamus, que foi um projeto que nós acompanhamos desde o início e que foi fortemente encampado pelo Estado e pelo BNDES, do governo federal. Pioneiro no Brasil, não existe nenhum outro estudo de mobilidade no Brasil hoje voltado para isso. Ele tem sido citado internacionalmente. Também tivemos a Superintendência, criada pelo governo do Estado, antes mesmo da edição do Estatuto da Metrópole 2015, que prevê todo um planejamento e desenvolvimento urbano integrado. No urbano integrado se coloca o planejamento urbano, o plano de mobilidade e saneamento básico no mesmo campo. [Taquígrafa-Revisora: Sabrina Schmitz]

Eu sou o titular hoje da OAB no Coderf, que é o Comitê de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Grande Florianópolis, o nome é grande, mas é esse mesmo, que tem por intuito discutirmos quais são os planejamentos necessários. A gente vê que existe uma coordenação técnica muito grande para que isso seja desenvolvido de uma maneira contínua, de uma maneira integrada realmente em todos os Municípios da Grande Florianópolis.

No início da minha juventude, não posso dizer que sou velho, mas eu andava muito de *mountain bike*. Eu competia e era um assíduo usuário da bicicleta. Eu confesso, com pesar, que fui atraído pelo veículo, estava louco para ter uma carteira de motorista. E, agora, surpreendentemente, peguei aquela minha bicicleta de 20 anos atrás - agora não, já faz alguns anos - e voltei a pedalar e senti um prazer incomensurável de voltar a pedalar. Tanto que já adquiri uma bicicleta mais recente, com *designer* mais atuais, etc. e já tenho o projeto de tornar a bicicleta antiga em elétrica para poder utilizar, porque realmente não posso utilizar a bicicleta como transporte por causa da roupa, mas gostaria de agregar a isso. Eu acho que é um modal que pode ser utilizado realmente.

A gente vê, nessa evolução tecnológica, que a pirâmide do tráfego hoje é invertida. Antigamente tínhamos como prioridade o transporte individual no ponto da pirâmide e hoje a pirâmide foi invertida, e os transportes coletivos e os transportes de bicicletas têm tido prioridade nos meios de transporte. Isso daí é uma tendência mundial, posso citar aqui várias capitais do mundo Copenhagen, Helsinki, Hamburgo, Shangdu, Madri, Amsterdam, Paris. Todas elas têm a pretensão de, em uma ou duas décadas, extinguir o automóvel do centro da cidade. É claro que o automóvel não vai deixar de existir, mas ele não pode ser mais uma prioridade como meio de locomoção e, sim, como uma comodidade para viajar com a família, turística, tudo bem, para isso daí pode ser utilizado, mas não como meio de locomoção.

Copenhague começou com esse projeto em 1973 e, com a crise do petróleo, a matriz da mobilidade ficou voltada para a bicicleta e, hoje, Copenhague tem estudos demonstrando que existe uma economia de R\$ 0,40, convertidos, por quilômetro, por habitante na questão de mobilidade, enquanto São Paulo gasta R\$ 2 bilhões por ano em saúde pública.

Eu gostaria de fazer um breve histórico dizendo que nós tivemos algumas ações, aqui, em nível municipal e estadual, que priorizaram realmente como veículo a bicicleta. Eu gostaria de fazer parte do discurso do nosso colega e dizer que realmente temos excesso de leis e falta de cumprimento dessas leis. Existe uma falta de controle e fiscalização dessas leis. Nós tivemos a Lei Complementar 78, de 2001, que foi proposta pela então Prefeita Angela Amin, que dispõe sobre diversas regras de utilização da bicicleta, reconhecendo a sua importância para a locomoção e para a saúde, e determinando como elas deveriam ser utilizadas.

Na sequência, em 2010, temos a Lei 15.168 e a Lei Complementar 78/2001 - essas leis estão em vigor ainda - e Lei estadual 15.168, do Deputado Gelson Merisio, que estipula que o planejamento de infraestrutura viária sempre preveja os moldais não motorizados com toda a sinalização e acessórios necessários ao bom desenvolvimento desses modais. Nós temos, também, a Lei Complementar 106, de 2002, também da Prefeita Angela Amin, que institui o Manual do Ciclista e o Manual de Segurança Cicloviária. A Lei Complementar 155, de 2005, do então Prefeito Dário Berger, previa reserva bicicletários públicos e particulares, que hoje se vê que não é implementado, inclusive com tarifário diferenciado para os estabelecimentos comerciais que incrementavam o seguro à bicicleta. Isso a gente precisava, inclusive já foi objeto de um manifesto que

fizemos na OAB. Nós encaminhamos ofício aos sindicatos dos estacionamentos requerendo que destinassem parte dos seus estacionamentos para as bicicletas, pois a gente sabe que não tem nenhum lugar seguro para a bicicleta hoje. Eu já sou adepto. Quando eu comprei a bicicleta nova, a primeira coisa que eu fiz foi colocar o Bike Registrada na minha bicicleta. Eu já estou um pouco menos inseguro, apesar de que não a uso para locomoção. Eu usava mais a velha para me certificar. Posteriormente, houve o Decreto 12.177, de 2013, do Deputado João Amin, na época a frente da Prefeitura, que instituiu uma comissão propositiva de planejamento e execução chamado Pró-Bici. Até onde eu me informei com as entidades, essa comissão nunca se reuniu. Nós vemos uma infinidade de projetos de leis em vigor que não têm a sua aplicação prática. Nós precisamos cobrar realmente que elas sejam aplicadas, porque senão a lei é letra morta.

Eu gostaria de destacar aqui que é necessário fazer um manifesto muito forte em relação ao Projeto de Lei 21.080, de 2015, que está tramitando em nível federal, do Deputado Fábio Reis, do PMDB de Sergipe. Eu não sei se ele teve um problema pessoal, geralmente essas questões são motivadas por problemas pessoais, mas ele abranda as infrações dos veículos que estacionam sobre ciclovias e ciclofaixas, e agrava o usuário da bicicleta, inclusive com o recolhimento da bicicleta. Quem não tiver carteira de motorista pode ser inscrito em dívida ativa. O ciclistas usuário deve andar com a carteira de motorista agora, para poder ser multado e a sua bicicleta removida e levada ao pátio enquanto o motorista de transporte individual que parar em cima de uma ciclovia, ciclofaixa tem a sua pena baixada, a sua infração é colocada em nível levíssimo.

Eu já fiz um manifesto, diretamente ao Deputado, dizendo que ele vai contra toda a evolução que a sociedade tem primado em relação a essa questão de usuários de bicicleta, e até obtive uma resposta, mas veio vazia, não sei se foi o intuito dele me responder ou não, enfim, mas coloquei justamente essa questão de que todas as cidades do mundo que priorizam o transporte... A bicicleta está se misturando em Nova York, em Amsterdam, elas se misturam com os carros. Ela é encarada como um meio de locomoção e é respeitada nesse ambiente.

Nós também temos que ter a nossa *mea culpa* de saber que temos que cumprir com o nosso dever, por exemplo, de não beber e dirigir, observar a sinalização, ter o conhecimento das leis - o descumprimento é ferrenho no Brasil e em Florianópolis especialmente até por causa da nossa evolução arquitetônica da própria cidade que é muito complexa. A gente vê um descumprimento constante de carros estacionando em cima da calçada, etc., e o próprio pedestre que também não pode se utilizar das ciclovias e ciclofaixa, se ele quer realmente estabelecer isso, que a bicicleta deve transitar sobre a ciclovia, que o pedestre não ande na ciclovia também, porque corre o risco, é um meio de locomoção, de causar acidentes e pode causar acidentes graves, dependendo da velocidade que transita, uma bicicleta a 50km/h. Esses pontos gostaria de trazer à tona.

O último ponto para o qual gostaria de chamar a atenção desta Casa é para a possibilidade – assim como a matriz de locomoção foi enfocada no transporte individual, e para isso houve o estímulo de redução de impostos e benefícios para a aquisição de veículos individuais -, de que fosse proposta a criação de estímulos e incentivos à aquisição de bicicletas e modais não motorizados, com redução de impostos, ou seja, tanto federais quanto estaduais, para poder estimular esse modal de locomoção, que tem sido cada vez exemplarmente utilizado em nossa cidade. Eu que caminho toda vida ali pela Bocaiuva, etc., vejo que as pessoas têm utilizado cada vez com mais frequência como meio de locomoção individual, e não só para se exercitar, mas para realmente chegar a outro destino.

Eu deixo essas palavras de consideração à Assembleia e agradeço a atenção de todos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Antonio Aguiar) - Obrigado.

(O senhor Iran Alfredo Gonçalves dos Santos manifesta-se fora do microfone: "Deputado, pela ordem, qual o tempo de fala?")

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Antonio Aguiar) - Até três minutos.

(O senhor Iran Alfredo Gonçalves dos Santos manifesta-se fora do microfone: Deputado, eu me ausentei, porque fui chamado ao gabinete, mas gostaria de saber se ainda tem a minha inscrição.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Antonio Aguiar) - Tem, e o senhor ainda não foi chamado.

Com a palavra o senhor Sérgio Fregolão, ciclinstrutor na Bike Anjo Floripa.

O SR. SÉRGIO FREGOLÃO – Eu sou instrutor, ou seja, me dedico a ensinar às pessoas a andar de bicicleta. Pena que logo agora foi instituído o tempo de fala, porque eu gostaria de me estender um pouco mais do que três minutos para fazer alguns apontamentos essenciais.

Entre os meus apontamentos - lamento muito a ausência do senhor Deschamps, porque gostaria de direcionar a minha palavra a ele, mas, Deputado Antonio Aguiar, gostaria que encaminhasse, por gentileza, se possível, as minhas palavras a ele, porque vou falar mesmo do ponto de vista da educação.

Eu quero agradecer a presença do Vereador Felipe, dos demais integrantes da mesa, todo o pessoal da bicicleta, e também da sociedade civil organizada ou não.

Senhor William Costa Nunes, fiquei impressionado quando o senhor disse que não conhecia esse modelo de sinalização que é conhecido pelo ciclista. Eu gostaria de perguntar, hipoteticamente ao senhor, se o senhor tem Carteira de Habilitação? Não precisa responder, e não é no sentido de afronta e, sim, no sentido de apontamento da ineficiência do nosso modelo de educação como um todo. Quem tem Carteira de Habilitação, necessariamente, precisa conhecer esse modelo de sinalização do ciclista. Assim como também deveria conhecer o modelo de silvos que é utilizado pelo guarda de trânsito, que está muito em desuso pela nossa sociedade, isso depois a moça do Detran também poderia explicar, porque faz parte daquelas duas semanas de aulas teóricas feitas no Detran. Porque de fato não existe uma carteira para ciclista, assim como existe uma CNH para os motoristas. Novamente vou me dirigir ao Deputado Antonio Aguiar, Presidente da mesa neste momento, que é ortopedista e, desculpe, estou vendo uma moça aqui com uma órtese na perna.

O SR. KILDER ANDRÉ FRANCISCO ALVIM DE OLIVEIRA - Só um adendo, sendo que foi atropelada, recentemente, treinando de bicicleta.

O SR. SÉRGIO FREGOLÃO – Olha só. Então, para trazer à tona todas essas situações, eu gostaria muito de estar falando de toda a questão legal que tem por aí. E, a respeito dessa condição, o senhor como ortopedista, você também como recém atropelada, eu também que fui atropelado no dia 3 de junho por uma motorista que avançou na contramão, porque queria simplesmente furar uma regrazinha para entrar no condomínio dela. Eu me senti hostilizado pela Polícia Militar de Santa Catarina quando eu pedi, no atendimento de socorro, para que fosse feito o croqui do acidente.

Eu levei cinco pontos na cabeça, fiquei em observação, todos meus amigos sabem disso, e não foi feito o croqui, mesmo sendo pedido. Quando, no sábado retrasado, parei em uma ocorrência de trânsito, vindo do Campeche na ciclofaixa, tinha um carro estacionado na ciclofaixa, porque eles, em desacordo um com o outro motorista, um retirou o retrovisor do outro, não houve feridos. Uma Van da Polícia Militar, com seus encarregados policiais, fechado a ciclofaixa, simplesmente para fazer o croqui do acidente. Eu perguntava: O senhor vai multar esses veículos que estão na ciclofaixa? Não. Então, o senhor vai guinchar esses veículos, que é a penalidade que cabe para quem está na ciclofaixa? Não. O senhor vai multar esses motoristas por eles estarem dirigindo sem o retrovisor dos seus carros? Não. E ele ainda me pede: Por favor, senhor cidadão, me deixe fazer o meu serviço. É claro que eu vou deixar o senhor fazer o seu serviço, caso contrário posso levar uma ordem de prisão, porque qual é o poder fiscalizatório que eu tenho como cidadão? Nenhum.

Então, somente para constar essa situação. Quando há acidente entre os motorizados se faz sim, o chamado croqui do acidente, sendo que nem houve feridos. Não sei se houve a solicitação desses motoristas para que fosse feito esse croqui do acidente, mas quando fui atropelado ali, levei meus cinco pontos, fiquei hospitalizado, tive que cancelar duas semanas de agenda minha, e até hoje não tenho resposta ainda. Eu sinto ainda que a senhora motorista está sendo protegida pelas leis, de um modo ou de outro.

Desculpem o desabafo, quero voltar à situação. O senhor, como ortopedista, sabe que o nosso sistema de saúde é praticamente... A maior causa de gasto, no Sistema Único de Saúde, é a questão de acidente de trânsito. Eu só quero dizer uma coisa: não existe acidente de trânsito. Absolutamente: não existe acidente de trânsito. Em todas as circunstâncias, se eu for fazer uma perícia - eu enquanto cidadão, enquanto Instituto Médico Legal -, vou constatar que não existe acidente. Houve, em algum momento, uma negligência ou ela foi do Poder Público ou ela foi das montadoras de automóveis, ou ela foi do cidadão. Não existe acidente, fisicamente falando. Sempre há a questão do erro humano. Ah, era um problema mecânico do veículo?

É um erro humano. Ah, era um tachão mal colocado na pista? É um erro humano. Então nós temos que fazer essa *mea culpa*.

Por que eu quero falar em educação? Porque o senhor Deschamps apontou isso como um assunto transversal, certo? Não, lamento. Nós precisamos tratar isso como um assunto direto, como uma campanha, como uma disciplina escolar, o conteúdo ciclismo como uma disciplina escolar que abranja desde a pré-escola, ou melhor, desde a creche até o final do ensino médio como ocorre em alguns países, não preciso nem citar a Holanda. Isso, sim, traz uma grande diferença na formação do cidadão. Eles não vão ser somente ciclistas. O melhor ciclista, a pessoa que experimentou melhor o uso da bicicleta, ela, com certeza, será um motorista mais consciente; com certeza, quando ela estiver esquentando a poltrona do Poder Público, ela será um legislador melhor; com certeza, quando for abrir o seu comércio terá ali uma facilidade para ciclistas. Eu, quando pedalo, como meio de transporte, como meio pedagógico, como meio de trabalho, não me sinto mais um cidadão. Lamento dizer isso. Eu sou um não cidadão, eu deixei de ser cidadão.

Eu gostaria de acrescentar à fala do senhor Fernando Palhares, tudo bem, Fernando Palhares, triatleta, ele citou três modalidades do ciclismo, o esporte, o lazer e a locomoção pessoal. Aqui, em Florianópolis, estão chegando com alguma força a questão do trabalho, as bicicletas de entrega, e eu gostaria de citar mais uma - falando da questão da educação -, a bicicleta como meio de vida. Não precisa ter modalidade, não precisa ser esporte, não precisa ser transporte, não precisa ser carga ou lazer. Meio de vida simplesmente, meio de vida simplesmente, eu quero viver, eu quero ser feliz, e eu quero ser respeitado e quero voltar a ser cidadão.

Muito obrigado, senhores. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Antonio Aguiar) – Passa a palavra ao senhor André Geraldo Soares, diretor presidente da União de Ciclistas do Brasil (UCB) e articulador da Rede Catarinense de Mobilidade Ciclística.

O SR. ANDRÉ GERALDO SOARES - Boa-tarde. Eu queria cumprimentar o Presidente da mesa, parabenizando-o, e com isso, todos os demais presentes. Eu queria complementar que não somente a União dos Ciclistas do Brasil, mas eu e diversas outras...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Antonio Aguiar) – Só um minuto. Tem dois presidentes de União de Ciclista do Brasil aqui?

(O senhor Fabiano Faga Pacheco se manifesta fora do microfone: Não, eu sou conselheiro e o senhor André Soares o presidente.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Antonio Aguiar) – Ah, bom, foi o protocolo que errou.

O SR. ANDRÉ GERALDO SOARES - O Fabiano não sabia que eu estava aqui dentro, quando ele chegou, alguns minutos depois. Ele é conselheiro da União dos Ciclistas do Brasil, assim como está aqui o Piter, o Giovanni e também diversos associados. Eu também represento a Rede Catarinense de Mobilidade Ciclística, que é uma organização informal que é composta por diversas associações de ciclistas, de algumas empresas e também de ciclistas de Santa Catarina.

A União Ciclistas do Brasil, por sua vez, é uma Federação de Associações de Ciclistas do Brasil, temos cerca de trinta associações associadas, algumas empresas privadas na qualidade de apoiadores e mais, estaremos atingindo até o final do ano, mil associados. Indivíduos que militam em algum lugar do Brasil em favor da bicicleta.

Senhor Deputado, senhores presentes, primeiro constatar ou relevar o fato de que estamos discutindo aqui o resultado de décadas de políticas de incentivo ao modo de transporte motorizado. Nós, de vez em quando, vemos alguma audiência ou alguma outra ação, alguma outra iniciativa, que é basicamente para tentar corrigir, mas ainda assim com muito pouca eficácia nessas décadas de planejamento errado. Planejamento que não vem protagonizado pelo Poder Público como era de se esperar, menos ainda, com a participação popular, que deveria ser a prerrogativa, mas é o planejamento oriundo da indústria automobilística, da indústria petrolífera e das grandes empreiteiras de obras de engenharia e também da construção civil.

Então, nas mãos desses grandes interesses econômicos temos essa situação hoje. Uma sociedade que é refratária ao ciclismo, uma sociedade que exclui o cidadão das ruas, uma sociedade que provoca acidentes, nesse sentido, quando a gente fala em acidente também poderia dizer, complementando o Sérgio, que muitos poucos acidentes são acidentes, a maior parte são crimes de trânsito ou crimes de planejamento urbano ou crimes de opção econômica.

É muito importante que o Poder Legislativo, Deputados, esteja neste momento, não só neste momento, temos precursores, aqui, nesta Casa, e em muitas outras Casas, e é por isso que é

bastante importante que virmos prestigiar para dar respaldo a sua ação de levar adiante essas ações para poder trazer de volta o resgate do uso da bicicleta como meio de transporte. Quando eu digo resgatar, quero dizer que a nossa sociedade já vem a décadas matando o ciclista, não necessariamente passando com o carro por cima dele, mas matando novos usuários de bicicleta. Nós estamos há diversas gerações desconstruindo novos usuários da bicicleta como meio de transporte. O que precisamos é criar uma sociedade onde possamos colocar as crianças, os adolescentes, às vezes, os marmanjos, em cima da bicicleta sem ter receio disso.

Então, com todo o respeito ao ramo de atletas, eu diria: não pensem nos atletas ao construir ciclovias. Pensem nas crianças, pensem nos idosos, pensem nas mães que vão levar as crianças para as ruas, porque todo o benefício que vier a ser construído para essa categoria de cidadão, automaticamente, e num potencial muito melhor, vai beneficiar os atletas de outras categorias. E, mais ainda, estará criando a possibilidade de mais atletas, porque atletas de bicicleta hoje, basicamente são adultos ou já jovens bastante formados que, por algum motivo, de mais arrojado ou coragem, resolve usar a bicicleta.

Então, Deputado, já indo para os encaminhamentos, faz parte do papel do Poder Legislativo, a fiscalização. Nós diríamos que de legislação já estamos bastante cobertos, inclusive nesta Casa. Tem uma das leis, que me escapou o número agora, que está no Supremo Tribunal Federal com uma ação de inconstitucionalidade e, agora, me parece que está sendo meio complementada por este projeto do Deputado João Amin. Nós precisaríamos que a Assembleia Legislativa exercesse o papel de fiscalizar a obrigação que o Poder Executivo tem de construir ciclovias e ciclofaixas em rodovias que cortam perímetros urbanos. Nós também precisamos que seja fiscalizada a obrigatoriedade de construir bicicletários em prédios públicos, já existe lei para isso. Nós também precisamos que seja fiscalizada a obrigatoriedade de campanhas educativas. Esta Casa tem uma lei estadual: O Dia Catarinense Sem Carros. Nós nunca vimos, por iniciativa do governo do Estado, uma atividade em alusão a esta lei, muito embora não seja obrigatório, mas tem um dispositivo recomendando que essa campanha seja feita.

Também queria dizer que, na semana passada, tivemos em Itajaí a edição do 1º Encontro Catarinense de Circuitos de Cicloturismo. Santa Catarina é o Estado brasileiro mais referência em uso de bicicleta, como meio de turismo do Brasil, um destino de cicloturismo do mundo inteiro. Nós temos aqui quatro circuitos de cicloturismo totalizando mais de mil quilômetros de vias sinalizadas para o uso de bicicleta como meio de turismo, cortando estradas vicinais, centros urbanos e, até mesmo, rodovias federais. Então, a necessidade de investir no uso da bicicleta como meio de transporte também está favorecendo um meio de economia limpo, agradável e benéfico para todos.

Alguns casos que, por exemplo, também é necessária a intervenção do Poder Legislativo, neste momento, não sei se o Jorge vai falar, mas a Antônio Heil em direção a Brusque, que já faz parte de uma luta histórica dos ciclistas da região para construir a ciclovia nessa duplicação e enfrentamos bastante resistência.

Acho também, Deputado, que esta Casa precisaria intervir junto ao DNIT para a construção de ciclovias na BR-470, que está em fase de projeto de duplicação na região de Blumenau. Se não houver essa iniciativa dos homens de poder deste Estado, nós, ciclistas, não teremos esse papel. O nosso papel lá vai ser de atropelado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Antonio Aguiar) – Um minuto para a sua conclusão

O SR. ANDRÉ GERALDO SOARES – Ok! Nós temos aqui também, nas BRs, que hoje estão sob concessão, são todas administradas pela Autopista Litoral Sul, o espraiamento, a construção ostensiva de vias marginais ou vias laterais. Nós já estivemos, inclusive com a presença do Deputado Federal, na Autopista Litoral Sul, em Joinville, requisitando que essas novas marginais tenham o uso da ciclovia, porque essas novas marginais acabam sendo mais perigosas para o tráfego de ciclistas do que o próprio leito da rodovia. Elas são desprovidas de acostamento e têm um autotráfego de veículos que trafegam sempre numa velocidade incompatível e superior aquela que é regulamentada.

Por fim, queria somente lembrar que nós somos parceiros, e, quando eu digo nós, a sociedade civil, somos parceiros porque somos protagonistas. Todas as grandes conquistas da sociedade, da humanidade são protagonizadas pela sociedade civil. Nesse embate de forças que existe pelo domínio das consciências e pelo domínio do poder econômico também, se não houver a união da sociedade civil, a união dos cidadãos, sempre acabaremos sendo prejudicados. Hoje,

esse pequeno avanço que estamos tendo e vamos continuar lutando para a sua ampliação, do uso da bicicleta como meio de transporte, de mais ciclovias, de mais qualidade de vida nas cidades, tem sido protagonizada pela sociedade civil, por organizações de ciclistas de diversas cidades brasileiras ou mesmo por ciclistas avulsos onde elas não existem.

Então, nesse sentido, exaltar o senhor, esta Casa e os demais tomadores de decisões públicos a buscar na sociedade civil, a buscar nas associações, que estão cada vez mais especializadas, este respaldo para essas iniciativas que vocês estão precisando ter, que vocês têm, porque, muito provavelmente, enfrentem também muita resistência interna no seu próprio meio.

Gostaria de solicitar que a sociedade civil fosse mais ouvida, tanto para poder fundamentar esses projetos, já que são usuários e entendem do assunto, quanto também de serem parceiros nesses embates que vocês têm com setores e com posições que ainda são resistentes a uma qualidade de vida urbana.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Antonio Aguiar) – Muito obrigado. Nós pedimos que seja cumprido o tempo de três minutos de fala, que sejamos mais objetivos, caso contrário sairemos daqui às 18h, às 19h.

Com a palavra ao senhor Jorge Andriani, presidente da Associação dos Ciclousuários de Itajaí – Cicloação. [Taquígrafa-Revisora: Almerinda Lemos Thomé] [Leiturista: Dulce M da Costa Faria]

O SR. JORGE ANDRIANI – Boa-tarde, senhor Deputado Antonio Aguiar, componentes da mesa e demais membros da plenária. A gente costuma dizer nos passeios de bicicleta que fazemos por lazer; que horário para sair nós temos, mas chegar nunca conseguimos prever. E realmente três minutos é muito pouco para quem gosta do meio, mas vou tentar ser breve o máximo possível.

A bicicleta está tendo uma visibilidade muito grande pelos grupos de lazer que pedalam à noite. São pessoas com capacete, roupa justa, bicicletas com sinalização dianteira e traseira; isso é legal e todos querem participar. Só que essa não é a visão que temos do ciclista, dos que estão no seu dia a dia enfrentando uma guerra no trânsito, tentando achar o seu espaço, já que vemos muitos motoristas tentando tirar um fino com o veículo para pôr o ciclista no seu devido lugar. E esse é um processo em cadeia.

Eu começo como pedestre e evoluo para ciclista – o pedestre já ficou ali ao lado, e eu vou dar um cutucão nele; é folgado, está andando aqui onde é o meu espaço. Depois eu evoluo para motociclista, para motorista e assim sucessivamente, e vou jogando. Mas o Código de Trânsito prevê justamente o contrário, que o maior preserve o menor; todos em prol do pedestre, que somos todos nós, pois nós somos pessoas no trânsito. Eu costumo dizer que não estou no trânsito, eu sou o trânsito, porque se as pessoas saírem de lá o trânsito para; não tem problema, tudo é resolvido. Então o respeito é fundamental.

Com relação ao que o colega estava falando, sobre as indicações, nem todos os motoristas respeitam a faixa de pedestre. Esta semana, em Itajaí, eu contei quinze carros passando na Beira Rio e uma pessoa esperando para atravessar a rua; nenhum deles parou, mas isso está no Código de Trânsito. Todos deveriam ser multados, mas onde está a fiscalização? A gente vê cada vez menos... E vamos colocar a culpa no nosso nobre colega que está lá fazendo o serviço dele, muitas vezes mal aparelhado e sem condições de efetivo para fazer isso. Então cada um está olhando para a sua categoria. E hoje a gente vê muito isso, é categoria de pedestre, é categoria de ciclista, é categoria de motociclista, enfim, cada um defendendo a sua, mas somos todos nós, pessoas, no trânsito, nesta guerra, e temos que ter respeito mútuo. Eu tenho que me respeitar para poder respeitar o outro.

Falamos do trânsito – pena que... Eu achei que a mesa iria se esvaziar, que iria ficar só o nobre Deputado nos ouvindo. Mas, quando se fala em educação, é bom lembrar que nós temos lá no Código de Trânsito a determinação de haver uma matéria interdisciplinar, desde o 1º ano até o último ano do ensino superior. Porém não vimos isso. Quem fez isso? Na minha época era 1º grau, 2º grau, ensino médio; hoje, quem está na faculdade, na universidade, tem essa matéria interdisciplinar de trânsito?

Nós temos que resgatar não a cultura da bicicleta, porque essa nunca foi perdida. Às vezes fica perdida por alguns de nós em certos momentos, quando deixamos a bicicleta de lado e partimos para a moto, para o carro, pois cresceu o nosso poder aquisitivo e nós evoluímos. Mas a bicicleta sempre ficou ali para todos aqueles que não evoluíram financeiramente e que têm no seu dia a dia a bicicleta. Nós temos que resgatar, sim, a cultura de educação no trânsito, e essa eu

prego que seja em todos os meios de comunicação, que seja feita por todos os Poderes, que seja uma campanha não de uma semana, como é a realizada na Semana do Trânsito, mas uma campanha de um ano enfatizando o respeito mútuo das pessoas no trânsito, o resgate da pessoa. Quem vai ali naquela bicicleta é o meu filho? Não, eu não tenho filho; mas pode ser o seu filho, o filho do Tanaguchi, o sobrinho do Tanaguchi, aquele a quem eu desejo dar um empurrão para o lado. Isso é o que nós temos que fazer.

O Detran do Recife, se não me falha a memória – corrijam-se quem lembrar –, reprovou duzentos candidatos que iam tirar carteira de motorista porque não respeitaram o artigo 201, que define como infração passar ou ultrapassar um ciclista a menos de 1,5 metro de distância. Pelo que eu pude ver na reportagem, lá eles têm um pátio onde foram colocados uma bicicleta, um manequim e uma faixa a 1,5 metro – e isso que sessenta dias antes eles fizeram nos CFCs curso enfatizando o respeito ao trânsito e as leis que interferem no ciclismo, na bicicleta, nesse modal. Foi realizada uma pesquisa – pela própria pessoa que estava fazendo o teste – perguntando ao candidato se ele tinha recebido instruções sobre legislação de bicicleta, sendo que mais de 60% disseram que não tinham recebido instruções sobre bicicletas. Então, essa é algo sobre o qual nós temos que pensar muito.

Eu quero trazer à tona, Deputado, pedindo que o senhor tome à frente isto, a questão da Antônio Heil, a SC-486. Desde 2012 nós, de Itajaí e também de Brusque, estamos numa luta para ver se vencemos essa guerra, e nós estamos ficando desanimados. Nós viemos aqui três vezes, trouxemos um abaixo-assinado, conversamos com o pessoal do Deinfra sobre a inclusão de uma ciclovia, falamos informalmente com o Governador este ano em Brusque – numa palestra dele –, porque nos garantiram que haveria a ciclovia, mas virou uma via de múltiplo uso, e nós descobrimos que ela é nada mais nada menos do que o acostamento. Isso já existe, as pessoas já passam pelo acostamento todos os dias, e essa via vai ser mão dupla? Vamos esperar para quê? Para daqui a dez anos vermos que há dez anos deveríamos ter feito a ciclovia, que isso seria muito mais barato do que fazê-la hoje – no futuro?

Então nós temos que pensar na vida, no ser humano; não no ciclista, não no motociclista, não no motorista, mas pensar no ser humano.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Antonio Aguiar) – Um minuto para a sua conclusão.

O SR. JORGE ANDRIANI – Eu estou fazendo em Itajaí, pela Cicloação, um levantamento do fluxo de pessoas andando de bicicleta, e menos de 1% dos jovens em idade escolar fazem uso de bicicleta; eu fiz uso da bicicleta para ir à escola nos meus 10 anos, 12 anos, 13 anos, mas isso, hoje, a gente não vê. Antigamente a gente via crianças andando de bicicleta, mas nos momentos em que eu estava lá vi somente duas crianças. E não querendo marginalizá-las, mas pela vestimenta e pelo estilo da criança, notamos que eram bem da periferia, porque crianças de bairros mais populosos e de classes mais abastadas não têm condições de andar porque o pai e a mãe não deixam.

Então, eu vim aqui especialmente para fazer esse apelo aos senhores em relação à Rodovia Antônio Heil. É uma luta nossa, da Associação de Itajaí...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Antonio Aguiar) – A 486, não é?

O SR. JORGE ANDRIANI – ...da CDC de Balneário Camboriú e também do Fórum da Bicicleta de Brusque.

Eu fui um dos que recriou a sua lei com relação à Semana da Ciclovia. Recebi uma comunicação da sua assessora, e aí eu disse que não bastava fazer leis só para criar o dia de comemoração; nós temos que fazer leis que sejam efetivas. Existem três leis que falam no registro de bicicleta e na legislação sobre ela em São Paulo – nas cidades de Ourinhos, Lorena e Serrana –, mas nenhuma das três leis são efetivas, porque falta regulamento. Então muitas leis são feitas e não servem para nada – isso também já foi comentado aqui.

Para encerrar, deixo o meu agradecimento a todos que estão aqui presentes. E, como eu disse numa apresentação na Câmara de Vereadores de Itajaí, que tudo o que a gente pleiteou em palavras nesta audiência seja transformado em atos. A educação é fundamental, em todos os quesitos.

Muito obrigado. (Palmas.) [Taquígrafa-Revisora: Siomara G. Videira]

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Antônio Aguiar) – Passo a palavra ao senhor Iran Alfredo Gonçalves dos Santos, representando o senhor Camilo Martins, Prefeito de Palhoça.

O SR. IRAN ALFREDO GONÇALVES DOS SANTOS – Boa-tarde a todos.

Eu quero expor aqui a minha experiência do dia a dia, de vir trabalhar de bicicleta saindo de Palhoça para ir até a Assembleia. Eu gostaria de vir todos os dias, mas infelizmente eu não posso porque na Casa não existe um vestiário no qual eu pudesse me trocar.

Quando venho de carro eu levo uma hora e meia, duas horas, e me estresso, fico totalmente irritado. Quando venho de bicicleta eu me sinto bem, quando chego aqui estou em paz, a minha produtividade aumenta e eu fico bem tranquilo. Mas quando eu venho de carro é completamente diferente.

Eu saio de Palhoça e levo 40 minutos de Palhoça até aqui. Eu venho do centro de Palhoça, passo pela Avenida Elza Lucchi, onde só existem ciclofaixas, que a gente divide com pedestre, com pessoas que estão correndo e se exercitando – é apenas um metro de ciclofaixa, às vezes eu tenho que desviar e invadir a estrada.

Assim eu venho por São José, pego a Via Expressa – que está totalmente parada – e vou pelo acostamento. Eu percebo, nesse meu percurso, que o número de pessoas usando o celular é enorme. Não é um veículo, não são dois veículos, são dezenas deles; de cada dez que eu vejo, em oito estão com o celular na mão – uns passando mensagens. Então a gente acaba correndo risco para a vida, porque eles estão indecisos no trânsito. Eu, que estou passando de bicicleta, percebo isso.

Então eu venho, chego à Via Expressa, desço em Coqueiros, e o único meio de passar para a Ilha é pela ponte, onde há uma passarela. Ali está ótimo, bem sinalizado, colocaram câmaras de segurança. Venho por lá, faço o contorno pela Prainha e chego à Assembleia. Mas na Assembleia não tem vestiário, tem apenas algumas vagas para colocar as bicicletas.

Então eu queria fazer um pedido, Deputado, que já foi solicitado à Casa várias vezes: que seja feito um vestiário apropriado para que as pessoas possam vir trabalhar de bicicleta. A Casa tinha que dar esse exemplo. Quero fazer aqui esse registro.

Também há o problema do retorno. Novamente tenho que ir pela contramão, porque não tem como eu atravessar e ir pela direita. Daí eu pego a Beira-Mar de São José; ou eu vou por Coqueiros – geralmente eu faço isso por questão de segurança –, e eu não posso voltar pela Via Expressa, pois pela Via Expressa eu tenho que voltar pela contramão; eu tenho que ir pela contramão para poder pegar ali e descer a Beira-Mar de São José.

Então nós, ciclistas, às vezes nos encontramos – um indo e o outro voltando – e vemos a dificuldade que é para transitar. Portanto, temos que humanizar a cidade, e está-se discutindo muita coisa, mas a praticidade não existe.

Assim, quero pedir para V.Exa. a transposição do Morro dos Cavalos. Sinto-me envergonhado de ver uma obra daquelas de duplicação e não haver a transposição para um ciclista ou para um pedestre no Morro dos Cavalos. Aquilo ali é vergonhoso. Quando eu tenho que ir para o sul, para Garopaba ou para Laguna, preciso ir por cima da pista, sinalizando, pedindo que não passem por cima de mim, pelo amor de Deus. Então aquilo é uma vergonha por aquela obra não ter uma transposição para pedestres e para ciclistas.

Queria deixar esse registro e pedir para V.Exa. fazer esse encaminhamento junto ao DNIT a fim de que este órgão tome essa providência.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Antônio Aguiar) – Passo a palavra à senhora Ana Destri, coordenadora do projeto Bicicleta na Escola, do Município de Florianópolis.

A SRA. ANA DESTRI – Boa tarde a todos. Sou professora de Educação Física e coordeno o projeto Bicicleta na Escola aqui em Florianópolis. O projeto surgiu em função de uma demanda muito grande de crianças indo e vindo de casa para a escola de bicicleta.

Como sou ciclista, preocupo-me muito com essas crianças, com o jeito como elas estão e com o jeito em que estão as ruas. Os motoristas não respeitam ninguém, as ruas não têm acostamento; as crianças estão andando de bicicleta pela calçada, quando tem a calçada.

Esse projeto nasceu dessa angústia por falta de segurança. O projeto está na rede municipal de Florianópolis, tocado voluntariamente nos momentos em que eu tenho hora-atividade. Eu não sou dispensada para tocar o projeto, e na minha hora-atividade eu o coordeno junto com o Peters, o Fregolão e o Jorge, em conjunto com o Bike Anjo. Mas não temos como coordenar isso em todas as escolas, pois Florianópolis é muito grande e com realidades completamente diferentes.

Ciclovias. Eu fico muito feliz quando algum pai diz que vai de bicicleta com os filhos até a escola, porque penso que ali tem ciclovia, ou tem uma rua mais segura, mais calma. A ideia de levar o projeto até as crianças é para que elas apurem o senso crítico quanto à mobilidade urbana, a fim de que elas não fiquem iguais à gente, brigando o tempo inteiro para ter ciclovias, para ter segurança no trânsito, para ficar na frente do ônibus a fim de que ele pare e me veja. Para não ter que ficar dizendo: olha, cuidado, porque naquela rua não dá para passar direito, pois a velocidade é muito alta; e para não ficar com cara de bobo quando ver uma ciclovia sendo malfeita, que começa em nada e termina em lugar algum e que só tem uma ciclovia, como nós temos lá na Osni Ortiga, que está sendo construída. Em Canasvieiras nós temos uma ciclovia que acaba em um muro, tanto a ciclovia quanto a calçada. Isso é piada para alguns, mas para nós isso é muito sério. Eu já deixei de rir disso, porque para mim essa situação não é engraçada. E também para que eles não precisem lutar por isso, que já esteja pronto, pois nós estamos fazendo isso por eles.

Esse é o direito de ir e vir, e a gente só quer isso, ter o direito de ir e vir com segurança. Isso está na Constituição, mas ninguém fala nisso. A gente só está falando nisso, eu acredito que só estamos sendo chamados para conversar sobre isso, por conta desse boom de ciclistas na rua, mas a bicicleta sempre esteve em todos os lugares da Ilha.

Em alguns lugares ela está ficando dentro de casa, e as crianças estão brincando no quintal; elas não podem ir às ruas porque os carros tomaram conta das ruas. Em Rationes nós não temos nenhuma calçada. Antes as pessoas trafegavam lá com as bicicletas; depois foi tudo calçado e asfaltado, e as bicicletas foram jogadas num canto. No Rio Vermelho, asfaltaram a rua geral do Rio Vermelho, e as bicicletas ficaram em casa. É latente, os ciclistas estão ali, mas eles não são vistos; as bicicletas só estão indo às ruas nos finais de semana, quando não tem trânsito intenso. Lá em Coqueiros tem muitas bicicletas. [Taquígrafo-Revisor: Eduardo Delvalhas dos Santos.]

Aqui, eu ouvi dizer que eles querem nivelar o acostamento da Via Expressa. Para quê? Para mais carro tentar entrar e não conseguir? E o que me incomoda bastante, porque eu moro em Coqueiros e vou trabalhar de bicicleta, é que não tem nenhuma sinalização dizendo que embaixo tem uma passarela. Nenhuma! Desde a Via Expressa, por onde o nosso amigo passa, vem lá de Palhoça, não tem nenhuma sinalização, e ficar no acostamento é muito complicado, porque qualquer problema que dá na pista da Expressa, o carro se joga para o acostamento, e daí lá vamos nós de novo.

Tem uma entrada para Coqueiros que acabou com o acostamento. Fizeram uma entrada na Via Expressa, uma fuga para sair daquele rolo do trânsito da manhã, e tiraram o acostamento. Então o pedestre ou o ciclista passa por ali e vai para onde? Ele não sabe, porque o acostamento vai afunilando e de repente a gente está no meio-fio e na pista. São coisas que só quem pedala é que sabe e que vê.

Eu levei o projeto para as escolas mesmo para que as crianças não precisem estar lutando como a gente está fazendo agora. Então estamos tentando deixar na escola, semear lá na escola a fim de que as crianças de hoje venham amanhã com essa ideia mais tranquila e com o senso crítico bem apurado para saber exigir e saber votar, votando em quem realmente faz as coisas e não em quem só fica na fala, batendo foto e postando, dizendo que está tudo certo.

Espero que hoje a gente não tenha vindo aqui fazer essas falas em vão, porque no ano que vem é época de eleição e eu não quero estar sendo procurada só na época de eleição. A gente está vendo que hoje isso aqui é um ganho, vindo aqui e falar para vocês. Gostaria muito que estivessem todos aí para ouvir e não só a gente ouvi-los. Vocês têm que nos ouvir mais, porque temos muita bagagem. Esse pessoal que veio aqui tem muita bagagem, tem muito chão, não surgiu de repente.

Agora nós temos a Secretaria de Mobilidade. Pois é, temos que ser ouvidos. O projeto Bicicleta na Escola está na Prefeitura de Florianópolis e eu nunca recebi um convite, mas o Prefeito sabe que ele está lá, ele adora essa questão do projeto, disse: nossa, que projeto bom. Então vamos ter que colocar isso para frente, só que esbarrou na questão do Secretário da Educação. O Secretário não consegue dispensar para coordenar somente o projeto, porque tem a questão de verba, a questão administrativa, as pessoas que estão lá têm que organizar essa questão de verba, porque a gente sempre vai esbarrar na verba. E eu toco o projeto...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Antonio Aguiar) – A senhora tem um minuto para encerrar a sua fala.

A SRA. ANA DESTRI – Já vou encerrar.

E eu toco o projeto Bicicleta na Escola sem nenhuma verba. E muita gente toca aqui sem nenhuma verba, a maioria é voluntária. Então, precisamos de verba? Precisamos é de alguém que atue e faça as coisas.

Obrigada, gente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Antonio Aguiar) – Obrigado.

Com a palavra o senhor Giovanni Rafael Seibel, vice-presidente da Associação Blumenauense Pró-Ciclovias.

O SR. GIOVANI RAFAEL SEIBEL – Boa-tarde a todos e a todas. Quero agradecer o convite e parabenizar o Deputado por esta audiência. Cumprimento todos, principalmente os cicloativistas que aqui se encontram numa segunda-feira, em horário comercial, mas a gente sabe que a grande maioria dos que aqui estão faz trabalho voluntário, então a gente sempre dá um jeito para estar presente.

É um prazer também encontrar novamente o Cássio Tanaguchi, nós tivemos a oportunidade de estar juntos num programa da Assembleia Legislativa lá em Blumenau, no Fala Jovem. Nós até nos sentimos jovens pelo fato de termos sido convidados para estar presentes (risos), mas os jovens é que estavam sentados...

Eu concordo muito com a Ana, pois me dá até um incômodo quando a gente vê pessoas aqui dizendo que você tem apenas mais um minuto. Eu acho que esse é o grande momento de se fazer o processo inverso, ou seja, de ouvir essas pessoas que estão aqui e têm uma bagagem muito grande de bicicleta, de mobilidade urbana, de conhecimento de cidade para passar às pessoas, pois a bicicleta proporciona muito isso.

Pedalando você percebe a cidade, você sabe quanto tempo um pedestre tem para atravessar uma rua diferente dos automóveis, você sente o cheiro da cidade, você consegue ver os rios, coisa que comentamos bastante em Blumenau. A bicicleta dá essa possibilidade, e por isso a importância de se estar investindo nela. Mas muitas vezes a gente vê governantes fazendo seus planos em gabinetes ou por detrás dos para-brisas de seus automóveis, não sentindo a realidade que a bicicleta dá, e não só a bicicleta, mas também o pedestre.

Na semana passada nós tivemos a reunião da Associação Blumenauense Pró-Ciclovias na qual eu apresentei o convite para esta reunião, e um dos temas abordados foi que no convite para a audiência pública constava a bicicleta como alternativa para a mobilidade urbana, quando, na verdade, já consideramos a bicicleta como um meio de transporte consolidado. Mas a gente fica tratando a bicicleta como alternativa e fica nas questões de que tem carro em cima de uma ciclovia, de que tem carro em cima de uma ciclofaixa, de que tem carro em cima da calçada. Aí dizem que não tem contingente, só que um exemplo que eu dou lá de Blumenau é que quando é época de Natal, época festiva, por exemplo, e tem muito movimento no *shopping*, você vai ter a guarda de trânsito disponibilizada para que o trânsito flua. Então são usados dois pesos e duas medidas, ou seja, em determinado momento não tem pessoal para fiscalizar, mas quando é para fluir o trânsito dos automóveis, sempre se encontra.

Em relação à BR-470, citada pelo André, ali na nossa região... Quando foi comentado sobre a duplicação da BR-470, o governo federal fez a fala de que teria uma atenção muito especial com a bicicleta e que ela estaria contemplando as ciclovias no decorrer da duplicação da via. Agora a gente descobriu que as ciclovias estarão presentes apenas nos conglomerados urbanos. Mas recentemente houve uma pesquisa na Secretaria de Educação de Blumenau na qual foi constatado que os ambientes rurais são os que têm mais bicicleta.

Então, automaticamente a gente relaciona isso com a duplicação da via. Você automaticamente comporta só os conglomerados urbanos, mas nas áreas rurais, onde tem um número bastante grande de bicicleta, ela não aparece, fica restrita para estar usando a duplicação.

Eu tive a oportunidade de participar da formação da Ana e do Paulo aqui em Camboriú e eu vim de bicicleta. Eu fiz em três horas e quinze minutos de Blumenau até Camboriú. Então eu fico imaginando se tivesse condições adequadas de verdade para que o ciclista pudesse pedalar, não seria problema para muitos ciclistas estar se deslocando entre uma cidade e outra, principalmente Blumenau e Indaial, que são bem próximas. Por isso a gente vê a necessidade de a duplicação estar caminhando junto com a duplicação da BR-470.

Um pedido do Eldon Jung, que é cofundador da Associação Blumenauense Pró-Ciclovias junto com o Wilberto Boos, é em relação às ferrovias, e eles sempre lutam bastante. Nas ferrovias nós estamos perdendo para as cargas, para frango, e de repente se está pensando também que a ferrovia possa comportar passageiros, que as pessoas possam utilizar as ferrovias, mas paralelo a elas também se poderia

pensar numa ciclovia, também ligando Municípios, então automaticamente ligaria com a ferrovia e poderia estar contemplando com ciclovias. Se não me engano na Europa as ferrovias que foram desativadas se tornaram ciclovias e você consegue fazer a ligação entre as cidades.

Não lembro de quem foi a manifestação, mas alguém falou sobre o fato de que se estava desconstruindo novos ciclistas, e o Fabiano disse bastante da culpabilidade voltada para o ciclista. Hoje em dia você obriga o ciclista a andar de capacete, com todas as sinalizações, com cotoveleira, com joelheira, e aí vem o PL 2.180, do Deputado Fábio Reis, que presta um desserviço aos ciclistas. Então parece que o culpado disso tudo é o ciclista.

Diariamente eu uso bicicleta, ela é o meu principal meio de transporte em Blumenau, e eu sou daqueles ciclistas que, pelo fato de não ter mais uma via ciclável, se sente no direito de usar a via. E o que acontece? É todo mundo tirando fino, querendo espremer cada vez mais a gente para o lado. Então parece que nós estamos invadindo um espaço que é do automóvel. [Taquígrafa-Revisora: Siomara G. Videira]

Você vê comerciais em que o automóvel chega a uma fila de teatro, passa na frente de todo mundo, entra no teatro e, de repente, ele está lá na frente. Na propaganda o automóvel passa por rios, então há status; o automóvel anda por vias onde não tem carros trafegando.

Hoje em dia o pedestre está fadado a atravessar numa faixa de pedestres, porque se não tiver uma faixa de pedestres e você colocar o pé em cima da via, você estará invadindo o meu espaço. E até um tempo atrás, como já foi citado aqui, não era assim. A rua era de todos, principalmente das pessoas. As crianças brincavam nas ruas.

Eu sou professor, e sei que a demanda reprimida de alunos é bastante grande. Eu chego à escola pedalando, mas a cada ano estou em uma escola diferente porque eu sou ACT, o meu contrato é temporário, e então vem aquela criança toda para cima de mim devido à bicicleta. “Ah, professor, mas o senhor vem de bicicleta?” Daí eu começo a questionar: E vocês, moram perto? “Mas o meu pai não deixa, a minha mãe não deixa, é muito perigoso.”

Então, a que ponto nós chegamos, de não poder mais usar as vias porque elas são dos automóveis. Essa é a grande importância. Acho que não podemos mais encarar a bicicleta como uma alternativa, pois ela é uma realidade e deve receber uma atenção bastante especial. Que as nossas manifestações sejam proveitosas, que se tire bons frutos da tarde de hoje.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Antonio Aguiar) – Passo a palavra ao senhor Maikon Costa, representando o Conselho de Desenvolvimento do Sul da Ilha (Codesi)

O SR. MAIKON COSTA – Boa tarde. (Cumprimenta os componentes da mesa e os demais presentes.)

Vou tentar me ater às questões mais locais, pois do conhecimento global muita gente já falou aqui hoje, e vocês já estão carecas de saber disso. Então vou me ater às questões locais já pensando nos encaminhamentos.

O primeiro encaminhamento que eu faço – uma coisa que me deixou surpreso –, é a questão da oficina de mobilidade urbana. Eu estive na antepenúltima oficina, lá no Saco dos Limões, que é mais voltada para a minha região – Carianos, Costeira, Saco dos Limões e José Mendes. Fiquei surpreso porque nós não tínhamos um membro da Secretaria de Mobilidade Urbana num programa da Prefeitura e do IpuF. Muito estranho, pois em uma oficina de mobilidade não estava o pessoal da mobilidade. Então esse é o meu primeiro encaminhamento.

O segundo encaminhamento, na verdade, é somente uma sugestão. O Tanaguchi está aqui, e acho que esse plano é excepcional, mas o meu colega Bruno Negri, que também é ciclista, cicloativista, colocou-me na causa – ele mora lá na Lagoa, na área do Peters. E agora chegou a hora de colocar o plano em ação – é o mais difícil –, para ele não morrer dentro da gaveta. Vamos fazer com que esse plano realmente funcione.

Os outros encaminhamentos que eu vou fazer são relacionados a questões voltadas ao sul da Ilha. Um deles é a questão do *guard rail* que tem na SC-401, na entrada da SC-403, no Trevo da Seta. E um *guard rail* onde a velocidade máxima permitida é 40 km por hora. Eu tenho imagens, e a gente até discutiu a respeito desta situação da placa que sempre é atropelada. A instalação de uma placa dessa até me surpreendeu, pois custa mais de R\$ 800,00 ao erário; mas toda a vez em que ela é derrubada e danificada é dinheiro nosso que precisa ser aplicado nisso novamente.

Nós temos também o *guard rail* que foi recentemente colocado pelo Deinfra, depois de inúmeras ouvidorias e de inúmeras visitas nossas ao órgão. Não é natural que um cidadão tenha que ir dez

vezes ao Deinfra, tenha que sentar e levar um chá de sofá no Deinfra a fim de que um *guard rail* seja colocado para proteção dos ciclistas que passam na ciclovia aqui do lado; então isso é um absurdo. Eu tenho a condição de fazer isso, além de outros membros que moram aqui em Florianópolis; e os demais cidadãos catarinenses, que moram no interior e que não conseguem ir até o Deinfra, como fazem? Irão ficar sem resposta das ouvidorias?

Então eu peço ao Capitão que aquele ponto de 40 km por hora seja fiscalizado pelos radares, que haja uma fiscalização ativa, porque vidas podem estar sendo salvas se essa fiscalização for efetiva, o que falta ali.

Eu acabei não apresentando o Codesi, o Conselho de Desenvolvimento do Sul da Ilha, que aglutina várias entidades comunitárias do sul da Ilha, como associações de moradores, entidades de classe, colégios e Polícias. Esse é o objetivo do Codesi. É como tem o Codeni, do norte da Ilha; e também o Codecon, do Continente, do qual nós temos um membro aqui, o Jajá.

Para não tomar muito tempo, o meu último encaminhamento é a questão dos jogos do Avaí. Além de ser diretor de planejamento do Codesi, o Conselho de Desenvolvimento do Sul da Ilha, eu estou presidente da Amocar, a Associação de Moradores dos Carianos, e há algum tempo eu experimentei o problema. Apesar de ser avaiano, naquele jogo eu tinha um compromisso, mas eles fecham a via a fim de escoar o trânsito para os jogos do Avaí e também de liberar o trânsito para o aeroporto. E como eu estava preso, pois de carro não tinha como sair, eu experimentei sair de bicicleta. Eu sou ciclista, mas naquele dia mais ainda, porque o trânsito estava fechado. Porém é praticamente impossível sair do Carianos com as vias fechadas; ou seja, só se você tiver um helicóptero para sair do Carianos – um helicóptero ou um avião. O aeroporto fica ali pertinho, é até sugestivo. Você não tem outro meio para sair porque a via não permite. Então a gente deveria fazer essa reflexão.

Portanto, peço ao Deputado que faça o encaminhamento no seio da Comissão de Transporte e Desenvolvimento Urbano, que seja debatido com o Presidente João Amin, para a chamada de uma audiência pública a fim de ver qual é o formato que está sendo desenhado para levar os torcedores à Ressacada.

Recentemente eu vi no Jornal do Almoço um especialista dizendo que quarenta ônibus podem levar até quinze mil pessoas em uma hora. Isso é o suficiente para lotar a Ressacada, e com certeza será bom ao próprio Avaí porque receberá mais torcedores. E a outra via poderia estar sendo liberada para o trânsito de ônibus e para o trânsito de ciclistas também. Esse é o meu último encaminhamento.

Para fechar a minha manifestação, eu queria fazer uma reflexão: a professora Ana fez uma colocação a respeito das eleições 2016. Eu tive o desprazer de pôr o Prefeito Cesar Júnior para pedalar com o grupo Bike Anjo. Hoje eu digo desprazer porque talvez essa tenha sido uma das únicas e poucas ações que a Prefeitura de Florianópolis fez em relação à bicicleta. Eu tenho saudade de outros gestores que deram muito mais atenção a essa questão. O IpuF está abandonado, outras entidades estão abandonadas, e a bicicleta foi jogada de lado. O Cesar foi pedalandando da Prefeitura até a sua casa, e de lá para cá a gente viu pouquíssimas ações relacionadas à bicicleta na Ilha.

Agradeço por esta oportunidade e gostaria que, a partir dos encaminhamentos que forem dados aqui, fossem tomadas providências acerca disso o quanto antes.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Antonio Aguiar) – Passo a palavra ao senhor Solon Soares, fotógrafo da Assembleia Legislativa.

O SR. SOLON SOARES – Boa tarde a todos.

Vim aqui para parabenizar o Deputado pela iniciativa e cobrar algo dos senhores, pois há dez anos foi realizada uma audiência nesse mesmo sentido – na época era o Deputado Pedro Uczai –, e nós encaminhamos uma série de coisas. Entre elas, a questão das ciclovias e do acesso às melhorias para as bicicletas no sistema rodoviário estadual. Tudo aquilo tratado na época foi encaminhado e terminou em um projeto de lei, que acabou sendo vetado.

Recentemente houve outros projetos que foram mais à frente. E agora, pelo que eu vi, surpreendeu-me haver bastantes iniciativas, tanto estaduais quanto municipais, para pôr a mobilidade ciclística em andamento.

Contudo, eu queria fazer alguns questionamentos. Dez anos esperando e saiu pouca coisa. Pessoalmente, eu não acredito que em menos de dez anos vá sair algo de muito novo. Tem acontecido muitas coisas, e a ciclovia da Osni Ortiga é um exemplo. Eu não passei mais

por lá, mas acredito que ela esteja em uso, e levou esses bons dez anos, porque naquela época ela já era discutida. [Taquígrafo-Revisor: Eduardo Delvalhas dos Santos]

O Iran falou sobre o vestiário. Nessa audiência pública de dez anos atrás, um dos encaminhamentos propostos foi o incentivo para que se fosse ao trabalho de bicicleta. E na Assembleia Legislativa foi realizado um ato, corroborado pela Mesa, que sumiu, dizendo que nas próximas reformas – e já foram tantas – seria feito um vestiário, um bicicletário melhor, coberto, mas até hoje nada. Está aí outra sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Antonio Aguiar) – Um minuto para concluir.

O SR. SOLON SOARES – Outro ponto, que o moço lá do sul da Ilha falou e a gente está esquecendo, é sobre a segurança nas estradas, não só para ciclista, mas para quem anda a pé ou trafega numa cadeira de rodas. A iluminação no Pântano do Sul é horrível. Às vezes a gente gasta muito dinheiro em iluminação pública onde nem precisaria tanto, mas se esquece que lá no Pântano do Sul muita gente anda de bicicleta, o pessoal do Campeche anda de bicicleta, o pessoal ali no Saco dos Limões quer trafegar e não pode, e não só por causa da iluminação, mas também de segurança. Eu mesmo gostaria que o meu filho fosse do Saco dos Limões até a Costeira de bicicleta, mas ele não vai por medo. Por quê? Ou vão lhe roubar a bicicleta ou vão passar por cima dele com o automóvel.

Quería parabenizar o pessoal da Polícia Rodoviária que tem feito um bom trabalho, mas gostaria de dizer que, sim, em pequeno número, mas os policiais são mal preparados para atender ocorrências de bicicleta, tanto rodoviário federal quanto estadual, PM, Polícia Civil. Aconteceu recentemente de um inquérito ser jogado numa gaveta porque não houve interesse do Delegado em tocar para isso frente, e ele só saiu da gaveta por determinação judicial. E, pasmem, quem estava no dia do acidente era, inclusive, um oficial de polícia; não foi ele o envolvido, mas aconteceu com um amigo dele.

Então, são pequenas coisas que têm que ir adiante. Mas como eu disse, levamos dez anos para se chegar a esse ponto, então será que vai se levar mais dez anos para se conseguir alguma coisa?

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Antonio Aguiar) – Obrigado.

Agora, com a palavra o senhor Flávio Souza, presidente da Associação Comunitária Amigos do Continente.

O SR. FLÁVIO SOUZA – Boa-tarde a todos e a todas. Cumprimento o Deputado Aguiar e os demais integrantes da mesa.

Eu participo faz muito tempo de audiência pública, e um dia quero vê-la – e toda audiência pública na qual eu me manifesto, eu falo isto – sendo realizada de maneira contrária, ou seja, primeiro todo mundo fala e depois as autoridades falam, porque é sempre a mesma coisa, há um esvaziamento e quem era para estar aí... Então quero parabenizar aqueles que ficaram até agora, que estão aí segurando a onda, porque geralmente fica só o Deputado proponente da audiência, e os outros convidados saem porque têm os seus compromissos.

Como primeiro encaminhamento, Deputado, eu queria trazer aqui... Na minha passagem aqui pela Assembleia Legislativa eu era assessor da Deputada Angela Albino e ela deu entrada a um projeto de lei com a ajuda de muitos ativistas da bicicleta, que era o Projeto de Lei 273/2013, André, que fala no seu artigo 2º, inciso II: “promover campanhas educativas voltadas para o uso da bicicleta;”.

Então, como encaminhamento, para o qual peço o apoio de vocês, eu queria solicitar o desarquivamento desse projeto de lei. Eu vou entregar ao senhor a cópia para que com o apoio dos ativistas a gente possa desarquivá-lo, porque ele contempla... Eu entreguei uma cópia para o Daniel, o Fabiano também acompanha bastante, então vou entregar ao senhor para que seja feito esse encaminhamento.

(Procede-se à entrega da cópia do projeto de lei ao Deputado Estadual Antonio Aguiar.)

Eu quero aproveitar a presença do Tanaguchi, que está fazendo um belo trabalho... A gente vem participando desses debates sobre mobilidade urbana aqui em Floripa, no Rio, em São Paulo, e fora do País, em Nova Iorque, em Los Angeles, há pelo menos uns quinze anos e tudo o que é falado sobre Amsterdã, sobre a Suécia, todo mundo está cansado de ouvir que é bacana e tal. Eu penso que está nos faltando gestos, Tanaguchi. Há um mês estive em Nova Iorque e vi que não tem moto lá, mas a bicicleta... E não tem ciclofaixa. Tem bicicleta e elas andam junto com os carros, e todo mundo respeita.

Então, está na hora de o Poder Público tomar iniciativas. Quando o João Batista ainda era Secretário eu falei para ele fazer um bicicletário, colocar bicicleta para alugar junto com a iniciativa privada; para ele dar um salto, dar um passo, porque a gente nunca sai disso, desse debate, a gente não consegue dar um passo à frente! Eu acho que a questão das ciclovias é fato, eu não estou aqui dizendo que a questão da segurança não é importante. É muito importante a questão da segurança, mas vamos dar um passo à frente. Você vai no Rio, em todos os lugares tem espaço para alugar bicicleta, e Florianópolis não tem isso ainda. É muito atraso!

Outro exemplo. Em Florianópolis foi criado um *shopping center* e tem uma TAC que diz que o *shopping* tem que construir uma ciclovia. Ele não constrói, fica lá arquivado, ninguém mexe, a Prefeitura, a Câmara de Vereadores...

(Orador não identificado manifesta-se fora do microfone: “Já custou uma vida.”)

Já custou uma vida, e a gente ainda está aqui no debate!

Eu não sou ativista de bicicleta, mas sou um ativista da mobilidade urbana. Então, já estou aqui há quinze anos e sempre falando para as mesmas pessoas, talvez o gestor contrata uma empresa diferente para fazer um plano, mas não se avança. Eu acho que a gente tem que criar, sim, aquilo que o nosso amigo Solon falou, que o Iran também falou, os vestiários. O Poder Público devia ter essa iniciativa, e esse projeto de lei, Deputado, fala justamente nisso.

Eu vou entrar em mais duas questões, para ser rápido.

A primeira é a questão fiscal. Nós tivemos recentemente incentivos à compra de produtos da linha branca, como chamam, fogão, geladeira, com IPI zero, na questão dos carros, mas não se viu fazer isso com a questão das bicicletas. Nós não tivemos IPI zero para bicicleta. Nós podemos ter aqui em Santa Catarina, e aí não parte do Poder Legislativo, mas pode partir da sociedade e esta Casa pode também solicitar ao governo, um incentivo com ICMS diminuído, Deputado. Eu acho que nós temos que ter alguns gestos para que as pessoas...

A outra questão é educacional. Temos que criar o conceito da bicicleta, porque é *status* andar de carro. É como o professor falou, um cara chega de bicicleta e perguntam o que é isso, que coisa estranha, porque o cara está de bicicleta. Então vamos começar a criar campanhas educativas nos colégios, em toda a sociedade. Bicicleta, hoje, não é mais nem necessidade, é um meio de transporte, um meio de vida, como foi falado aqui.

Então, vamos quebrar esse paradigma de que carro é conceito de *status*. Conceito de *status* é viver bem e em harmonia, principalmente em harmonia com outros modais, Tanaguchi, pois nós temos dificuldade, aqui de Florianópolis, de conectar modais. Nós já temos uma luta pela questão do transporte marítimo, que é secular, e que ainda não conseguimos implementar, e mais uma vez agora também não foi considerado. Mas o modal bicicleta eu acho que é imprescindível, importante e vital para a nossa cidade.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Antonio Aguiar) – Para encerrar, queremos fazer um pedido oficial, já que o Capitão está aqui, para a instalação de uma faixa lá no pedágio com os dizeres: “Motorista, você está entrando numa área de treinamento de atletas. Proteja os nossos ciclistas.” Se o governo não tiver condições de arcar com a placa, a própria Associação o fará. Nós precisamos é da autorização. [Taquígrafo-Revisora: Siomara G. Videira]

Nós vamos citar alguns encaminhamentos e vamos aceitar algumas sugestões de vocês, que já falaram a respeito de quase todos os temas aqui.

Quero agradecer a vocês por nos mostrarem a sensibilidade do que é ser ciclista. Acho que isso é importante. Nós, que atuamos na área ortopédica, fizemos muitas cirurgias salvando a vida de vocês – é um detalhe. Participar do movimento dos ciclistas é outro detalhe, outra coisa. E vocês mostraram isso aqui com competência. Por isso quero parabenizar a todos que vieram aqui e expuseram as suas ideias. É isso o que nós temos que fazer, é debater mais para chegarmos a algumas conclusões.

Eu tenho alguns encaminhamentos a fazer: primeiro, aumentar a fiscalização na aplicação da Lei Seca. Porém eu quero dizer que não somente a da Lei Seca, mas a fiscalização do ciclista. Nós precisamos ter a fiscalização para o ciclista, e aí é um problema maior. Então o que nós vamos fazer para aumentar a fiscalização do ciclista? Vamos mandar uma indicação ao Secretário de Segurança Pública para que se veja ações nesse sentido, e que realmente a gente tenha um cronograma de saber quantas fiscalizações foram realizadas, tenha

isso em números. Foi fiscalizado mesmo ou só ficam falando e não fazem nada?

A segunda: criar um canal de comunicação para denúncias de motoristas que não obedecem às leis de trânsito, especificamente as relacionadas aos ciclistas. De repente um disque-ciclista, arrumar uma linha telefônica exclusiva para essa comunicação.

Nós temos as campanhas para conscientização dos motoristas, nós fizemos três leis, e o governo tem que fazer a campanha; mas não só o governo, nós temos que fazer isso. Ninguém faz nada sozinho. O governo tem que ser estimulado por nós, que temos que cobrar, e especialmente por vocês. Temos que estimular o governo a conscientizar os motoristas.

Nós temos aqui: inclusão das autoescolas, e nós já falamos com a responsável pelo exame no Detran; criação de ciclovias com ciclofaixas, enfim, toda a infraestrutura que tem que ser criada para o ciclista. E alguém disse algo importante: que nós temos que conscientizar as pessoas sobre os ciclistas. Vai ser muito mais produtivo para nós se conseguirmos conscientizar as pessoas de que o ciclista é alguém importante no trânsito, de que não podemos deixar ele de lado.

Nos Estados Unidos o ciclista toma o meio dos carros, mas não esperem que isso aconteça tão cedo aqui, porque o nosso motorista não se importa com o ciclista. Então nós temos que conscientizar a população disso, e a consciência vem de onde? Da educação, que é a responsável por isso. A educação de quem? A dos nossos filhos.

É muito difícil mudar a nossa geração, então nós temos que implantar isso na educação. Vejam o meio ambiente no Brasil. É verdade que o exterior teve muito interesse no Brasil para que se criasse uma consciência do meio ambiente aqui, mas hoje o meio ambiente no mundo – não só em Santa Catarina, mas em todo o Brasil – é um programa que já deu certo, todos estão conscientes. Se fizermos isso com os ciclistas, tenho a certeza de que vamos ganhar muito com isso.

Por último, inserir o ciclismo no conteúdo escolar, além de enviar indicação para aumentar a quantidade de placas em respeito aos ciclistas. Essa indicação será enviada aos órgãos competentes para que tenhamos um aumento de placas em respeito aos ciclistas.

Aqui foi dito a respeito da carga tributária. Nós podemos fazer uma moção, e até acho importante que as duas pessoas citaram dois Deputados que estariam prejudicando os ciclistas; de repente nós fazemos uma moção de repúdio a esses dois Deputados Federais. Mas não adianta fazermos moção de repúdio, vamos pôr alguma coisa que eles possam fazer por nós: na sua lei, que está tramitando lá, faça um artigo fazendo isso, isso e isso. Alguma coisa que possa ajudar os ciclistas nisso. Vocês terão o apoio dos quarenta Deputados Estaduais nessa moção. Como vamos fazer isso? Vamos conversar.

Por último, indicação, já aprovada no dia 17 de novembro, encaminhada ao Governador e ao Secretário da Fazenda, solicitando a isenção do ICMS incidente sobre a comercialização de bicicletas.

Para terminar, uma política cicloviária consistente, com respeito às pessoas, com respeito ao usuário de bicicleta.

Parabéns a todos vocês.

(O senhor Flávio Souza manifesta-se fora do microfone: “E a solicitação de desarquivamento do Projeto de Lei 273?”)

Vai ser solicitado o desarquivamento do projeto.

(O senhor Édio Fernandes manifesta-se fora do microfone: “A ciclovia entre a Beira-Mar e o bairro de Coqueiros, sobre a Ponte Hercílio Luz, que seja mais sinalizada conforme a fotografia que mostrei.”)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Antonio Aguiar) – Já está aqui o encaminhamento ao Secretário Rafael De Bona, Secretário de Segurança do Cidadão e Gestão de Trânsito.

O SR. KILDER ANDRÉ FRANCISCO ALVIM DE OLIVEIRA – Deputado, quero somente acrescentar que hoje, no nosso projeto da Frente Parlamentar lá em Brasília em relação à bicicleta, já está em tramitação a questão dos impostos na fabricação e na venda de bicicletas e acessórios; da instalação de suporte para bicicleta nos ônibus urbanos, os chamados BikeBus; da criação do cadastro Nacional da Bicicleta – hoje haverá algumas reuniões para finalizar essa questão e ativar o Bike Registrada; e da regulamentação do uso de bicicletas elétricas.

Hoje esses PLs já estão no Congresso, e no início de dezembro iremos finalizar algumas reuniões a respeito do que ocorreu de agosto para cá, para 2016. E convido a todos para conhecerem o

Fórum da Ciclomobilidade nas redes sociais, que é uma interligação dessas reivindicações, a fim de trabalharmos isso dentro da Frente Parlamentar. Coloquem lá, e eu mesmo me responsabilizo disso, pois estou indo a Brasília levando isso e fazendo essas reuniões com a Frente Parlamentar da Bicicleta.

O SR. FABIANO FAGA PACHECO – Eu acredito que algumas coisas devam constar de forma específica. Apenas uma ainda não foi citada, que é o encaminhamento ao Detran para a criação de um projeto de lei – oriundo do Executivo, a fim de não ocorrerem os problemas de trâmites que podem haver caso o projeto venha do Legislativo – que obrigue que cerca de 10% das questões do exame de condutores das autoescolas sejam relativas à bicicleta.

Existe uma lei semelhante no Estado do Paraná, onde isso ocorreu, e o respeito foi maior, como observado.

Há outras duas questões: apoio a dois projetos de lei que estão na Casa e repúdio a outro projeto de lei – acho importante citar nesta audiência pública. Além do projeto da Angela Albino, o projeto do Deputado João Amin, que cria o sistema cicloviário estadual; e outro, do Gean Loureiro, a respeito do sistema de prevenção ao roubo, ao furto e ao comércio ilegal de bicicletas.

Por final, temos a questão de ser estadualizado o projeto da bicicleta na escola. Não é a criação de uma disciplina, e você consegue inserir a bicicleta no cotidiano sem demandar maiores gastos além dos que já existem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Antonio Aguiar) – Eu quero agradecer a todos vocês pela presença, lembrando que foram três horas de debates. Parabéns a todos que aqui estiveram. Agradeço a contribuição de vocês, e vamos fazer tudo para que melhore o trânsito das bicicletas.

Muito obrigado. *(Palmas.) (Está encerrada a audiência pública.) (Ata sem revisão dos oradores.) [Taquígrafo-Revisor: Eduardo Delvalhas dos Santos] [Leitura: Denise V. Silva]*

**DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN
PRESIDENTE DA AUDIÊNCIA PÚBLICA
DEPUTADO ESTADUAL ANTONIO AGUIAR
PRESIDENTE DA AUDIÊNCIA PÚBLICA**

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 434.1/2015

Estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 2016.

Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES COMUNS

Art. 1º Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 2016, compreendendo:

I - o Orçamento Fiscal, referente aos Poderes do Estado, seus fundos e seus órgãos e as entidades da administração estadual direta e indireta;

II - o Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todos os órgãos, as entidades, os fundos e as fundações da administração estadual direta e indireta, instituídos e mantidos pelo Poder Público, vinculados à Seguridade Social; e

III - o Orçamento de Investimento das empresas em que o Estado, direta ou indiretamente, detém a maioria do capital social, com direito a voto.

TÍTULO II

DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

CAPÍTULO I

DA ESTIMATIVA DA RECEITA

Art. 2º A receita orçamentária dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social é estimada em R\$ 25.751.795.913,00 (vinte e cinco bilhões, setecentos e cinquenta e um milhões, setecentos e noventa e cinco mil e novecentos e treze reais), abrangendo:

I - R\$ 22.747.917.433,00 (vinte e dois bilhões, setecentos e quarenta e sete milhões, novecentos e dezessete mil, quatrocentos e trinta e três reais), do Orçamento Fiscal; e

II - R\$ 3.003.878.480,00 (três bilhões, três milhões, oitocentos e setenta e oito mil, quatrocentos e oitenta reais), do Orçamento da Seguridade Social.

Art. 3º As receitas decorrentes da arrecadação de tributos, de contribuições e de outras receitas correntes e de capital, previstas na legislação vigente e discriminadas no Anexo Único desta Lei, são estimadas com o seguinte desdobramento:

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS
Recursos de Todas as Fontes

DISCRIMINAÇÃO	VALOR	Em R\$ 1,00	
			%
1. - RECEITA DO TESOIRO			
1.1 - RECEITAS CORRENTES	28.531.350.665		110,79
1.1.1 - Receitas Tributárias	22.755.778.629		88,37
1.1.2 - Receita Patrimonial	481.610.931		1,87
1.1.3 - Receita de Serviços	3.988.585		0,02
1.1.4 - Transferências Correntes	4.917.717.622		19,10
1.1.5 - Outras Receitas Correntes	372.254.898		1,45
1.2 - RECEITAS DE CAPITAL	1.429.108.132		5,55
1.2.1 - Operações de Crédito	1.399.108.132		5,43
1.2.2 - Outras Receitas de Capital	30.000.000		0,12
1.3 - DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-9.229.863.378		-35,84
1.3.1 - Deduções da Receita Tributária	-8.677.584.445		-33,70
1.3.2 - Transferências Correntes	-409.600.852		-1,59
1.3.3 - Outras Deduções	-142.678.081		-0,55
TOTAL DA RECEITA TESOIRO	20.730.595.419		80,50
2. - RECEITAS DE OUTRAS FONTES - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA			
2.1 - RECEITAS CORRENTES	3.321.845.272		12,89
2.1.1 - Receita de Contribuições	870.146.110		3,38
2.1.2 - Receita Patrimonial	242.824.486		0,94
2.1.3 - Receita Agropecuária	1.201.493		0,00
2.1.4 - Receita Industrial	4.112.211		0,02
2.1.5 - Receita de Serviços	643.190.196		2,50
2.1.6 - Transferências Correntes	1.198.551.259		4,65
2.1.7 - Outras Receitas Correntes	361.819.517		1,41
2.2 - RECEITAS DE CAPITAL	89.076.788		0,34
2.2.1 - Alienação de Bens	54.148.001		0,21
2.2.2 - Amortização de Empréstimos	12.505.647		0,05
2.2.3 - Transferências de Capital	22.423.140		0,09
3 - DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-12.582		0,00
3.1 - Dedução Receita Patrimonial	-12.582		0,00
TOTAL DAS RECEITAS DE OUTRAS FONTES	3.410.909.478		13,24
4 - RECEITAS INTRA-ORÇAMENTARIAS			
4.1 - RECEITAS CORRENTES	1.610.291.016		6,25
4.2 - Receita de Contribuições	1.247.954.233		4,85
4.3 - Receita Patrimonial	1.810.078		0,01
4.4 - Receita de Serviços	268.028.531		1,04
4.5 - Outras Receitas Correntes	92.498.174		0,36
4.6 - RECEITAS DE CAPITAL			
TOTAL DAS RECEITAS INTRA-ORÇAMENTARIAS	1.610.291.016		6,25
TOTAL	25.751.795.913		100,00

CAPÍTULO II
DA FIXAÇÃO DA DESPESA

Seção I

Da Despesa Total

Art. 4º A despesa orçamentária, no mesmo valor da receita orçamentária, é fixada em R\$ 25.751.795.913,00 (vinte e cinco bilhões, setecentos e cinquenta e um milhões, setecentos e noventa e cinco mil, novecentos e treze reais), desdobrada segundo os orça-

mentos, as categorias econômicas e os grupos de despesas a seguir especificados:

I - R\$ 18.165.791.360,00 (dezoito bilhões, cento e sessenta e cinco milhões, setecentos e noventa e um mil, trezentos e sessenta reais), do Orçamento Fiscal; e

II - R\$ 7.586.004.553,00 (sete bilhões, quinhentos e oitenta e seis milhões, quatro mil, quinhentos e cinquenta e três reais), do Orçamento da Seguridade Social.

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS POR CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPO DE DESPESA

DISCRIMINAÇÃO	VALOR	Em R\$ 1,00	
			%
1 - Despesas correntes	21.232.812.488		82,45
1.2 - Pessoal e Encargos Sociais	11.950.535.023		46,41
1.3 - Juros e Encargos da Dívida	1.207.876.510		4,69
1.4 - Outras Despesas Correntes	8.074.400.955		31,35
2 - Despesas de capital	4.235.565.561		16,45
2.1 - Investimentos	3.324.383.356		12,91
2.2 - Inversões Financeiras	36.127.113		0,14
2.3 - Amortização da Dívida	875.055.092		3,40
3 - Reserva de contingência	283.417.864		1,10
3.1 - Reserva de Contingência	283.417.864		1,10
TOTAL	25.751.795.913		100,00

Seção II

Da Distribuição da Despesa por Órgão/Unidade Orçamentária

Art. 5º A despesa fixada à conta de recursos previstos neste

DESPESA POR ÓRGÃO/UNIDADE ORÇAMENTÁRIA
Recursos de Todas as Fontes

Título, observada a programação constante do Anexo Único desta Lei, apresenta o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	RECURSOS DO TESOIRO	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	Em R\$ 1,00	
				TOTAL
1. Administração Direta				
1.1 Assembleia Legislativa do Estado	571.331.040			571.331.040
1.2 Tribunal de Contas do Estado	224.293.024			224.293.024
1.3 Tribunal de Justiça do Estado	1.829.335.584			1.829.335.584
1.4 Fundo de Reparelhamento da Justiça	6.800.000	198.700.000		205.500.000
1.5 Ministério Público	592.369.924			592.369.924

1.6	Fundo para Reconstituição de Bens Lesados		5.429.414	5.429.414
1.7	Fundo Especial do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público SC	1.327.381	672.619	2.000.000
1.8	Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Ministério Público	1.433.121	37.750.477	39.183.598
1.9	Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina	40.000.000		40.000.000
1.10	Fundo de Melhoria da Polícia Civil	525.983.947		525.983.947
1.11	Fundo de Melhoria do Corpo de Bombeiros Militar	330.632.162	1.537.051	332.169.213
1.12	Fundo para Melhoria da Segurança Pública	302.592.578	64.627.933	367.220.511
1.13	Fundo de Melhoria da Polícia Militar	1.304.536.702	3.593.862	1.308.130.564
1.14	Secretaria de Estado do Planejamento	13.952.007		13.952.007
1.15	Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte	100.232.086		100.232.086
1.16	Fundo Estadual de Incentivo à Cultura	4.961.000		4.961.000
1.17	Fundo Estadual de Incentivo ao Turismo	9.391.000		9.391.000
1.18	Fundo Estadual de Incentivo ao Esporte	5.187.500		5.187.500
1.19	Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação	40.662.910		40.662.910
1.20	Fundo Estadual de Assistência Social	50.968.025	4.748.888	55.716.913
1.21	Fundo de Habitação Popular do Estado de Santa Catarina	54.495		54.495
1.22	Fundo Estadual de Artesanato e da Economia Solidária	250.000		250.000
1.23	Fundo Est. de Combate e Erradicação da Pobreza	18.782.433		18.782.433
1.24	Fundo para a Infância e Adolescência	132.500	763.720	896.220
1.25	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável	18.711.118		18.711.118
1.26	Agência de Regulação de Serviços de Santa Catarina - ARESC	12.445.973	106.490	12.552.463
1.27	Fundo Especial de Proteção ao Meio Ambiente	220.000	800.000	1.020.000
1.28	Fundo Estadual de Recursos Hídricos	22.273.647	100.000	22.373.647
1.29	Fundo Catarinense de Mudanças Climáticas	1.038.990		1.038.990
1.30	Fundo Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais	4.499.773		4.499.773
1.31	Secretaria de Estado da Casa Civil	47.615.228		47.615.228
1.32	Procuradoria Geral do Estado	141.774.484		141.774.484
1.33	Secretaria Executiva de Articulação Nacional	5.054.522		5.054.522
1.34	Secretaria Executiva de Assuntos Internacionais	2.153.259		2.153.259
1.35	Secretaria de Estado de Comunicação	71.394.054		71.394.054
1.36	Fundo Especial de Estudos Jurídicos e de Reaparelhamento		14.003.086	14.003.086
1.37	Fundo de Desenvolvimento Social	172.023.540	130.738.071	302.761.611
1.38	Gabinete do Vice-Governador do Estado	7.269.310		7.269.310
1.39	Procuradoria Geral Junto ao Tribunal de Contas	20.521.918		20.521.918
1.40	Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca	29.491.623		29.491.623
1.41	Fundo de Terras do Estado de Santa Catarina		1.007.212	1.007.212
1.42	Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural	29.499.262	26.179.751	55.679.013
1.43	Fundo Estadual de Sanidade Animal	2.286.457		2.286.457
1.44	Secretaria de Estado da Educação	3.043.526.779		3.043.526.779
1.45	Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior no Estado de SC		75.942.879	75.942.879
1.46	Fundo Estadual de Educação- FEDUC	106.203.468	34.647.271	140.850.739
1.47	Secretaria de Estado da Administração	178.107.456		178.107.456
1.48	Fundo de Materiais, Publicações e Impresses Oficiais		149.453.292	149.453.292
1.49	Fundo do Plano de Saúde dos Servidores Públicos Estaduais		614.677.193	614.677.193
1.50	Fundo Patrimonial		50.564.030	50.564.030
1.51	Fundo Estadual de Saúde	2.364.835.908	754.427.629	3.119.263.537
1.52	Fundo Catarinense para o Desenvolvimento da Saúde	31.084.866		31.084.866
1.53	Secretaria de Estado da Fazenda	483.135.360		483.135.360
1.54	Encargos Gerais do Estado	2.297.890.602		2.297.890.602
1.55	Fundo Estadual de Apoio aos Municípios	13.083.816		13.083.816
1.56	Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial de Santa Catarina		2.000.000	2.000.000
1.57	Fundo de Esforço Fiscal	18.502.897		18.502.897
1.58	Fundo Pró-Emprego	9.251.448	26.957.748	36.209.196
1.59	Secretaria de Estado da Infraestrutura	308.577.215	4.000.000	312.577.215
1.60	Fundo Rotativo da Penitenciária Industrial de Joinville		1.493.844	1.493.844
1.61	Fundo Rotativo da Penitenciária Sul		1.006.378	1.006.378
1.62	Fundo Rotativo da Penitenciária de Curitiba		1.740.631	1.740.631
1.63	Fundo Rotativo da Penitenciária de Florianópolis		1.385.321	1.385.321
1.64	Fundo Rotativo da Penitenciária de Chapecó		2.308.868	2.308.868
1.65	Fundo Penitenciário do Estado de Santa Catarina	599.667.357	48.607.497	648.274.854
1.66	Fundo Rotativo do Complexo Penitenciário da Grande Florianópolis		553.136	553.136
1.67	Fundo Especial da Defensoria Dativa		30.544.933	30.544.933
1.68	Secretaria de Estado da Defesa Civil	214.273.716		214.273.716
1.69	Fundo Estadual de Proteção e Defesa Civil - FUNPDEC	14.059.736	36.777.050	50.836.786
1.70	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Itapiranga	5.974.757	12.107	5.986.864
1.71	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Quilombo	4.865.468	7.029	4.872.497
1.72	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Seara	6.333.523	5.953	6.339.476
1.73	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Taió	7.013.454	13.621	7.027.075
1.74	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Timbó	8.349.084		8.349.084
1.75	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Braço do Norte	6.857.356	24.417	6.881.773
1.76	Reserva de Contingência	1.000.000		1.000.000

1.77	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - São Miguel D'Oeste	8.650.814	2.120	8.652.934
1.78	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Maravilha	9.419.340	14.024	9.433.364
1.79	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - São Lourenço do Oeste	6.365.985	2.895	6.368.880
1.80	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Chapecó	13.755.922	9.755	13.765.677
1.81	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Xanxerê	12.476.112	11.570	12.487.682
1.82	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Concórdia	9.047.164	3.800	9.050.964
1.83	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Joaçaba	12.330.639	17.790	12.348.429
1.84	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Campos Novos	7.451.719	21.525	7.473.244
1.85	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Videira	7.249.801	10.763	7.260.564
1.86	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Caçador	9.106.114	23.745	9.129.859
1.87	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Curitibaanos	7.332.382	10.900	7.343.282
1.88	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Rio do Sul	9.751.942	6.424	9.758.366
1.89	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Ituporanga	9.501.834	34.810	9.536.644
1.90	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Ibirama	10.619.175	2.760	10.621.935
1.91	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Blumenau	16.005.539	1.245	16.006.784
1.92	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Brusque	12.008.632	26.233	12.034.865
1.93	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Itajaí	18.094.048		18.094.048
1.94	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Grande Florianópolis	35.516.574	29.673	35.546.247
1.95	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Laguna	13.857.465	17.926	13.875.391
1.96	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Tubarão	14.915.532	505	14.916.037
1.97	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Criciúma	20.485.817	24.925	20.510.742
1.98	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Araranguá	14.586.844	33.195	14.620.039
1.99	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Joinville	27.707.952	7.265	27.715.217
1.100	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Jaraguá do Sul	12.820.144	4.170	12.824.314
1.101	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Mafra	14.897.076	22.701	14.919.777
1.102	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Canoinhas	9.821.371	28.990	9.850.361
1.103	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Lages	13.699.483	30.571	13.730.054
1.104	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - São Joaquim	6.790.046	21.558	6.811.604
1.105	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Palmitos	7.918.392	12.175	7.930.567
1.106	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Dionísio Cerqueira	6.788.194	2.860	6.791.054
2.	Autarquia			
2.1	Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Gde Florianópolis -SUDERF	1.371.000	3.982.797	5.353.797
2.2	Junta Comercial do Estado de Santa Catarina		23.675.315	23.675.315
2.3	Instituto de Metrologia de Santa Catarina	553.173	31.304.360	31.857.533
2.4	Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina	99.914.340	7.101.439	107.015.779
2.5	Fundo Previdenciário		286.029.864	286.029.864
2.6	Fundo Financeiro	1.968.555.266	1.950.437.235	3.918.992.501
2.7	Departamento de Transportes e Terminais		31.609.219	31.609.219
2.8	Departamento Estadual de Infraestrutura	661.408.126	117.626.840	779.034.966
2.9	Administração do Porto de São Francisco do Sul		76.696.918	76.696.918
3.	Empresa Estatal Deficitária			
3.1	Santa Catarina Turismo S/A	14.411.503		14.411.503
3.2	Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina S/A	16.665.104	10.842.842	27.507.946
3.3	Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina S/A	136.033.338	42.237.689	178.271.027
3.4	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina	333.069.682	21.236.301	354.305.983
4.	Fundação			
4.1	Fundação Catarinense de Esporte	15.939.842	7.685.921	23.625.763
4.2	Fundação Catarinense de Cultura	25.480.117	2.636.798	28.116.915
4.3	Fundação do Meio Ambiente	28.586.965	40.865.357	69.452.322
4.4	Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina	146.315.451	18.332.882	164.648.333
4.5	Fundação Catarinense de Educação Especial	240.708.140		240.708.140
4.6	Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina	372.826.171	18.212.406	391.038.577
4.7	Fundação Escola de Governo - ENA	3.208.306	2.340.037	5.548.343
TOTAL		20.730.595.419	5.021.200.494	25.751.795.913

Seção III

Da Aplicação de Recursos Públicos em Ações e Serviços Públicos de Saúde e na Manutenção e no Desenvolvimento do Sistema de Ensino Art. 6º O Estado aplicará em ações e serviços públicos de saúde a importância de R\$ 2.195.355.725 (dois bilhões, cento e

noventa e cinco milhões, trezentos e cinquenta e cinco mil, setecentos e vinte e cinco reais), que corresponde a 12% (doze por cento) das receitas provenientes de impostos e das transferências da União ao Estado, conforme detalhamento a seguir:

DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO DAS RECEITAS DE IMPOSTOS VINCULADOS ÀS AÇÕES E AOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
(Art. 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição da República)

Em R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITA TOTAL ESTIMADA	18.294.631.035
1.1 - Impostos	16.432.112.389
1.1.1. ITBI	310
1.1.2. IRRF	1.023.512.296
1.1.3. IPVA	782.499.911

1.1.4. ITCMD	194.647.209
1.1.5. ICMS - Estadual - Fonte 0100	13.858.514.058
1.1.6. ICMS - Estadual - Fonte 0161	377.938.605
1.1.7. ICMS - Estadual - Fonte 0162	195.000.000
1.2 - Transferências Federais	1.663.722.929
1.2.1. Cota - Parte do IPI - Estados Exportadores	230.568.790
1.2.2. Transferências Financeiras - LC nº 87/96 (Lei Kandir)	71.164.471
1.2.3. Cota - Parte FPE - Estado	1.361.989.668
1.3 - Multa e Juros de Mora dos Impostos	116.329.072
1.4 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Impostos	40.720.901
1.5 - Dívida Ativa dos Impostos	41.745.744
2. PERCENTUAL MÍNIMO A APLICAR	12%
3. VALOR MÍNIMO A APLICAR	2.195.355.725
4. PERCENTUAL FIXADO	12%
5. TOTAL DA DESPESA FIXADA	2.195.355.725
5.1 - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE	2.195.355.725
5.1.1 - Recursos Ordinários do Tesouro - (Fonte - 0100)	2.126.603.092
5.1.2 - Recursos do Fundo Social (Fonte - 0161)	45.352.633
5.1.3 - Recursos do SEITEC (Fonte 0162)	23.400.000

Art. 7º O Estado aplicará na manutenção e no desenvolvimento do seu sistema de ensino a importância de R\$ 4.606.534.598,00 (quatro bilhões, seiscentos e seis milhões, quinhentos e trinta e quatro mil, quinhentos e noventa e oito reais), proveniente da receita de impostos e das transferências da União ao Estado, conforme detalhamento a seguir:

4.606.534.598,00 (quatro bilhões, seiscentos e seis milhões, quinhentos e trinta e quatro mil, quinhentos e noventa e oito reais), proveniente da receita de impostos e das transferências da União ao Estado, conforme detalhamento a seguir:

DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO DA RECEITA DE IMPOSTOS NA MANUTENÇÃO E NO DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE ENSINO (Art. 167 da Constituição do Estado)

		Em R\$ 1,00
ESPECIFICAÇÃO	VALOR	
1. RECEITA TOTAL ESTIMADA	18.294.631.035	
1.1 - Impostos	16.432.112.389	
1.1.1. ITBI	310	
1.1.2. IRRF	1.023.512.296	
1.1.3. IPVA	782.499.911	
1.1.4. ITCMD	194.647.209	
1.1.5. ICMS - Estadual - Fonte 0100	13.858.514.058	
1.1.6. ICMS - Estadual - Fonte 0161	377.938.605	
1.1.7. ICMS - Estadual - Fonte 0162	195.000.000	
1.2 - Transferências Federais	1.663.722.929	
1.2.1. Cota - Parte do IPI - Estados Exportadores	230.568.790	
1.2.2. Transferências Financeiras - LC nº 87/96 (Lei Kandir)	71.164.471	
1.2.3. Cota - Parte FPE - Estado	1.361.989.668	
1.3 - Multa e Juros de Mora dos Impostos	116.329.072	
1.4 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Impostos	40.720.901	
1.5 - Dívida Ativa dos Impostos	41.745.744	
2. DEDUÇÃO DA RECEITA CORRENTE PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB	3.454.223.686	
2.1 - Impostos	3.081.719.957	
2.1.1 - ICMS - Estadual - Fonte 0100	2.771.702.812	
2.1.2 - ICMS - Estadual - Fonte 0161	75.587.721	
2.1.3 - ICMS - Estadual - Fonte 0162	39.000.000	
2.1.4 - ITCMD	38.929.442	
2.1.5 - IPVA	156.499.982	
2.2 - Transferências Federais	332.744.586	
2.2.1 - Cota - Parte do IPI - Estados Exportadores	46.113.758	
2.2.2 - Transferências Financeiras - LC nº 87/96 (Lei Kandir)	14.232.894	
2.2.3 - Cota - Parte FPE - Estado	272.397.934	
2.3 - Multas e Juros de Mora dos Impostos	23.265.814	
2.4 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Impostos	8.144.180	
2.5 - Dívida Ativa dos Impostos	8.349.149	
3. PERCENTUAL MÍNIMO A APLICAR	25%	
4. VALOR MÍNIMO A APLICAR NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE ENSINO	4.573.657.759	
5. PERCENTUAL FIXADO	25,18%	
6. TOTAL DA DESPESA FIXADA	4.606.534.598	
6.1 - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO	2.609.103.514	
6.1.1 - Recursos Ordinários do Tesouro - (Fonte - 0100)	551.562.755	
6.1.2 - Recursos do Fundo Social (Fonte - 0161)	9.486.259	
6.1.3 - Recursos do SEITEC (Fonte 0162)	4.894.500	
6.1.4 - Transf. de Recursos do FUNDEB - (Fonte - 0131) - Retorno dos Rec. Ordinários	2.002.847.367	
6.1.5 - Transf. de Recursos do FUNDEB - (Fonte - 0131) - Retorno dos Rec. do Fundo Social	15.352.633	
6.1.6 - Transf. de Recursos do FUNDEB - (Fonte - 0131) - Retorno dos Rec. do SEITEC	18.400.000	
6.1.7 - Recursos Ordinários do Tesouro - (Fonte - 7100)	6.560.000	
6.2 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL	303.743.149	
6.2.1 - Recursos Ordinários do Tesouro - (Fonte - 0100)	136.423.365	
6.2.2 - Transf. de Rec. do FUNDEB - (Fonte - 0131) - Retorno dos Rec. Ordinários	167.319.784	
6.3 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC	372.826.171	
6.3.1 - Recursos Ordinários do Tesouro - (Fonte - 0100)	358.560.000	
6.3.2 - Recursos do Fundo Social - (Fonte - 0161)	9.410.671	
6.3.3 - Recursos do SEITEC - (Fonte 0162)	4.855.500	
6.4 - FUNDAÇÃO CATARINENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - FCEE	233.785.178	
6.4.1 - Recursos Ordinários do Tesouro - (Fonte - 0100)	37.762.376	
6.4.2 - Recursos do Fundo Social - (Fonte 0161)	32.795.486	
6.4.3 - Transf. de Rec. do FUNDEB - (Fonte - 0131) - Retorno dos Rec. Ordinários	163.227.316	
6.5 - DEDUÇÃO A MAIOR PARA O FUNDEB	1.087.076.586	

CAPÍTULO III

DA AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS

Art. 8º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a:

I - abrir, durante o exercício financeiro, créditos suplementares até o limite de ¼ (um quarto) das dotações orçamentárias a que se refere o inciso I do § 8º do art. 120 da Constituição do Estado, observado o disposto no art. 43 da Lei federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

II - abrir créditos adicionais à conta do produto de operações de crédito até o limite dos valores autorizados em lei;

III - abrir créditos adicionais à conta dos recursos consignados sob a denominação de Reserva de Contingência, observado o disposto no inciso III do art. 5º da Lei Complementar federal nº 101, de 4 de maio de 2000;

IV - abrir créditos adicionais, durante o exercício financeiro, exclusivamente para despesas com pessoal ativo e inativo, encargos sociais, auxílio-alimentação, pensões especiais, serviços da dívida, plano de saúde dos servidores públicos do Estado e sentenças judiciais, mediante a utilização de recursos provenientes da anulação de dotações orçamentárias consignadas à outra unidade orçamentária;

V - abrir créditos adicionais à conta dos saldos de dotações orçamentárias consignadas e não comprometidas no exercício financeiro de 2016;

VI - designar o titular da Secretaria de Estado da Fazenda, que por sua vez poderá delegar competência ao Diretor de Planejamento Orçamentário, para remanejar, por portaria do Órgão Central do Sistema de Planejamento e Orçamento, dotações orçamentárias entre subações de uma unidade orçamentária ou de um mesmo órgão;

VII - adotar, durante a execução orçamentária, as medidas necessárias para ajustar a programação das despesas autorizadas ao efetivo ingresso das receitas, dentro dos limites constitucionais e legais; e

VIII - abrir crédito especial durante a execução orçamentária quando as subações já estiverem programadas no Plano Plurianual para o quadriênio 2016-2019.

§ 1º O Órgão Central do Sistema de Planejamento e Orçamento, sem a necessidade de ato de alteração orçamentária, observando as normas constitucionais e legais, poderá, por meio do sistema informatizado de execução orçamentária:

I - modificar as categorias econômicas, os grupos de natureza de despesas, o elemento de despesa dentro da mesma subação, bem como a modalidade de aplicação e o Identificador de Uso Iduso das destinações de recursos; e

II - remanejar dotações orçamentárias entre subações da mesma unidade orçamentária exclusivamente para despesas com pessoal ativo e inativo, encargos sociais, auxílio-alimentação, pensões especiais, serviços da dívida, plano de saúde dos servidores públicos do Estado e sentenças judiciais.

§ 2º Ficam excluídos do limite a que se refere o inciso I do caput deste artigo os créditos suplementares para atender a:

I - despesas com pessoal ativo e inativo, encargos sociais, auxílio-alimentação, pensões especiais, planos de previdência e saúde dos servidores do Estado, serviços da dívida e débitos constantes de precatórios judiciais;

II - despesas programadas à conta de receitas vinculadas; e

III - despesas programadas à conta de receitas próprias de entidades da administração indireta, inclusive de fundos.

TÍTULO III

DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

CAPÍTULO I

DA DESPESA

Art. 9º A despesa do Orçamento de Investimento, observada a programação constante do Anexo Único desta Lei, é fixada em R\$ 2.281.858.133,00 (dois bilhões, duzentos e oitenta e um milhões, oitocentos e cinquenta e oito mil, cento e trinta e três reais), conforme o seguinte desdobramento:

DEMONSTRATIVO DOS INVESTIMENTOS DAS EMPRESAS

EMPRESAS	VALOR	Em R\$ 1,00
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável	10.000.000	
Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina S/A	10.000.000	
Gabinete do Governador do Estado	2.269.362.133	
CELESC Geração S/A	542.472.500	
CELESC Distribuição S/A	469.956.036	
SC Participações e Parcerias S/A	35.886.237	
Companhia Catarinense de Águas e Saneamento S/A	841.287.593	
SCPar Porto de Imbituba S.A.	29.972.041	
Companhia de Gás de Santa Catarina S/A	60.549.726	
Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A	289.238.000	
Secretaria de Estado da Fazenda	2.496.000	
Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina S/A	2.496.000	
TOTAL		2.281.858.133

CAPÍTULO II

DAS FONTES DE FINANCIAMENTO

Art. 10. As fontes de financiamento para a cobertura das despesas fixadas no art. 9º desta Lei, decorrentes da geração de recursos próprios, de recursos de operações de crédito internas e

externas, vedado o endividamento com empreiteiras, fornecedores ou instituições financeiras para compensar frustração de receita não estimada e de recursos de outras fontes, apresentam o seguinte desdobramento:

DETALHAMENTO DAS FONTES DE FINANCIAMENTO DOS INVESTIMENTOS DAS EMPRESAS

ESPECIFICAÇÃO	VALOR	Em R\$ 1,00
6.1.10 - Recursos do orçamento de investimento - geração própria	1.452.664.024	
6.2.10 - Recursos para aumento do patrimônio líquido - tesouro	7.000	
6.2.20 - Recursos para aumento do patrimônio líquido - demais	4.947.500	
6.3.10 - Operações de crédito de longo prazo - interna	372.255,102	
6.3.20 - Operações de crédito de longo prazo - externa	214.473.922	
6.9.90 - Outros recursos de longo prazo - outras fontes	237.510.585	
TOTAL		2.281.858.133

CAPÍTULO III

DA AUTORIZAÇÃO PARA A ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES

Art. 11. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a:

I - abrir créditos suplementares, até o limite de ¼ (um quarto) das dotações orçamentárias, mediante a geração adicional de recursos ou a anulação parcial de dotações orçamentárias;

II - realizar as correspondentes alterações no Orçamento de Investimento quando a abertura de créditos suplementares ou especiais aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, previstos nesta Lei, estiver relacionada com empresas estatais; e

III - abrir crédito especial durante a execução orçamentária quando as subações já estiverem programadas no Plano Plurianual para o quadriênio 2016-2019.

TÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. Para a implementação das ações previstas nos Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento, a execução orçamentária poderá ser processada mediante a descentralização de créditos orçamentários entre órgãos e entidades constantes desta Lei e de suas alterações, na forma dos procedimentos previstos na Lei nº 12.931, de 13 de fevereiro de 2004.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2016. SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 16 de dezembro de 2015.

Deputado MARCOS VIEIRA

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação (O Anexo Único do PL Nº 434/15 encontra-se disponível no site oficial da ALESC).

*** X X X ***